

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE – PGCULT
MESTRADO INTERDISCIPLINAR

LUCAS MATEUS DA SILVA NOGUEIRA

MUSEUS COMO ESPAÇOS QUE EDUCAM: os mecanismos pedagógicos nos
processos de disseminação da informação e socialização do conhecimento em
Unidades de Informação do Centro Histórico de São Luís

São Luís
2024

LUCAS MATEUS DA SILVA NOGUEIRA

MUSEUS COMO ESPAÇOS QUE EDUCAM: os mecanismos pedagógicos nos
processos de disseminação da informação e socialização do conhecimento em
Unidades de Informação do Centro Histórico de São Luís

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em
Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão
para obtenção de defesa de dissertação

Orientadora: Prof^ª Dra. Conceição de Maria Belfort Carvalho.

São Luís
2024

Silva Nogueira, Lucas Mateus da.

MUSEUS COMO ESPAÇOS QUE EDUCAM : os mecanismos pedagógicos nos processos de disseminação da informação e socialização do conhecimento em Unidades de Informação do Centro Histórico de São Luís / Lucas Mateus da Silva Nogueira. - 2025.

109 p.

Orientador(a): Conceição de Maria Belfort Carvalho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís Ma, 2025.

1. Museologia. 2. Educação. 3. Patrimônio Cultural. 4. Interdisciplinar. 5. São Luís do Maranhão  . I. Belfort Carvalho, Conceição de Maria. II. Título.

LUCAS MATEUS DA SILVA NOGUEIRA

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação
em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção de pré-qualificação.

APROVADO EM: _____ de _____ de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Conceição de Maria Belfort Carvalho
Orientador

Prof^a Dra. Klautenys Dellene Guedes Cutrim
Conselheiro

Prof. Dr. Bruno Americo Mezenga de Oliveira
Membro externo

AGRADECIMENTOS

O primeiro dia de aula veio logo após três dias do nascimento da minha amada filha, Ágatha Haruno. Dedico este trabalho a você e à minha querida noiva, Giulia Bier.

Gostaria de fazer um agradecimento em memória dos meus saudosos avó e avô, Arlinda Nogueira e Vladimir Maia da Silva. A minha existência só é e foi possível graças a vocês, que tornaram a minha caminhada dentro de um contexto educacional mais leve e acessível. Sem vocês, nada disso seria possível. Que suas memórias e legado permaneçam vivos comigo ao longo de toda a minha passagem nesta terra. Costumo dizer que alguém só morre quando perdemos todas as lembranças e memórias. Gratidão de todo o meu coração.

Escrever um agradecimento, por mais que possa parecer algo simples, requer uma dedicação muito grande, pois não se trata apenas de agradecer, mas sim de reconhecer todas as pessoas que fizeram parte deste momento em minha vida.

Não posso dar continuidade sem fazer o segundo e mais importante agradecimento de todos, que vai para minha noiva, Giulia Bier. Ao longo de todo esse processo, você esteve presente ao meu lado desde o momento da inscrição e durante toda a caminhada ao longo deste mestrado te amo.

Um agradecimento mais que especial aos meus sogros Régis Martins e Caroline Bier, sem o suporte e apoio de vocês nada disso seria possível. Vocês são pessoas que estarão para sempre em meu coração. Muito obrigado por tudo.

Este momento é extremamente exaustivo, cansativo e, para alguns, repleto de dificuldades e limitações. Para mim, durante boa parte desse processo, não poderia ser diferente. Um jovem negro e periférico não tem, todos os dias, a oportunidade de escrever um agradecimento para um trabalho de conclusão de mestrado.

Agradeço infinitamente à minha mãe, Moema, que sempre me ajudou e me apoiou financeiramente e emocionalmente para terminar este trabalho; ao meu pai, Luiz Carlos; à minha querida vó, Dona Nauza, que até hoje cuida muito bem de mim. Enquanto me for permitido, estarei sempre buscando dar muito orgulho a essas pessoas. Também agradeço aos meus irmãos Allan Kardec, Luiz Alessandro e Allana Ludimila. Às vezes, nossa família é tudo o que temos.

Aos amigos Paulo Victor, Ana Raquel, Donny, Alysson e Samuel, Nathália Brito, Thay luzo, minha mãe de santo que com seus conselhos e sabedoria me ajudou a passar por vários momentos ao longo dessa caminhada Maria do Livramento. Aos meus primos Diego Rodrigues e Daniele Rodrigues minha gratidão por estarem ao meu lado.

Gostaria de fazer um agradecimento especial aos amigos do grupo de pesquisa *Aquilombamente*. Com nossas forças ancestrais, conseguimos superar os desafios e levar este mestrado nas costas, nos motivando e apoiando uns aos outros.

Por fim, agradeço à minha orientadora, professora Conceição Belfort, que muito me ajudou ao longo dessa jornada. Sem ela, nada disso seria possível. Minha gratidão é eterna. Agradeço também à disponibilidade da banca examinadora.

Muito obrigado.

“Só se preserva aquilo que se
ama, só se ama aquilo que se
preserva”

(Aloísio Magalhães)

RESUMO

A pesquisa **MUSEUS COMO ESPAÇOS QUE EDUCAM**: os mecanismos pedagógicos nos processos de disseminação da informação e socialização do conhecimento em Unidades de Informação do Centro Histórico de São Luís faz parte da linha de pesquisa 2 (dois) Cultura, Educação e Tecnologia do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCULT- UFMA. O presente pesquisador tem vínculo com o grupo de pesquisa GEPPaC. O objetivo deste trabalho foi analisar como as ações museais realizadas nas unidades de informação do centro histórico de São Luís do Maranhão podem se configurar como atividades educativas e formativas. Historicamente, a era dos museus no século XIX refletiu a crescente importância da memória na construção da identidade nacional; já no século XXI, a democratização e profissionalização dos espaços museológicos são metas essenciais, cujo foco está na formação contínua de profissionais do setor. O estudo justifica-se pela rica herança histórico-cultural de São Luís e pela oferta de uma oportunidade única para explorar as relações entre museus e escolas, além dos processos educativos que ocorrem dentro desses espaços. Esta pesquisa visa ainda investigar as metodologias aplicadas nos projetos dos museus Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB) e Centro Cultural da VALE, destacando a participação das escolas e a capacitação dos estagiários e funcionários dessas instituições. Compreende-se a importância da memória coletiva e pessoal, conforme teorizado por Maurice Halbwachs e discutido por Ecléa Bosi, na formação de identidades e no processo educacional. Os museus, como espaços de preservação e disseminação do conhecimento, complementam a educação formal e promovem o desenvolvimento cognitivo dos alunos por meio de exposições e atividades interativas. Em termos metodológicos, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com o Materialismo Histórico-Dialético como método, e utiliza revisão bibliográfica e pesquisa de campo para a coleta de dados. Entre as técnicas de coleta, destacam-se questionários aplicados aos funcionários dos museus e observação analítica das visitas técnicas escolares. A pesquisa de campo se concentrou no Centro Cultural da VALE e na FMRB, com exploração de suas interações com a comunidade escolar. Estruturalmente, este documento está dividido em seis capítulos, os quais abordam desde a análise do papel dos museus na preservação da história e cultura até as práticas formativas e educativas nesses espaços. Deste modo, com base na construção dos objetivos da presente pesquisa, foi possível chegar na conclusão do levantamento e escrita da presente dissertação a partir da análise de dados dos dois espaços em que foram realizadas as coletas, sendo assim, verificou-se as atividades formativas e educativas destes espaços, além de verificar a participação das escolas locais e comunidade onde a FMRB e o CCVM encontram-se inseridos.

Palavras-chave: Museologia. Educação. Patrimônio Cultural. Interdisciplinar. São Luís do Maranhão

ABSTRACT

The research MUSEUMS AS EDUCATIONAL SPACES: The Pedagogical Mechanisms in the Processes of Information Dissemination and Knowledge Socialization in Information Units of the Historic Center of São Luís It is part of research line 2 (two) Culture, Education and Technology, the current researcher is linked to the GEPPaC research group. The present research aims to analyze how museum actions carried out in the information units of the historic center of São Luís do Maranhão can be configured as educational and formative activities. Historically, the museum era in the 19th century reflected the growing importance of memory in the construction of national identity. In the 21st century, the democratization and professionalization of museum spaces are essential goals, focusing on the continuous training of sector professionals. The study is justified by the rich historical and cultural heritage of São Luís, offering a unique opportunity to explore the relationships between museums and schools and the educational processes that occur within these spaces. The research aims to investigate the methodologies applied in the projects of the museums Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB) and Centro Cultural da VALE, highlighting the participation of schools and the training of interns and staff of these institutions. The importance of collective and personal memory, as theorized by Maurice Halbwachs and discussed by Ecléa Bosi, is understood in the formation of identities and the educational process. Museums, as spaces for the preservation and dissemination of knowledge, complement formal education and promote the cognitive development of students through exhibitions and interactive activities. The research adopts a qualitative approach, with Historical-Dialectical Materialism as a method, and utilizes bibliographic review and field data collection. Among the collection methods, questionnaires applied to museum staff and analytical observation of school technical visits are highlighted. The study is structured in five chapters, ranging from the analysis of the role of museums in preserving history and culture to the formative and educational practices in these spaces. The field research will focus on the Centro Cultural da VALE and the FMRB, exploring their interactions with the school community. In this way, based on the construction of the objectives of this research, it was possible to conclude the survey and writing of this dissertation based on the analysis of data from the two spaces in which the collections were carried out, therefore, the formative activities were verified and educational aspects of these spaces, in addition to verifying the participation of local schools and the community where the FMRB and the CCVM are located.

Keywords: Museology. Education. Cultural Heritage. Interdisciplinar. São Luís do Maranhão.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Socialização primária e secundária para Émile Durkheim	28
Quadro 2 -	Distinções entre Atividades Educativas e Formativas em Museus e Centros Culturais	31
Quadro 3 -	Elementos da gestão das unidades de informação	66
Quadro 4 -	Teoria e prática das atividades executadas dentro das UI	69
Quadro 5 -	Divisão e atividade dos espaços destinados ao acervo da FMRB	85
Quadro 6 -	Perguntas e respostas dos entrevistados	86
Quadro 7 -	Divisão e atividade dos espaços da CCVM	95

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 -	Cocar indígena	75
Imagem 2 -	Bandeiras do Brasil	76
Imagem 3 -	Pátio do Centro Cultural da Vale (CCVM)	79
Imagem 4 -	Quarta questão do questionário	89
Imagem 5 -	Cartaz de divulgação de ações formativas e educativas para funcionários dos museus e casas de cultura de São Luís – MA	91
Imagem 6 -	Equipamentos de acessibilidade auditiva	92
Imagem 7 -	Equipamento digital Galeria Tucum – CCVM	93
Imagem 8 -	Catálogos das exposições do CCVM	94
Imagem 9 -	Edição do projeto samba e outras bossas	98

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	A EVOLUÇÃO DOS MUSEUS COMO INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS NACIONAIS E A REPRESENTATIVIDADE DOS MUSEUS ENQUANTO LUGARES DE FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO	16
2.1	O papel dos museus na preservação da memória, história e cultura	23
2.2	Educação formal e informal: o impacto das iniciativas educacionais dentro dos museus	27
2.3	As diferenças entre atividades educativas e formativas dentro dos espaços Museológicos	29
3	MUSEOLOGIA NA MODERNIDADE E A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA E SOCIEDADE: TECENDO DIÁLOGOS DECOLONIAIS	34
3.1	Reflexões sobre a modernidade.....	37
3.2	A contemporaneidade e as transformações socioculturais.....	40
3.3	Decolonialidade nos espaços museais	45
4	PATRIMÔNIO EM AÇÃO: MUSEUS COMO CENTROS DE EDUCAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL	54
4.1	Exploração dos mecanismos pedagógicos nos museus.....	58
4.2	O papel das unidades de informação no centro histórico de São Luís.....	61
4.3	Disseminação da informação e conhecimento nas unidades de informação de São Luís	64
4.4	Análise dos processos de educação e socialização do conhecimento em museus.....	68
5	CENTRO CULTURAL DA VALE E FUNDAÇÃO DA MEMÓRIA REPUBLICANA BRASILEIRA – FMRB: UM BREVE RECORTE INSTITUCIONAL E DIÁLOGOS COM PATRIMÔNIO, CULTURA, PRESERVAÇÃO E DECOLONIALIDADE	74
5.1	Contextualizações do Centros Cultural da VALE e pesquisas de campo com os funcionários do Centro Cultural da VALE	78
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	81
7	ANÁLISES E DISCUSSÕES FMRB E CCVM: CONTEXTUALIZAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA	84
8	CONCLUSÃO.....	100

REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – ENTREVISTA	112

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os museus têm passado por transformações que ampliaram o acesso e promoveram maior interatividade entre os acervos e os visitantes. Essa evolução permitiu uma conexão mais dinâmica entre os temas abordados e o público, consolidando os museus como espaços de educação e transformação social (Arabe, 2022). A partir da segunda metade do século XX, os museus passaram a exercer a função de espaços educativos.

Assim, diferentes formas dinâmicas de explorar o conhecimento de maneira interativa têm sido colocadas em prática, como a manipulação de objetos físicos e o uso de jogos para abordar conceitos educativos. Assim, essas abordagens vão além do espaço físico, estimulando a afetividade e a cognição dos visitantes. As exposições construídas, com acervos que incluem objetos originais ou réplicas, modelos didáticos e coleções de organismos, têm facilitado a compreensão dos estudantes que podem compreender de modo mais dinâmico os mais variados conteúdos. Através da observação ou interação direta, os alunos conseguem identificar estruturas com mais clareza e superar a simples abstração do conhecimento exposto em sala de aula (Marandino; Selles; Ferreira, 2009).

Esta pesquisa intitulada “Museus como espaços que educam: os mecanismos pedagógicos nos processos de disseminação da informação e socialização do conhecimento em Unidades de Informação do Centro Histórico de São Luís” pertence à Linha de Pesquisa 2 - Cultura, Educação e Tecnologia, do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA). Percorreu um vasto percurso metodológico para compreender aquilo que foi proposto dentro de seu projeto inicial ao buscar compreender os processos de atividades formativas e educativas dentro dos espaços museológicos do Centro Histórico de São Luís.

Cabe destacar que o objetivo geral do presente trabalho visa compreender, de forma geral, as ações formativas e educativas realizadas dentro desses espaços, buscando analisar os processos e ações desenvolvidas pelos Centros Culturais e pela Fundação da Memória Republicana Brasileira em relação à promoção e difusão do conhecimento e informação.

Compreende-se que foram alcançados os objetivos iniciais da presente pesquisa, uma vez em que foi possível compreender, analisar, investigar, perceber, examinar a importância dos museus para o desenvolvimento intelectual, pautados no livre acesso à educação e informação, esta pesquisa é desenvolvida a partir de variadas abordagens de coleta de dados. Primeiramente, enquadra-se enquanto pesquisa bibliográfica, exploratória, de campo, a partir de uma abordagem qualitativa. A revisão bibliográfica inclui busca nos portais de periódicos da CAPES, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Metabuscador para

análise dos trabalhos mais citados e de maior prestígio na literatura do assunto.

Quanto à construção dos dados, essa etapa está pautada na análise das entrevistas e aplicação de questionários com estagiários e diretores dos museus e casas de cultura. Desse modo, foram realizadas 6 (seis) entrevistas, divididas em 3 (três) entrevistas em cada campo de pesquisa, foram entrevistados: 1 (um) estagiário, 1 (um) representante do museu e 1 (um) responsável legal pelo setor educacional da instituição. Sendo assim, aplicado um questionário para cada. Para além das entrevistas, foram analisados a construção dos projetos e documentos de ações realizadas por parte de cada local investigado.

Os dados coletados foram organizados e analisados a partir da abordagem da Análise do Conteúdo, elaborada por Bardin (2016). Essa abordagem perpassa por três etapas principais: 1) A pré-análise; 2) A exploração do material; 3) O tratamento dos resultados. A Análise de Conteúdo tem início com a sistematização mediante organização do material, a fim de identificar conteúdos pertinentes à investigação por meio das categorias de análise pré-determinadas; só então serão feitas interpretações acerca da amostragem que, após o tratamento, pode ser considerada uma representação satisfatória do universo pesquisado.

Para além do processo de investigação e coleta de dados, ao longo do programa de mestrado, consegui captar um recurso para a gravação de um Webdocumentário.¹ para acessar o conteúdo do documentário basta acessar o link disponível em nota de rodapé ou pesquisar no aplicativo YouTube “MUSEUS COMO ESPAÇOS QUE EDUCAM”.

Essa iniciativa foi possível através da Lei Complementar Paulo Gustavo², o qual inclui elementos da presente pesquisa. O projeto do documentário chamado “Museus como espaços que educam” se propôs a realizar gravações em 3 (três) espaços museológicos do Centro Histórico, que são eles: Museu do Reggae, Casa do Maranhão e Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão. Em consequência, o webdocumentário tornou-se um subproduto desta pesquisa.

Em termos estruturais, esta dissertação está dividida em quatro capítulos, no capítulo 1 é realizada uma análise abrangente sobre o papel fundamental dos museus na preservação da história e cultura, assim como a influência das iniciativas educacionais nos âmbitos formal e informal. Além disso, são exploradas as nuances entre atividades educativas e formativas dentro dos espaços museológicos.

O capítulo 2 aborda a museologia na modernidade e a transformação da cultura e sociedade a partir de diálogos decoloniais. São feitas reflexões sobre a modernidade, a

¹ Link do documentário no canal do YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=Rnt3Ak5PSwg&t=507s>

² A Lei Paulo Gustavo foi instituída pela Lei Complementar nº 195/2022, e sua execução foi regulamentada e ajustada em 18/12/2023, pela Lei Complementar nº 202 para garantir a distribuição eficiente dos recursos e a execução de projetos em todo o território nacional, até 31/12/2024.

contemporaneidade e as transformações socioculturais, além de uma discussão sobre a decolonialidade nos espaços museais.

O capítulo 3 concentra-se em apresentar os museus como espaços de educação e socialização do conhecimento, explorando os mecanismos pedagógicos presentes nesses ambientes. Uma atenção especial é dada ao papel das unidades de informação no centro histórico de São Luís, com destaque para a disseminação da informação e conhecimento nesses locais. Também é feita uma análise detalhada dos processos de educação e socialização do conhecimento em museus.

E os capítulos quarto, cinco e seis correspondem aos processos e metodologias aplicadas na construção do trabalho, à pesquisa de campo nos espaços museológicos do centro histórico de São Luís do Maranhão, com enfoque no Centro Cultural da VALE e na Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB). A contextualização e a pesquisa de campo junto aos funcionários da FMRB seguem análises e discussões pertinentes. De maneira análoga, são apresentadas as contextualizações do Centro Cultural da VALE, seguidas por pesquisas de campo com seus funcionários, análises e discussões.

Por meio dessa estrutura, esta dissertação visa fornecer uma análise abrangente e aprofundada sobre o papel dos museus como agentes de formação e socialização do conhecimento. Além disso, destaca a importância desses espaços na contemporaneidade, especialmente no contexto do centro histórico de São Luís do Maranhão.

2 A EVOLUÇÃO DOS MUSEUS COMO INSTITUIÇÕES CULTURAIS E EDUCACIONAIS: UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS CULTURAIS NACIONAIS E A REPRESENTATIVIDADE DOS MUSEUS ENQUANTO LUGARES DE FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DE CONHECIMENTO

O presente capítulo sobre a evolução dos museus como instituições culturais e educacionais propõe-se a apresentar um panorama acerca da representatividade dessas instituições enquanto espaços de formação e socialização do conhecimento. A análise parte da importância e da formação das políticas culturais, que são fundamentais para a construção de ações efetivas de ensino e disseminação da informação dentro dos espaços museológicos.

A abordagem das políticas culturais é apoiada por autores como Ribeiro (2021, p. 46), que destaca que “a definição de políticas claras e eficazes é essencial para garantir que os museus cumpram sua função educativa e social, promovendo o acesso à cultura de forma equitativa”. Inicialmente, será traçado um panorama histórico, com destaque para os marcos importantes na evolução dos museus ao longo do tempo. A ênfase é direcionada à função educativa dessas instituições, explorando como os museus têm evoluído para além de espaços de mera preservação, tornando-se centros dinâmicos de aprendizado e interação.

Ao longo do século XIX, testemunhou-se o embrião do reconhecimento institucional dos museus. Nesse período, o estabelecimento de museus nacionais e instituições culturais emergiu como símbolos fundamentais da identidade nacional. Essa ideia é corroborada por Silva (2019, p. 78), que argumenta que “os museus nacionais não apenas preservam a memória coletiva, mas também desempenham um papel crucial na construção da identidade cultural de um povo”. Paralelamente, foram delineadas as primeiras políticas voltadas à preservação do patrimônio cultural, marcando o início de uma abordagem mais estruturada em relação à memória coletiva.

As décadas de 1920 e 1930 experimentaram uma transição notável, cujo foco crescente estava na educação e no acesso público aos museus. A ênfase na educação pública e no acesso democrático refletiu uma mudança para uma perspectiva mais inclusiva, a qual é sinalizada por autores como Gonçalves (2020, p. 112), que reconhece que “os museus começaram a se ver não apenas como guardiões de objetos, mas como instituições comprometidas em educar e envolver o público”.

Nesse contexto, diretrizes para exposições e programas educativos foram desenvolvidas, consolidando os museus como espaços de aprendizado acessíveis à sociedade. No período pós-Segunda Guerra Mundial, as políticas museológicas direcionaram-se para reconstrução e a internacionalização desses espaços. Esse movimento de

internacionalização é reforçado por Almeida (2022, p. 89), que aponta que “os museus começaram a se conectar globalmente, promovendo intercâmbios culturais e ampliando seu papel como plataformas de diálogo entre diferentes culturas”.

Assim, a evolução dos museus é marcada por uma constante busca por relevância social e educativa, refletindo um compromisso com a democratização do acesso à cultura. A análise dos marcos históricos que moldaram essas instituições revela não apenas sua transformação física, mas também uma mudança significativa em sua missão, alinhando-se com as necessidades e demandas contemporâneas da sociedade. Portanto, com base nas discussões apresentadas por autores como Ribeiro (2021), Silva (2016), Gonçalves (2021) e Almeida (2022), observamos que os museus evoluíram para se tornarem espaços cada vez mais inclusivos e proativos em sua função educativa e cultural, reafirmando seu papel na formação de uma sociedade mais informada e engajada.

Ao desempenharem um papel crucial na reconstrução pós-guerra, os museus foram reconhecidos como agentes de *soft power*³ e diplomacia cultural, promovendo a cooperação internacional e fortalecendo os laços entre nações. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por um enfoque significativo em diversidade e inclusão nos museus, com políticas emergentes que buscavam corrigir lacunas históricas e culturais, promovendo uma representação mais diversificada. Segundo Gouveia (2019, p. 112), “essas políticas visaram incluir vozes e narrativas de comunidades marginalizadas, tornando os museus mais representativos e reflexivos de uma sociedade plural”. Já nas décadas de 1980 e 1990, houve uma revolução tecnológica nos museus com a integração de tecnologias emergentes para aumentar a acessibilidade.

Sobre isso, Oliveira (2020, p. 143) destaca que “a tecnologia permitiu expandir o alcance dos museus, abrangendo visitantes com deficiência e comunidades remotas, promovendo um impacto educativo mais amplo”. No século XXI, a digitalização tornou-se uma prioridade, com foco crescente em exposições e coleções online, o que tem transformado o modo como os museus se relacionam com seus públicos.

³ O *soft power* pode ser visto como o poder pela cultura, porém a apreensão mais a fundo desse conceito só será possível quando trabalhados os elementos que compõem esse poder, que são os mecanismos que o fazem funcionar e que estão ao alcance dele. A cultura norte-americana está presente em todos os países do mundo, ultrapassa barreiras territoriais e agrada espectadores de diversas nacionalidades. veis, 2013).

Para destacar a evolução dos espaços museológicos ao longo dos anos, é preciso compreender o real sentido e o papel do desenvolvimento e aperfeiçoamento das políticas culturais, as quais, por sua vez, foram um marco para a reconstrução de cidades e espaços de preservação da memória, assim como o patrimônio material e imaterial. Desse modo, a partir das ideias do antropólogo Néstor García Canclini (1987), ressaltamos a importância e o desenvolvimento das políticas culturais, que são um elemento fundamental para se pensar no avanço da inclusão desses espaços nos mais variados ambientes de nossa sociedade.

Canclini (1987, p. 26) aborda o conceito de políticas cultural⁴ da seguinte maneira:

Entenderemos por políticas culturais o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Assim, para compreender as dimensões educacionais, sociais e informacionais que estão integradas aos espaços museológicos na contemporaneidade, deve-se, antes de ter o conhecimento sobre o papel e a importância das políticas culturais para a salvaguarda desses espaços, construir um projeto político cultural a ser implantado dentro desses locais.

A relevância do pensamento de Canclini (1987) sobre políticas culturais permanece impressionante mesmo após mais de três décadas desde a sua publicação. Sua análise continua a fornecer pensamentos e diálogos profundos sobre questões contemporâneas, destacando a importância da interseção entre cultura, política e sociedade.

A área cultural aparece muitas vezes como um espaço não estruturado em que coexistem, de forma arbitrária, instituições e agentes pessoais muito heterogêneos. A falta de interesse dos Estados e partidos, de direita e esquerda, deixa essa zona da vida social nas mãos de diversos mecenas ou relegada às iniciativas de instituições desconectadas (Canclini, 1987, p. 14).

Com base nas palavras de Canclini (1987) e analisando o contexto brasileiro nas eleições de 2018 em que havia 13 candidatos à presidência do Brasil, somente três fizeram

⁴ CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. *In*: CANCLINI, N. G. (org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 26. “Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social”.

uso da palavra cultura em seus planos e nenhum deles direcionou propostas para a construção de políticas públicas voltadas ao contexto cultural com veiculação para o patrimônio, memória etc. Foi constatado que, no plano de governo de alguns candidatos, a palavra cultura não foi mencionada nenhuma vez, o que revela um total descaso com a pauta das políticas culturais.

Acompanhando o esvaziamento desses discursos, podemos perceber como as palavras de Canclini, proferidas décadas atrás, em 1987, fazem todo o sentido ao serem integradas neste assunto que norteia um dos segmentos mais importantes da sociedade brasileira. Ademais, o Brasil é um país cujo potencial turístico e cultural é explorado diariamente por governos de diversos estados.

Sabemos que a atual crise econômica e os enérgicos cortes dos orçamentos públicos diminuem os recursos para produzir mudanças estruturais. As reduções no financiamento para atividades educacionais e culturais tornam difícil até mesmo manter programas regulares de difusão (publicidade de eventos na mídia massiva, serviços educativos em museus) (Canclini, 1987, p. 49-50).

Recentemente, o setor da cultura passou por diversos cortes e um enorme contingenciamento de seus recursos, o que ocasionou em um vasto desmonte dos aparelhos culturais do país. Vale destacar o ocorrido com o Museu Nacional no ano de 2018, quando mais de 200 anos de história foram destruídos por conta de um incêndio. Ao aplicar os conhecimentos e estudos dirigidos por Canclini nos momentos de extrema crise no setor da cultura, é possível enxergar, além do horizonte de abandono, o descaso com a formação e construção de políticas públicas.

Portanto, aplicar e colocar em prática as políticas culturais nos mais variados espaços de formação e construção de conhecimentos, principalmente nos espaços de memória, é fortalecer a cultura de um país. As políticas museológicas também evoluíram para abraçar a sustentabilidade ambiental e econômica, reconhecendo a importância de preservar não apenas o patrimônio cultural, mas, também, os recursos naturais e a viabilidade financeira das instituições. Esses marcos gerais delineiam a evolução das políticas nacionais de museus ao longo do tempo, destacando as transformações e adaptações que refletem as circunstâncias históricas, sociais e culturais únicas de cada país.

Os museus ostentam intrinsecamente um caráter educacional que remonta à sua própria origem, pois, desde o seu início, configuraram-se como espaços dedicados à pesquisa e ao ensino. Essas instituições, ao longo do tempo, evoluíram de meros

depósitos de artefatos para centros dinâmicos de aprendizado, onde o público pode explorar e aprofundar seu conhecimento em diversas áreas.

Ao integrarem-se à comunidade acadêmica, os museus desempenham um papel vital na disseminação do saber, proporcionando experiências educativas que transcendem os limites tradicionais do ensino formal. Dessa forma, a natureza educativa dos museus permanece marcada em sua essência, promovendo a interação, a capacitação e a socialização das informações e conhecimento. Segundo Brandão (1996), as inquietações relacionadas à educação em museus remontam a períodos históricos antigos, embora, muitas vezes, se atribua ao Abbé Grégoire, fundador do Conservatoire des Artes et Métier⁵ em Paris (1794 - finais do século XVIII), o papel preponderante nessas questões. Abbé Grégoire demonstrou particular preocupação com a formação técnica dos artífices franceses, sendo reconhecido como um notável impulsionador dessas discussões.

Ao longo dos anos, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) tem se empenhado em criar definições que capturem a essência dos museus e suas complexidades educativas, formativas e institucionais. Como destaca Chagas (2020, p. 56), “os museus são mais do que locais de exibição de objetos; eles cumprem funções sociais, educativas e de preservação, promovendo o desenvolvimento humano e cultural das sociedades”. A definição do ICOM ressalta que os museus são instituições permanentes, abertas ao público e sem fins lucrativos, dedicadas à aquisição, conservação, pesquisa, comunicação e exposição do patrimônio tangível e intangível da humanidade e do ambiente.

Esses patrimônios são compartilhados com a sociedade para alcançar o propósito de educação, estudo e deleite, reforçando a importância multifacetada dos museus como agentes de preservação e comunicação do legado cultural para as gerações atuais e futuras. Além de suas funções educativas e formativas, os museus também assumem um papel crucial na construção de uma cidadania cultural. Como afirma Chagas (2020, p. 78), “os museus são espaços de diálogo entre diferentes culturas e saberes, promovendo a reflexão crítica e a participação ativa dos visitantes”. Nesse sentido, os museus não apenas preservam e comunicam o patrimônio, mas também atuam como espaços de transformação social, incentivando o engajamento comunitário e a valorização da

⁵ O Conservatoire National des Arts et Métiers, conhecido pela sigla CNAM, é uma instituição de ensino superior e pesquisa, do tipo grande école, operada pelo governo francês e dedicada à educação e à pesquisa para a promoção da ciência e da indústria.

diversidade cultural.

Autores que estudam a educação em museus têm discutido sobre como ela funciona e se desenvolve em termos de forma de educação. No “Caderno da Política Nacional de Educação Museal”, Costa (2017, p. 73) explica as características e o funcionamento dessa modalidade educativa:

A Educação Museal envolve uma série de aspectos singulares que incluem: os conteúdos e as metodologias próprios; a aprendizagem; a experimentação; a promoção de estímulos e de motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado, o reconhecimento e o acolhimento dos diferentes sentidos produzidos pelos variados públicos visitantes e das maneiras de ser e estar no museu; a produção, a difusão e o compartilhamento de conhecimentos específicos relacionados aos diferentes acervos e processos museais; o estímulo à apropriação da cultura produzida historicamente, ao sentimento de pertencimento e ao senso de preservação e criação da memória individual e coletiva.

Buscando compreender os diversos pontos levantados pelo autor, um aspecto especial que trata a respeito da educação em museus parte inicialmente do contato do público com o patrimônio, ou seja, estar presente nos museus e compartilhar conhecimentos sobre os acervos dessas instituições. Além de ensinar, a educação em museus adota uma abordagem dialógica, em que o público, tanto visitante quanto potencial, desempenha um papel central no decorrer desse processo.

Sobre esse assunto, ao analisar como os profissionais que atuam nessa área na América Latina entendem o conceito de educação em museus, Aidar e Martins (2018, p. 168) afirmam que:

Os públicos aparecem de forma central na fala desses sujeitos, tanto como catalisadores, quanto como alvo das ações desenvolvidas pelas instituições. Essa noção ampliada do papel da instituição museal e da potência da relação com os diferentes públicos aparece nas respostas [dos profissionais dos museus] sobre o significado da ação educativa, que desvincula a educação em museus da educação escolar e seus públicos exclusivamente.

A transformação dos museus em centros de educação e socialização de conhecimento não ocorre de forma isolada, mas é resultado de um contexto histórico e cultural mais amplo. O papel dos museus na construção da identidade cultural de um povo, conforme destacado por Silva (2019, p. 78), é fundamental, já que “os museus nacionais não apenas preservam a memória coletiva, mas também desempenham um papel crucial na construção da identidade cultural de um povo”. A autora ressalta esse entendimento e reforça a ideia de que os museus são indispensáveis para a formação da cidadania cultural, pois promovem um senso de pertencimento e a valorização das diversidades que compõem uma sociedade.

A atuação dos museus na promoção da educação não se limita ao público escolar; ela se estende a toda a comunidade. A educação em museus envolve “a promoção de estímulos e de motivação intrínseca a partir do contato direto com o patrimônio musealizado” (Costa, 2017, p. 73). Essa abordagem propõe um modelo educacional que privilegia a experiência direta e a interação com o patrimônio, levando os visitantes a desenvolver um senso crítico e reflexivo sobre a cultura e a história. Ao transformar a visita ao museu em uma experiência educativa, essas instituições ampliam seu papel, tornando-se aliadas na formação de indivíduos conscientes e informados.

A digitalização dos acervos e o uso de tecnologias emergentes têm ampliado significativamente o alcance dos museus, tornando-os mais acessíveis a diferentes públicos. Como argumenta Oliveira (2020, p. 143), “a tecnologia permitiu expandir o alcance dos museus, abrangendo visitantes com deficiência e comunidades remotas, promovendo um impacto educativo mais amplo”. A utilização de recursos digitais não apenas democratiza o acesso à cultura, mas também potencializa a interação e o engajamento do público, facilitando o aprendizado em diversos formatos. Essa nova realidade destaca a importância de se pensar em museus que não sejam apenas espaços físicos, mas plataformas interativas que promovem a educação em diferentes níveis.

Além disso, a função social dos museus é reafirmada pela necessidade de promover a inclusão e a diversidade cultural. Gouveia (2019, p. 112) destaca o papel das de suma importância das políticas culturais e também a própria formação das políticas públicas para aplicação desses métodos ao afirmar que: “essas políticas visaram incluir vozes e narrativas de comunidades marginalizadas, tornando os museus mais representativos e reflexivos de uma sociedade plural”. Esse esforço em diversificar as narrativas expostas nos museus contribui para um ambiente de diálogo, onde diferentes culturas e histórias podem ser compartilhadas e valorizadas. Assim, os museus se tornam espaços de resistência cultural, promovendo a visibilidade de grupos que, muitas vezes, são marginalizados em discursos oficiais.

A importância da educação museal é igualmente ressaltada na promoção de um desenvolvimento humano e cultural sustentável. Chagas (2020, p. 56) afirma que “os museus são mais do que locais de exibição de objetos; eles cumprem funções sociais, educativas e de preservação”. Ao se comprometerem com a educação, os museus não apenas preservam o patrimônio cultural, mas também contribuem para a formação de cidadãos críticos, engajados e capazes de refletir sobre seu papel na sociedade. Esse

compromisso com a educação é um aspecto central na missão dos museus contemporâneos, que buscam ser mais do que meros repositórios de objetos.

Sendo assim, a evolução dos museus é um reflexo da capacidade dessas instituições de se adaptarem e se reinventarem diante dos desafios contemporâneos. A interseção entre cultura, educação e política, conforme analisado por Canclini (1987), é essencial para compreender a importância das políticas culturais no fortalecimento das instituições museológicas. O papel ativo dos museus na promoção da cultura, da educação e da inclusão social reafirma sua relevância na sociedade moderna. Portanto, os museus não só preservam a história, mas também moldam o futuro, formando cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de atuar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.1 O papel dos museus na preservação da memória, história e cultura

Os espaços museológicos oferecem mais do que meras exposições; eles são portadores da herança cultural, pois proporcionam um mergulho profundo nas tradições, costumes e conquistas que moldaram sociedades ao longo dos séculos. Ao preservar esses vestígios do passado, os museus desempenham um papel fundamental na construção da identidade coletiva ao promoverem o entendimento intergeracional e fornecerem uma base sólida para o desenvolvimento cultural. Esse papel destacado dos museus na preservação da história e cultura reflete a importância de reconhecer essas instituições como guardiãs essenciais da memória cultural global.

Quanto à preservação e perpetuação da riqueza histórica e cultural de uma sociedade, os museus, considerados muitas vezes como guardiões do passado, são espaços vistos por muitos como um lugar sagrado, onde documentos, relíquias e artefatos se tornam testemunhas silenciosas do tempo. Ao coletar, conservar e exibir elementos representativos da história e cultura, essas instituições se transformam em narradores poderosos, contando as histórias da humanidade para as gerações presentes e futuras.

Atualmente, há uma crescente expectativa de que os museus assumam diversas responsabilidades que contribuam para a realização de metas políticas que vão além do âmbito cultural específico (Legget, 2017; Camacho, 2021), especialmente nas esferas da instrução, ciência, saúde e bem-estar, desenvolvimento social, enfrentamento à exclusão, ordenamento territorial, impulsionamento turístico, promoção do

desenvolvimento sustentável, da igualdade e diversidade, estímulo à criatividade, inovação e empreendedorismo, entre outros.

Nesse contexto, a ideia de hibridismo, de métodos combinados e de políticas que abrangem diversos setores do governo, oferece uma visão mais integrada da cultura e das políticas públicas, evitando fragmentações e dividindo responsabilidades. Por outro lado, dentro do próprio campo cultural, é comum observar uma tendência à segregação de setores distintos (artes, museus, patrimônio, arquivos, bibliotecas), o que leva cada um a atuar em áreas específicas, nem sempre interligadas entre si.

Vale destacar um elemento fundamental para se compreender a importância desses espaços para a sociedade, o qual talvez esteja ligado mais ao próprio significado e à compreensão dos conceitos de memória. A memória é, portanto, primordial para entender a missão e os objetivos desses lugares que, acima de tudo, são centros de preservação e perpetuação de saberes. Le Goff (1990, p. 8-11) ressalta que “[...] a memória é a produção do

passado que deve ser transportada para o presente, enquanto a história é a ciência da evolução das sociedades humanas, que faz o elo entre o passado e presente”.

Para Pinto (1998), definir a história é uma tarefa desafiadora, mas pode-se resumi-la como a investigação da trajetória dos seres humanos ao longo do tempo. Na história, o passado é analisado de maneira racional e transformado em conhecimento, enquanto na memória, o passado é reinterpretado com base em todas as experiências vividas.

Com o avanço da tecnologia e a produção acelerada de informações nas últimas décadas, as características e necessidades de informação e sabedoria na sociedade contemporânea assumem um papel cada vez mais significativo. Nesse contexto, percebe-se que a memória desempenha um papel crucial em diversas dimensões. Portanto, abordar a questão da memória implica também uma análise filosófica, que investiga esse fenômeno como intrinsecamente ligado ao tecido social. Compreender a memória, do ponto de vista filosófico, é concebê-la como a habilidade cognitiva de reter informações através da assimilação de conhecimento ao longo da existência.

Conforme consta em seu dicionário de Filosofia, Japiassú e Marcondes (2006, p. 183- 184) afirmam que a memória pode ser entendida como “a capacidade de relacionar um evento atual com um evento passado do mesmo tipo, portanto, como uma capacidade de evocar o passado através do presente”. Essa capacidade de evocar o passado é especialmente relevante em um mundo onde a velocidade das transformações

sociais pode obscurecer a continuidade histórica, como argumenta Bauman (2005), ao descrever a modernidade líquida e seus impactos sobre as relações sociais e culturais. Nesse sentido, os museus se tornam um antídoto à efemeridade, oferecendo um espaço para que as narrativas e memórias coletivas sejam preservadas e valorizadas.

Essa construção da identidade coletiva é um aspecto crucial, especialmente em sociedades plurais, onde diferentes grupos sociais buscam reconhecimento e valorização de suas histórias. Hall (1997) destaca que a cultura é um campo de significados em que as identidades se constituem e são reconstituídas.

Esse papel destacado dos museus na preservação da história e cultura reflete a importância de reconhecer essas instituições como guardiãs essenciais da memória cultural global. Os museus têm o potencial de se tornarem espaços de resistência e inclusão, onde as vozes historicamente marginalizadas podem ser ouvidas. Boaventura de Sousa Santos (2014) argumenta que a memória é um recurso valioso na luta pela justiça social, pois permite que as experiências dos oprimidos sejam incorporadas à narrativa coletiva. Assim, os museus não apenas documentam o passado, mas também se tornam instrumentos de transformação social, promovendo a igualdade e o respeito à diversidade.

É importante reconhecer a influência da tecnologia na maneira como as memórias e histórias são acessadas e compartilhadas. O uso de plataformas digitais e redes sociais tem potencializado o alcance dos museus, das suas coleções e narrativas por um público mais amplo e diversificado. Milton Santos (2000) enfatiza a importância da geografia da informação e do modo como o acesso à informação molda as relações sociais. Nesse contexto, os museus, ao adotarem novas tecnologias, podem democratizar o acesso ao conhecimento e ampliar as suas funções educacionais e sociais.

A relação entre memória, história e identidade é complexa e multifacetada. A memória não é um mero repositório de fatos, mas um processo dinâmico que envolve a construção contínua de significados. Os museus, ao se engajarem nesse processo, contribuem para a formação de uma consciência crítica sobre o passado e promoção de um diálogo entre diferentes narrativas e experiências. Isso é especialmente relevante em um mundo globalizado, onde as interações entre culturas podem levar à hibridização e à criação de novas formas de expressão cultural. Nesse contexto, os museus têm o desafio e a oportunidade de refletir sobre essa diversidade em suas coleções e exposições.

Além de seu papel tradicional de preservação, os museus também têm a responsabilidade de se adaptarem às mudanças sociais e culturais. Isso inclui a

necessidade de envolver as comunidades locais na construção de suas narrativas e no desenvolvimento de suas coleções. Como argumenta Hall (1997), a cultura é um campo de luta e os museus podem se tornar espaços onde essas lutas são visibilizadas e debatidas. A colaboração com grupos comunitários pode levar a exposições mais inclusivas e representativas, contribuindo para a construção de um senso de pertencimento e identidade.

Os museus devem também considerar seu papel na educação e na formação de cidadãos críticos e informados. Em um mundo onde a desinformação é uma preocupação crescente, os museus podem se tornar em centros de aprendizado e oferecer experiências educativas que incentivem o pensamento crítico e a reflexão. Isso se alinha à visão de um museu como um espaço de diálogo e troca de saberes, no qual diferentes vozes podem se encontrar e compartilhar suas experiências.

Realizar uma reflexão sobre o papel dos museus na preservação da memória, história e cultura é fundamental para compreender sua relevância na sociedade contemporânea. Esses espaços não são apenas repositórios de objetos, mas centros dinâmicos de conhecimento e aprendizado. Ao se posicionarem como guardiões da memória cultural, os museus têm responsabilidade de promover a inclusão, a diversidade e o respeito às diferentes narrativas que compõem a história da humanidade. Por isso, o investimento em práticas que reconhecem a multiplicidade de vozes e experiências torna os museus em agentes de transformação social e cultural.

Logo, o papel dos museus na preservação da memória e na construção da identidade cultural é multifacetado e essencial à sociedade. Ao abraçarem suas responsabilidades sociais, educacionais e políticas, os museus podem se tornar espaços em que a memória coletiva é valorizada e as histórias de todos os grupos sociais são contadas e respeitadas. A reflexão crítica sobre o seu papel na sociedade é um passo importante para que esses espaços continuem a cumprir sua missão de preservar e promover a rica tapeçaria da experiência humana.

Por fim, a preservação da memória cultural não se limita aos artefatos físicos, mas também inclui as práticas, tradições e saberes que moldam a vida cotidiana das comunidades. Os museus, ao reconhecerem e valorizarem essas dimensões imateriais, podem contribuir para a continuidade e revitalização das culturas locais. Essa abordagem amplia o entendimento da cultura como um processo vivo e em constante evolução, já que as memórias são constantemente reinterpretadas e ressignificadas.

2.2 Educação formal e informal: o impacto das iniciativas educacionais dentro dos museus

O processo de ensino e aprendizagem só é possível através da aplicação dos métodos de ensino, sejam eles formais ou não formais, desenvolvidos e aplicados dentro de instituições de ensino ou em qualquer outro ambiente onde seja viável a troca de informações por meio de um tutor, guia etc.

A Constituição Federal de 1988 aborda em seu capítulo III, artigos 205 e 206, que a educação é um direito de todos os brasileiros, conforme descrito abaixo:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. Especifica que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade;

VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Brasil, 1988, cap. III, arts. 205 e 206).

A instrução, de acordo com Gadotti (2005), transformou-se em um dos pré-requisitos primordiais para que os cidadãos possam alcançar o conjunto de recursos e serviços disponíveis na comunidade. A autora atribui a todos um direito essencial como um elemento indispensável para desfrutar de outros direitos estabelecidos em uma sociedade baseada na democracia. Por essa razão, a educação é um direito reconhecido e ratificado tanto na legislação brasileira quanto na maioria dos países ao redor do globo. Então, qualquer tipo de privação ao acesso à educação equivale negar a um indivíduo o acesso aos seus direitos humanos básicos. Em outras palavras, sem educação, a plenitude do direito de cidadania não é alcançada.

Na trajetória educacional, compreende-se que, de um modo geral, o primeiro núcleo social no qual se está inserido é o ambiente familiar. Durante os primeiros anos de contato com esse universo particular e multicultural, são forjados os primeiros

laços emocionais, de valores, as primeiras regras de convivência coletivas. Gomes (2011) reforça que esse primeiro contato, que antecede a inserção educacional escolar, é fundamental para se construir e entender as suas culturas e particularidades.

Durkheim⁶ 1973) estudou os aspectos da educação sob uma perspectiva social e identificou dois processos de socialização: o primário, que ocorre principalmente na família, e o secundário, que se estende para além da família e envolve outros grupos. Isso sugere que o processo educativo brasileiro acontece em dois estágios ao longo da vida: inicialmente na família e, posteriormente, através da interação com diversos grupos sociais.

Quadro 1 - Socialização primária e secundária para Émile Durkheim

Socialização primária	Socialização secundária
A família é a condutora dos processos culturais	Outros grupos sociais
Integração do indivíduo à cultura	Trabalho e escola são os condutores mais amplos do indivíduo à cultura
Inserir os indivíduos nas regras e normas sociais que norteiam a sua sociedade	Nessa etapa pode ocorrer conflitos entre as regras quando o indivíduo recebe somente regras e valores familiares.

Fonte: adaptado pelo próprio autor.

A educação pode ser vista como um processo social que visa desenvolver as habilidades e conhecimentos de uma pessoa de acordo com as demandas da sociedade. Isso inclui aprender sobre os diversos saberes presentes na cultura e se preparar para se tornar um membro ativo e consciente da engloba comunidade.

No contexto museológico, é imprescindível explorar o impacto das iniciativas educacionais dentro dessas instituições. A educação não formal pode ser definida, segundo Gadotti (2005, p. 2), como:

[...] por aquilo que ela é, pela sua especificidade e não por sua oposição à educação formal. Gostaria também de demonstrar que o conceito de educação sustentado pela Convenção dos Direitos da Infância ultrapassa os limites do ensino escolar formal e as experiências de vida, e os processos de aprendizagem não formais, que desenvolvem a autonomia da criança.

⁶ Émile Durkheim é conhecido como fundador da sociologia como disciplina. Nascido em 1858, na França, foi ele quem realizou os primeiros estudos sociológicos da educação, dando uma dimensão social e profunda para os processos de educação em uma sociedade. Disponível em: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=207> Acesso em: 01 maio 2024.

No âmbito dos museus, essa abordagem educacional ampla se torna particularmente relevante, pois essas instituições não são apenas depositárias de artefatos e histórias, mas também são espaços dinâmicos que podem desempenhar um papel fundamental na promoção do aprendizado ao longo da vida.

Ao compreender o potencial educativo dos museus, é possível avaliar como suas iniciativas formais e informais contribuem para a capacitação dos indivíduos, tanto em termos de conhecimento acadêmico quanto no fortalecimento de habilidades práticas e cívicas. Essa análise aprofundada permitirá explorar o papel vital dos museus na educação multifacetada, desdobrando-se para além das fronteiras da aprendizagem tradicional.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc. Em suma, consideramos a educação não-formal como um dos núcleos básicos de uma Pedagogia Social (Gohn, 2006, p. 32).

Gohn (2006) destaca a abrangência e a importância da educação não formal como um componente essencial da Pedagogia Social. A autora ressalta as diversas dimensões desse processo educativo, o qual vai além da transmissão formal de conhecimento. A ênfase na aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos destaca a relevância da educação não formal na formação de uma consciência cívica e participativa. Além disso, a capacitação para o trabalho, a promoção de habilidades e o desenvolvimento de potencialidades refletem a função prática e orientada para a vida dessa forma de educação.

Ao focar na organização comunitária e na resolução de problemas coletivos, a educação não formal emerge como uma ferramenta valiosa para fortalecer as comunidades.

2.3 As diferenças entre atividades educativas e formativas dentro dos espaços museológicos

As atividades educativas e formativas desempenham papéis fundamentais no contexto dos espaços culturais, especialmente em instituições como os museus. Essas iniciativas vão além da mera transmissão de informações, pois envolve estratégias

dinâmicas que buscam a promoção do aprendizado, interação e reflexão. No cenário museológico, as atividades educativas referem-se às práticas que visam proporcionar conhecimento, muitas vezes por meio de abordagens interativas, como visitas guiadas, workshops, cursos e exposições itinerantes.

Compreendendo o amplo sentido atribuído à Pedagogia enquanto ciência da educação e alinhado às perspectivas de Franco (2008), Libâneo (2010) e Severo (2015), é possível perceber que as práticas educativas transcenderam os limites dos espaços escolares, perpassando por diversos locais de difusão do conhecimento e da informação. Conforme destaca Severo (2015, p. 133), ao utilizar a expressão “diversificação dos ambientes de atuação profissional do pedagogo”, é particularmente relevante quando o museu é considerado um campo emergente de atuação para esses profissionais.

Historicamente, o trabalho do pedagogo esteve predominantemente associado às instituições educacionais formais, como escolas e universidades. No entanto, no século XXI, a atuação do pedagogo se expandiu para além desses limites tradicionais.

Por outro lado, as atividades formativas concentram-se no desenvolvimento de habilidades que estimulam a capacidade crítica e criativa do público que transita dentro desses lugares, os museus e centros culturais. Compreender a distinção entre essas duas esferas é essencial para a excelência no trabalho desenvolvido nos museus, já que permite uma abordagem mais abrangente e eficaz na promoção da educação e cultura.

Essas diferenças entre atividades educativas e formativas ressaltam a necessidade de um planejamento cuidadoso e estratégico nas práticas museológicas. As atividades educativas tendem a se concentrar na transmissão de conhecimentos específicos e no engajamento do público com o acervo, enquanto as atividades formativas buscam desenvolver habilidades críticas e criativas que permitem aos participantes uma compreensão mais profunda e uma apreciação do patrimônio cultural.

Para ilustrar essa distinção, o Quadro 2 a seguir apresenta um resumo das definições de público-alvo, objetivos, metodologias e impactos de cada uma dessas esferas, destacando a importância de cada abordagem no contexto dos museus e centros culturais.

Quadro 2 - Distinções entre Atividades Educativas e Formativas em Museus e Centros Culturais

ASPECTO	DEFINIÇÃO
Público-alvo	<ul style="list-style-type: none"> - Visitantes em geral, incluindo estudantes, professores, famílias e comunidades. - Estagiários e profissionais de museus, incluindo educadores e mediadores culturais.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a educação e a conscientização cultural através da interação com acervos. - Desenvolver habilidades práticas e teóricas em gestão e curadoria. - Fomentar a inclusão social e o acesso à cultura.
Metodologias	<ul style="list-style-type: none"> - Aulas práticas, oficinas, visitas guiadas e palestras. - Dinâmicas de grupo e atividades interativas. - Formação continuada e capacitação de equipes de mediadores e educadores.
Impactos	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento do engajamento do público com o patrimônio cultural. - Melhora nas habilidades técnicas e educativas dos funcionários e estagiários. - Transformação na percepção e valorização da cultura local e do patrimônio histórico.

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024).

A importância de definir claramente o público-alvo, objetivos e metodologias é essencial para a eficácia das atividades educativas em museus. Conforme apontam diversos autores, como Marandino (2008) e Santos (2009), a adequação dessas práticas às necessidades do público é essencial para promover a inclusão e o acesso à cultura, além de garantir que os funcionários e estagiários se tornem mediadores eficazes no processo de educação e valorização do patrimônio cultural.

Devido à sua dinâmica peculiar, os museus apresentam mecanismos pedagógicos distintos em termos de divulgação, organização e prestação de serviços educativos e disseminação de informações. É crucial compreender as nuances de cada uma dessas ações nos ambientes museológicos, reconhecendo a considerável diferença entre as atividades educativas e formativas. Essa percepção serve para implementar um trabalho de excelência nos espaços museais, conforme mencionado anteriormente.

Segundo Franco (2008), os locais dedicados à educação e à disseminação de informações devem estar em constante evolução. Esse processo dinâmico é crucial para a aplicação contínua de novas técnicas e práticas pedagógicas. Destaca-se a importância de direcionar o foco da aprendizagem não apenas para ambientes escolares, mas para

uma variedade de contextos educativos. Caso contrário, esses locais correm o risco de se tornarem meras influências educacionais, deixando de desempenhar um papel significativo na formação ética e emancipadora das pessoas.

Libâneo (2001) complementa que pedagogizar o ensino de ciências implica estabelecer intencionalidade e submeter os temas científicos a objetivos claros de natureza ética, filosófica e política. A responsabilidade de promover a prática educacional comprometida, intencional e ética, conhecida como “práxis educativa”, de acordo com Franco (2008), deve ser mediada por profissionais da educação. Portanto, o autor define esse mecanismo da seguinte maneira:

a práxis educativa, objeto da ciência pedagógica, caracteriza-se pela ação intencional e reflexiva de sua prática. Diferentemente de outras práticas sociais, que até podem funcionar, em certos momentos, como práticas educativas, mas que prescindem dessas condições e que, por não serem organizadas intencionalmente, não foram, até então, objeto de estudo da pedagogia, apesar de estarem incluídas no amplo contexto da educação (Franco, 2008, p. 83-84).

A vitalidade desses espaços reside na sua capacidade de adaptação e inovação constante, garantindo que estejam alinhados com as necessidades em evolução da educação contemporânea. Pode-se, então, definir as práticas educacionais dentro dos espaços museológicos e culturais como ações de visitas “instrutivas”, “guiadas”, “supervisionadas” ou, até mesmo, “encenadas”. Incluem programas de assistência e capacitação para professores, workshops, cursos e palestras, exposições de filmes, vídeos, atividades de leitura, narração de histórias, exposições itinerantes, bem como projetos específicos e servir de suporte para determinadas exposições.

Há ainda os recursos educativos e informativos produzidos com o propósito de contribuir com essas práticas, tais como publicação de livros, jogos, guias, panfletos e folhetos diversos, folhas de exercícios, conjuntos de materiais didáticos, audioguias, aplicativos multimídia, CD-ROM, site institucional na internet, entre outros.

Nos espaços museológicos, as atividades educativas e formativas são essenciais para a promoção do conhecimento e da cultura, mas elas possuem propósitos e metodologias distintas que merecem ser destacadas. As atividades educativas geralmente são voltadas para a transmissão de informações e a promoção da aprendizagem de maneira mais direta. Elas podem incluir visitas guiadas, oficinas e palestras, cujo objetivo é proporcionar aos visitantes uma compreensão sobre o acervo, a história e as práticas culturais representadas no museu. Para Franco (2008, p. 25), “as atividades educativas nos museus devem ser planejadas para engajar o público e facilitar a apropriação do conhecimento cultural”.

Em contrapartida, as atividades formativas vão além da simples disseminação de conhecimento; elas buscam desenvolver habilidades críticas e criativas nos participantes, estimulando uma reflexão mais profunda sobre as questões abordadas. Essas atividades podem incluir programas de formação para mediadores e educadores, bem como iniciativas que incentivem a participação ativa do público, como debates e projetos colaborativos. Libâneo (2001, p. 45) ressalta que “as práticas formativas nos museus têm um papel crucial na construção de uma consciência crítica e na formação de cidadãos mais engajados”.

Essa distinção favorece a eficácia das ações desenvolvidas nos museus, pois permite que os educadores e mediadores planejem e implementem atividades que atendam às necessidades específicas de diferentes públicos. Para Cury (2009, p. 87), “a diferenciação entre atividades educativas e formativas possibilita uma abordagem mais estratégica na mediação cultural, promovendo uma experiência mais rica e envolvente para os visitantes”. Dessa forma, as instituições museológicas podem cumprir seu papel social e educativo de maneira mais eficaz ao compreender os seus espaços e campos de atuação.

Sendo assim, nota-se que as atividades educativas são, muitas vezes, mais estruturadas e focadas em objetivos específicos de aprendizagem, enquanto as formativas tendem a ser mais flexíveis e adaptativas, buscando criar um espaço de diálogo e troca entre os participantes.

Franco (2008, p. 65) observa que “a interação e a troca de saberes são elementos-chave nas práticas formativas, promovendo um aprendizado coletivo e colaborativo”. Essa interação é vital para que os participantes se sintam parte do processo educativo e possam construir conhecimento de forma conjunta. Dentro dessa perspectiva, A compreensão das diferenças entre atividades educativas e formativas nos espaços museológicos promove práticas que favoreçam o aprendizado e a reflexão crítica

Ao alinhar as metodologias e objetivos de cada tipo de atividade, os museus podem se tornar ambientes propícios ao desenvolvimento cultural e à formação de cidadãos conscientes e engajados.

3 MUSEOLOGIA NA MODERNIDADE E A TRANSFORMAÇÃO DA CULTURA E SOCIEDADE: TECENDO DIÁLOGOS DECOLONIAIS

As transformações sociais ocorridas em decorrência dos processos de globalização e do desenvolvimento tecnológico possibilitaram a construção de novas identidades culturais e práticas culturais, o que também foi possível devido às grandes correntes filosóficas e políticas que emergiram no mundo moderno.

A interação entre cultura, sociedade, museologia, modernidade e decolonialidade tem se revelado num campo de estudo cada vez mais relevante e desafiador, já que o enfoque decolonial busca romper com as estruturas hierárquicas e coloniais que moldaram as narrativas e práticas museológicas ao longo dos séculos, trazendo à tona vozes marginalizadas e promovendo a diversidade cultural.

A célebre frase do filósofo francês Descartes, “penso, logo existo”, foi um marco para a construção de uma corrente de pensamento que surgiu na Europa e se difundiu como pensamento dominante na estruturação de um projeto político e filosófico que iria ser inserido nos museus. Assim, conforme destaca Grosfoguel (2016, p. 28), “o nascimento do dito mundo moderno, o “Eu” eurocêntrico substitui Deus como a nova fundação do conhecimento e seus atributos passam a constituir a base da secularização dos atributos do Deus cristão”.

Essa nova concepção de compreender o indivíduo dentro do contexto universal modificou completamente a forma de ver o mundo e, principalmente, as coisas, trazendo inúmeras reflexões para entender o mundo como ele é hoje. A modernidade é caracterizada por transformações sociais, tecnológicas e políticas.

Na contemporaneidade, os museus, por sua vez, carregam consigo uma função social, cultural, econômica, política e, acima de tudo, educativa. Compreender o papel que essa instituição desempenha na sociedade contemporânea ajuda a entender as relações sociais e socioculturais que emergiram no mundo nos últimos séculos.

Essas transformações influenciaram diretamente a forma como os museus foram concebidos e operados a partir do desenvolvimento de sentidos e entendimento sobre esse espaço. Bourdieu (2004, p. 15), ao destacar a construção do campo científico, coloca o museu dentro dessa relação, uma vez que compreende esse campo da seguinte maneira: “Um campo é um espaço estruturado de posições disputadas por agentes e instituições.” Sob essa perspectiva, surgiram questionamentos sobre a adequação dos museus às demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada, multicultural e conectada.

A modernidade trouxe consigo avanços tecnológicos, econômicos e sociais

significativos que impactaram a forma como os museus coletam, preservam e apresentam seu acervo. No entanto, muitos museus historicamente seguiram uma perspectiva eurocêntrica, valorizando predominantemente a arte e a cultura europeia em detrimento de outras tradições culturais. Isso pode levar à marginalização e à sub-representação das culturas não ocidentais, perpetuando estereótipos e preconceitos.

Considerando o contexto da modernidade e da contemporaneidade, os museus tornaram-se espaços com uma condição política e social. As práticas educacionais difundidas dentro desses ambientes informacionais serviram e servem para se discutir sobre diversas formas de pensar a cultura eo patrimônio material e imaterial. Esses lugares de saber e, acima de tudo, lugares que hoje educam, fizeram parte de um conglomerado de informações que, ao longo dos anos, foram sendo revistas completamente a forma de se colocar e representar os objetos ali contidos.

Ao refletir sobre contribuições para uma desconstrução do pensamento eurocêntrico dentro dos espaços museais, Mauss (2003) tem sido amplamente discutido e influente na antropologia, sociologia e estudos culturais. Ele nos convida a pensar além das relações econômicas puramente utilitárias e a considerar as dimensões simbólicas e culturais das práticas sociais, demonstrando que a dádiva é uma forma poderosa de construir e manter laços de solidariedade e identidade entre os membros de uma sociedade.

Embora Mauss (2003) não tenha abordado a museologia decolonial em si, suas ideias sobre práticas culturais e trocas podem ser consideradas como um dos muitos pontos de partida para as reflexões e discussões sobre a descolonização dos espaços museológicos e a valorização das culturas e saberes das comunidades historicamente marginalizadas.

Sobre a musealização de espaços não somente museais, mas também dos espaços educacionais como forma de refletir sobre as transformações sociais ocorridas a partir dos fatos históricos que foram cruciais para a construção e perpetuação de identidades e memórias, Brulon (2020, p. 3) destaca que “Musealizar é uma forma de construir consenso sobre o valor sobre a matéria, se percebemos que os museus são instituições organicamente ligadas às sociedades. É a sociedade que produz o valor transmitido pelos museus”.

Tal reflexão permite colocar os museus dentro de um espaço de luta social contra o racismo e a desigualdade histórica que muitos povos passaram ao longo dos séculos devido ao seu processo de colonização. Pensar nas questões da modernidade do

sujeito enquanto ser que pensa, reflete e indaga sobre o passado é continuar a criar lutas políticas dentro dos fazeres institucionais de educação e preservação da memória.

No entanto, a modernidade também trouxe consigo as marcas da colonialidade, que se manifestam nas hierarquias raciais, na apropriação cultural e na construção de narrativas hegemônicas. Nesse contexto, a decolonialidade surge como um movimento crítico que visa desconstruir essas estruturas de poder e alcançar a equidade e a inclusão no campo museológico.

3.1 Reflexões sobre a modernidade

As transformações sociais desencadeadas pelos processos de globalização e avanços tecnológicos têm propiciado a emergência de novas identidades culturais e práticas culturais, conceitos que refletem entendimentos dinâmicos e multifacetados que definem valores, crenças, costumes e comportamentos compartilhados por um grupo de pessoas. Tais perspectivas servem como uma lente através da qual os indivíduos interpretam o mundo ao seu redor e moldam sua identidade coletiva. Esse fenômeno está intrinsecamente ligado a importantes correntes filosóficas e políticas que surgiram no contexto da modernidade, impulsionadas por transformações e revoluções sociais que moldaram o panorama mundial (Ahmed, 2023, tradução nossa).

O tema “Reflexões sobre a Modernidade” evoca uma análise profunda sobre as transformações sociais, culturais e intelectuais que marcaram a transição da sociedade tradicional para a moderna. Costa (2020, p. 23) afirma que a “Modernidade é a denominação de um conjunto de fenômenos sociais e é também o resultado de uma série de eventos marcantes no mundo ocidental ocorridos nos últimos quinhentos anos, aproximadamente”.

Em complemento, Mocellim (2011, p. 1) destaca que:

Max Weber compreende o desencantamento do mundo como um processo histórico milenar em que, por meio da religião e da ciência, o mundo foi desmagificado. A consideração da magia como profana, pelas religiões, ou irracional, pela ciência, significou também uma desmagificação da natureza – que de agora em diante só pode ser considerada em sua dimensão científica, e por isso objetiva e causal.

A partir desse prisma, a compreensão da realidade passa a ser moldada pela objetividade e causalidade científica, marcando uma nova era em que a natureza é apreendida de maneira estritamente científica. Nesse contexto, explorar as implicações dessa desmagificação para a compreensão moderna do mundo torna-se essencial, pois

desencadeia uma reflexão crítica sobre as bases da nossa visão de mundo contemporânea.

Assim como destaca Grosfoguel (2016, p. 28), “o nascimento do dito mundo moderno, o “Eu” eurocêntrico substitui Deus como a nova fundação do conhecimento e seus atributos passam a constituir a base da secularização dos atributos do Deus cristão”. de compreender o indivíduo dentro do contexto universal modificou completamente a forma de ver o mundo e, principalmente, as coisas; foi uma era de inúmeras reflexões para entender o mundo como ele é hoje.

A modernidade é caracterizada por transformações sociais em diversas esferas da sociedade, sejam elas institucionais ou sociais. Nessa esteira, Costa (2020, p. 24) complementa dizendo que “A modernidade trouxe uma nova consciência do sentido histórico, uma nova representação da temporalidade histórica e, com ela, o mundo se fragmentou em valores distintos”.

Ao abordar a modernidade como um período de transformações sociais, é possível perceber que essa nova concepção do indivíduo dentro do contexto universal alterou completamente a maneira como o mundo é percebido. Essa era de inúmeras reflexões moldou o cenário social e institucional, inaugurando uma fase de mudanças significativas. No entanto, a narrativa se estende para além da Europa, pois reconhece-se que a construção da modernidade não pode ser entendida sem considerar o contexto global.

A partir das reflexões postas por Grosfoguel (2016), nota-se que o período entre os séculos XV e XIX delineaia eventos importantes, como o Renascimento, o Absolutismo, a Reforma Protestante, o Iluminismo, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Esses acontecimentos, muitos deles centrados na Europa, contribuíram para a formação da modernidade e para o modo como é conhecida.

Ribeiro (2022) destaca, ao abordar e caracterizar os séculos e momentos específicos, alguns marcos temporais fundamentais que desencadearam a modernidade:

Pode-se dizer que existe uma modernidade pensada a partir dos fatos ocorridos na Europa (no que hoje conhecemos como tal), entre os séculos XV e XVIII (ou quiçá XIX), no qual podemos listar o Renascimento (século XV em diante), o Absolutismo (a partir do século XVI), a Reforma Protestante (também desde o século XVI), o Iluminismo (a partir do século XVIII), a Revolução Francesa e a Revolução Industrial (especialmente a partir do século XIX). É a este período e a este cenário aos quais nos remetemos comumente ao tratar da modernidade. Dussel (1994) critica duramente o projeto habermasiano de modernidade, que se iniciaria no século XVIII, e para o qual a presença da América Latina não tem lugar. No entanto, outro cenário engendra este período: os séculos XV ao XIX significaram o período do colonialismo, escravização, genocídio, exploração de riquezas minerais e de

força de trabalho dos continentes africano, asiático e americano. (Ribeiro, 2020, p. 7).

A modernidade é um período histórico e uma era cultural que se estendeu aproximadamente do final do século XVIII até o século XX, caracterizado por mudanças significativas nas esferas social, econômica, política e cultural, trazendo consigo uma série de transformações e reflexões que moldaram profundamente o mundo em que se vive hoje. Cordeiro (2023, p. 396) explica que “No século XIX, e mais notadamente no século XX, se evidencia cenários carregados de transformações e tecnologias da modernidade, oriundas da racionalização”.

Conforme destaca Stuart Hall (2019, p. 25), “o nascimento do “indivíduo soberano”, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado”. Esse período foi crucial para compreender os movimentos de mudanças socioculturais decorrentes desses marcos temporais e construir um novo momento na história da humanidade, de avanços, declínios, construção e renovação de toda uma sociedade.

Acredita-se que a construção de novos conceitos desenvolvidos durante esses momentos históricos entre os séculos XVI e o XVIII foram responsáveis por colocar em execução o movimento da “modernidade”, assim como são compreendidas a evolução e a origem das coisas. Cordeiro (2023, p. 394) pontua que com “[...] o uso do conhecimento, com base na ciência e na técnica, fundamentadas no século XVII, que caracterizava o avanço histórico da modernidade [...] a “razão” acabou por ser usada enquanto instrumento de dominação ideológica e de decisão política [...]”. A perspectiva trazida por Cordeiro (2023) permite afirmar que tais relações reforçaram, inclusive, as relações de poder na emergência da Modernidade.

Raymond Williams (1976, p. 133) ressalta que:

[...] a história moderna do sujeito individual reúne dois significados distintos: por um lado, o sujeito é “indivisível” – uma entidade que é unificada no seu próprio interior e não pode ser dividida além disso; por outro lado, e também uma entidade que é “singular, distintiva, única.

Outro marco importante para se pensar a construção e a transformação do sujeito moderno foi pautado no descentramento do sujeito moderno, um conceito que surge a partir das reflexões e críticas sobre a concepção tradicional do indivíduo na modernidade (Gamboa, 2023, tradução nossa). Ao longo da história moderna, houve uma ênfase significativa no indivíduo como centro do conhecimento, da experiência e da ação. Esse sujeito moderno é caracterizado por sua racionalidade, autonomia e

capacidade de compreender e controlar o mundo ao seu redor (Aguilar, 2020, tradução nossa).

Para Brulon (2020, p. 5),

Na história da filosofia moderna, a mente, como entidade separada de um corpo, já se definia, desde Aristóteles, como o único caminho à verdade. Depois, a realidade foi decomposta por Platão entre sua dimensão sensível, que é material, e logo inconsistente ou perecível, e a dimensão formal ou ideal, que pode ser apreendida pelo intelecto. A Modernidade europeia iria levar tal premissa às últimas consequências com Descartes e o método racionalista.

Essas ideias foram postas pelo filósofo René Descartes (1596-1650). A compreensão e materialização das ideias centralizadas no compartilhamento do pensamento cartesiano foram profundamente difundidas nesse período.

Ao ser atravessado pelas dúvidas e incertezas do deslocamento de Deus do centro do universo, Descartes rotulou duas substâncias distintas: “a substância espacial (matéria) e a substância pensante (mente). Ele refocalizou, assim, aquele grande dualismo entre a ‘mente’ e a ‘matéria’” (apud Hall, 2019, p. 17), o que tem afligido a Filosofia desde então. Ao afirmar que as coisas deveriam ser explicadas, difundiu várias correntes de pensamentos para abordar e tratar sobre as questões que envolviam a sociedade e, principalmente, a forma de condução das práticas sociais.

Lelis, Mesquida e Oliveira Junior (2022, p. 346) explicam que o “eu pensante” em Descartes está ancorado na perspectiva de que, a partir da “[...] racionalidade, é possível duvidar de tudo e colocar todas as coisas em suspensão de análise e juízo. A única coisa que não pode ser colocada em juízo nesse momento é a sua existência, visto que o fato de ele estar pensando faz dele um ser que existe.” Descartes defendeu uma abordagem metódica para a investigação do conhecimento, a qual se baseava na dúvida metódica, na análise racional e na divisão entre o sujeito pensante (cogito) e o mundo material (res extensa). Sua famosa frase “Penso, logo existo” (Cogito, ergo sum) tornou-se um lema para o pensamento cartesiano, enfatizando a centralidade da razão e do pensamento individual como fonte primordial de certeza.

Embora o pensamento cartesiano tenha trazido avanços significativos para o desenvolvimento da ciência e do método científico, também gerou algumas consequências e críticas relevantes: racionalismo e dualismo; fragmentação do conhecimento e desencantamento do mundo.

Desse modo, diversas correntes filosóficas, sociológicas e culturais começaram a questionar essa concepção e a apontar para as suas limitações e contradições. O descentramento do sujeito moderno envolve a ideia de que o indivíduo não é mais visto como o único ponto de referência absoluto para compreender a realidade e o mundo (Cordeiro, 2023; Hasan et al., 2022, tradução nossa).

Essas reflexões sobre a modernidade lembram que, apesar de todas as suas conquistas e

avanços, ela também trouxe consigo uma série de desafios e dilemas complexos (Hasan et al., 2022, tradução nossa). A compreensão dessas questões ajuda a abordar criticamente os problemas contemporâneos e a buscar caminhos para um futuro mais sustentável, inclusivo e equitativo.

3.2 A contemporaneidade e as transformações socioculturais

A contemporaneidade é um período marcado por rápidas transformações sociais e culturais, que moldam a forma como as pessoas vivem, se relacionam e percebem o mundo ao redor. As mudanças socioculturais têm sido profundas, impactantes e trazem tantos desafios quanto oportunidades para a sociedade contemporânea (Gamboa, 2023, tradução nossa).

Pensar a contemporaneidade, na perspectiva de White e Dillingham (2009), é compreender que a cultura é dinâmica e está em constante mudança. Marques (2023, p. 110), valendo-se do pensamento de Nestor García Canclini, afirma que o pensador recorreu a perspectivas mais abrangentes “[...] para explicar e perceber que as transformações culturais que foram geradas pelas tecnologias de última geração assim como por mudanças na produção e circulação simbólica não mais eram exclusiva responsabilidade dos meios de comunicação”. Desse modo, as principais mudanças culturais podem ocorrer devido a diversos fatores, como outras culturas, avanços tecnológicos, eventos históricos e mudanças no ambiente social.

A cultura se adapta e evolui de acordo com as necessidades e desafios enfrentados pela sociedade ao longo do tempo. Segundo Saaida (2023, tradução nossa), a cultura é dinâmica e evolutiva, sendo influenciada pela globalização, migração, avanço tecnológico e transformações sociais e políticas. Esses fatores resultam em variações significativas entre e dentro das diferentes sociedades. O autor afirma ainda que a cultura abrange crenças, valores, práticas, costumes e artefatos compartilhados que caracterizam um grupo ou sociedade, incluindo língua, religião, organização social, artes e tecnologia.

White e Dillingham (2009) argumentam que a cultura é aprendida e transmitida através da socialização, ou seja, é por meio das interações com outros membros da sociedade que os indivíduos internalizam os padrões culturais e aprendem a agir de acordo com as normas e valores estabelecidos. O autor ressalta, também, a importância da cultura na estruturação das relações sociais e no funcionamento da sociedade como

um todo. A cultura fornece as regras e normas que orientam a interação entre os indivíduos, estabelecendo os papéis sociais, as hierarquias e as expectativas dentro da comunidade.

Um ponto de partida importante para se começar a entender um dos principais mecanismos de mudanças relacionadas à modernidade em seu processo de mudança consiste principalmente na ideia de como os processos de “globalização” são identificados a partir de interesses ligados à identidade cultural. Conforme Hall (2019), entender essa essência de

mudança é dialogar com um ponto de vista bastante específico que relaciona os processos de desenvolvimento ao que Marx discorria acerca de um dos aspectos primordiais da transformação da sociedade moderna:

é o permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos ... Todas as relações fixas e congeladas, com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (Marx; Engels, 1973, p. 70).

A partir desse ponto de vista, conseguimos compreender que as sociedades modernas são pautadas principalmente por grandes transformações que ocorrem de modo rápido e que se tornam permanentes. Giddens (1990, p. 6) identifica as principais relações de transformações no aspecto das interações, à medida que o mundo vai se conectando: “à medida que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra” e a natureza das instituições modernas.

Os mecanismos que formam uma identidade não nascem ou surgem simplesmente “do nada”; é um processo, natural ou não, que perpassa por diversas fases do âmbito social, material e imaterial, dependendo de que modo essa identidade vai ser inserida ou deslocada. Podemos, então, perceber e trazer à luz a reflexão posta por Hall (2019, p. 38) sobre a formação de uma identidade:

a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”.

A perspectiva teórica de Hall (2019) fundamenta-se na compreensão da identidade como um constructo dinâmico moldado ao longo do tempo por processos inconscientes. Contrapondo a concepção de uma identidade inata presente na consciência desde o

nascimento, Hall (2019) destaca que a identidade é um fenômeno complexo, permeado por elementos imaginários e fantasiosos que contribuem para a sua formação. Essa visão implica que a identidade é, por natureza, um estado sempre em fluxo, caracterizado por uma natureza intrinsecamente incompleta. Ao enfatizar a contínua formação da identidade, Hall (2019) sugere que esta não é um produto estático, mas sim um processo em constante evolução, moldado por experiências, influências culturais e interações sociais.

A abordagem de Hall (2019) ressalta a fluidez e a contingência inerentes à formação da identidade, desafiando concepções estáticas e essencialistas. Ao reconhecer a presença do elemento imaginário na unidade identitária, Hall (2019) enfatiza que a identidade é construída em relação a outros, mediada por representações culturais e sociais. Essa compreensão dinâmica da identidade tem implicações significativas para os estudos culturais e sociais, pois destaca a necessidade de considerar as múltiplas influências que moldam a identidade ao longo do tempo.

A ênfase na identidade como um processo em constante formação abre espaço para uma análise mais rica e contextualizada das experiências individuais e coletivas, contribuindo para uma compreensão mais holística e sensível da complexidade humana. Para Thompson (1995, p. 176), “o padrão de cultura pode ser definido como significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças”. Logo, uma formação identitária é promovida por um determinado grupo.

As identidades não são somente construídas no contato entre pessoas de um mesmo ciclo social, como a família, por exemplo. Existe um aglomerado maior que é responsável por moldar tradições e perpetuar saberes. Chiappin (1994, p. 45) ressalta a ideia de nação que, para ele, é definido da seguinte maneira:

mais amplo agrupamento cultural de pessoas e o mais abrangente nível de identidade cultural que se verifica entre os homens, excetuando-se aquilo que distingue os seres humanos das demais espécies. Define-se por elementos objetivos comuns, como língua, história, religião, costumes e instituições, e, também, pela autoidentificação subjetiva dos povos.

Os processos de construção de identidade e de culturas podem ser considerados, pelos ensaios postos por Bourdieu (2010), uma de suas maiores contribuições. A ideia e o conceito de “*habitus*” se referem às disposições incorporadas e internalizadas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, influenciando suas

percepções e ações dentro de um contexto social específico. Bourdieu (2010) enfatiza que as práticas sociais e culturais são guiadas por esse *habitus*, reforçando a ideia de que o poder simbólico opera de forma não coagente, mas por meio da aceitação e internalização de normas e valores sociais.

Esse conceito pode facilmente ser conectado com a ideia de nação exposta por Hall (2019, p. 50):

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos.

A interseção entre as reflexões de Hall (2019) e Scruton (1989) revela uma perspectiva epistêmica valiosa ao explorar a dinâmica das identidades nacionais. Hall (2019) destaca o caráter discursivo das culturas nacionais, argumentando que estas não se limitam a instituições culturais, mas incorporam símbolos e representações. Esse processo de construção cultural é fundamental para a coesão social e para o sentimento de pertencimento a um grupo maior.

Através de narrativas compartilhadas, tradições e símbolos, uma cultura nacional consolida valores e crenças comuns ao promover uma identidade coletiva que transcende as diferenças individuais. Esse discurso cultural é essencial para fortalecer os laços sociais e promover uma sociedade mais unida, embora seja crucial reconhecer e respeitar a diversidade dentro dessa unidade, evitando a homogeneização que pode apagar vozes e experiências únicas.

Essa visão corrobora a noção de Scruton (1989 apud Hall, 2019) sobre as condições em que as identidades se configuram nos espaços sociais. Tais identidades não emergem de uma vontade arbitrária de mudança ou criação, mas estão intrinsecamente condicionadas por outras identidades que permeiam seu entorno.

Assim, a compreensão profunda das identidades nacionais não apenas envolve a análise de suas manifestações superficiais, mas também demanda uma investigação epistêmica das relações e influências que subjazem a sua formação e desenvolvimento. Esse enfoque epistêmico enriquece a compreensão do papel fundamental que os discursos culturais e as interações sociais desempenham na construção das identidades nacionais, lançando luz sobre os processos complexos de moldagem identitária no contexto cultural.

Sendo assim, Scruton (1989 apud Hall, 2019, p. 156) ressalta que:

A condição de homem (sic) exige que o indivíduo, embora exista e aja como

um ser autônomo, faça isso somente porque ele pode primeiramente identificar a si mesmo com algo mais amplo - como um membro de uma sociedade, grupo, classe, estado ou nação, de algum arranjo, ao qual ele pode até não dar nome, mas que ele reconhece instintivamente como seu lar.

Essa condição é posta perante uma compreensão de uma identidade nacional, aquela na qual o indivíduo nasce e automaticamente faz parte. Entretanto, essa identidade não o define para o resto de sua vida. As transformações locais ou, até mesmo, espaciais desse indivíduo podem mudar ao longo dos anos, sofrer influências e variações de outras culturas. À medida que o pensamento da construção e preservação das identidades vai se modificando, os estudos sobre o poder e o papel dos seres dentro da sociedade também se modificam, uma vez que o pensamento e a ideia de cultura na pós-modernidade vão ganhando “novas” formas de se manter viva.

Assim, compreende-se como a sociedade começa a se preocupar e a estudar as mudanças ocorridas. Segundo Kobena Mercer (1990, p. 43), “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. Já Stuart Hall (2019), ao abordar o sujeito como um indivíduo moderno na contemporaneidade, estabelece o ser humano como sujeito passivo a mudanças estabelecidas pelo meio no qual está inserido, considerando que os processos de globalização passam a emergir mais fortemente no modo de vida das sociedades na contemporaneidade.

O processo de globalização em que o mundo emergiu serviu não somente para “aproximar” as pessoas, mas para ressignificar novos conceitos, conhecer e difundir novos hábitos, criar e recriar práticas sociais. Novos dispositivos foram criados e aprimorados para garantir uma maior interação entre povos e nações.

Pensar os processos de mudanças sociais ocorridas durante o final do século XIX e início do século XX serviu como objeto de estudo para muitos estudiosos analisarem as novas ramificações sociais, considerando um ponto de vista mais sociológico, visando compreender o papel e o significado das coisas.

A contemporaneidade é um período de intensas transformações socioculturais que desafiam as sociedades a repensarem seus valores, práticas e instituições. Essas mudanças têm o potencial de criar uma sociedade mais inclusiva, justa e sustentável, mas também de apresentar desafios complexos que requerem reflexão crítica e ação coletiva para enfrentar os dilemas da nossa era.

3.3 Decolonialidade nos espaços museais

No âmbito da museologia, a interseção entre cultura, sociedade, modernidade e decolonialidade tem se revelado num campo de estudos cada vez mais relevante e desafiador, especialmente sob uma perspectiva decolonial (Bergeron; Rivet, 2022, tradução nossa). Essa abordagem visa romper com as estruturas hierárquicas e coloniais que historicamente moldaram as narrativas e práticas museológicas ao longo dos séculos. Nesse contexto, emerge a necessidade de dar voz às narrativas marginalizadas e fomentar a promoção da diversidade cultural nos museus.

O movimento decolonial defende uma reconfiguração substancial da dinâmica de produção, difusão e valorização do conhecimento, almejando transcender as injustiças e desigualdades engendradas pelo colonialismo. O desiderato é a instauração de uma ordem mundial mais justa, plural e diversificada, em que as perspectivas e contribuições de todos os estratos sociais sejam devidamente reconhecidas e respeitadas (Santos, 2021).

Na contemporaneidade, observamos uma crescente valorização da busca por perspectivas críticas que visam questionar e reformular os paradigmas estabelecidos. Dentro desse contexto, destacamos o conceito central de decolonialidade, uma abordagem que transcende as estruturas de pensamento eurocêntricas e desafia as narrativas históricas predominantes. A decolonialidade propõe uma análise meticulosa e uma desconstrução profunda das heranças do colonialismo, não se restringindo à sua caracterização como um mero fenômeno histórico, mas reconhecendo-o como uma força persistente que exerceu e continua a exercer influência sobre as estruturas sociais, culturais e epistemológicas em escala global.

A decolonialidade, enquanto abordagem crítica, almeja instigar uma profunda indagação e transcendência dos legados do colonialismo. Nesse contexto, a decolonialidade compromete-se a reconhecer e a conferir valor aos conhecimentos e perspectivas emanados das culturas historicamente marginalizadas e oprimidas, vislumbrando, assim, a promoção de uma pluralidade epistêmica mais equitativa (Rizzo; Fonseca, 2019).

A abordagem decolonial propõe a instauração de uma reconstrução abrangente dos elementos fundamentais da existência humana, das dinâmicas de poder e do

conhecimento, almejando a desarticulação das hierarquias e dualidades historicamente impostas pela modernidade e pelo colonialismo. Essas dicotomias envolvem, mas não se restringem a oriente/ocidente, setentrional/meridional, colonizador/colonizado, opulento/pobre, ambiente/cultura, etnia/brancura, feminino/masculino, expressão artística/ciência, entre outros. O propósito é questionar a legitimidade dessas categorizações emparelhadas que frequentemente resultam em relações de poder desiguais e corroboram a manutenção de estruturas dominantes (Dutra; Monteiro, 2022).

Os museus possuem um papel fundamental na sociedade no contexto da modernidade e da contemporaneidade, já que esses espaços passaram a ter uma condição política e social. Freitas (2022, p. 2) endossa essa perspectiva afirmando que “[...] os museus são espaços públicos e um local de resistência na medida em que contribuem para a valorização das memórias das comunidades em que está localizado”. As práticas educacionais difundidas dentro desses ambientes informacionais serviram e servem para se discutir sobre diversas formas de pensar a cultura e o patrimônio material e imaterial, tendo em vista que esses lugares do saber e, acima de tudo, lugares que hoje educam fizeram parte de um conglomerado de informações que, ao longo dos anos, foram sendo revistas.

Na contemporaneidade, os museus, por sua vez, carregam consigo uma função social, cultural, econômica, política e, acima de tudo, educativa. Compreender o papel que essa instituição desempenha na sociedade contemporânea é fundamental para um entendimento das relações sociais e culturais nos últimos séculos.

As transformações sociais ao longo do tempo foram responsáveis por inúmeras mudanças que influenciaram diretamente a forma como os museus foram concebidos e operados, desenvolvendo novos sentidos e entendimentos sobre esses espaços. Bourdieu (2004, p. 27), ao destacar a construção do campo científico, insere os museus nessa relação, compreendendo esse campo da seguinte maneira: “Um campo é um espaço estruturado de posições disputadas por agentes e instituições”. Sob essa perspectiva, surgiram questionamentos sobre a adequação dos museus às demandas de uma sociedade cada vez mais globalizada, multicultural e conectada.

No passado, os museus frequentemente serviam como instituições elitistas voltadas para a preservação de artefatos e a promoção de uma narrativa histórica unificada, muitas vezes refletindo as perspectivas dominantes de uma nação. No entanto, na atualidade, há uma crescente expectativa de que os museus sejam mais

inclusivos e interativos, refletindo a diversidade cultural e as múltiplas narrativas que compõem a sociedade contemporânea. Essa evolução reflete uma mudança significativa na função dos museus, de meros guardiões do patrimônio histórico para agentes ativos de educação e engajamento social, adaptando-se às necessidades e expectativas de um público cada vez mais diversificado e conectado digitalmente.

Houve um tempo em que os estudiosos acreditavam que quem conhece um assunto é completamente separado desse assunto e não é influenciado pelas diferenças raciais e geopolíticas presentes no mundo. No entanto, hoje em dia, essa visão não é mais sustentável, pois entende-se que as pessoas são afetadas pela sua origem racial e pelas configurações geográficas e culturais, o que impacta diretamente na forma como elas conhecem e interpretam o mundo ao seu redor.

O racismo é um problema social e estrutural que tem suas raízes históricas em preconceitos e discriminações baseadas em características raciais. Durante muito tempo, muitas sociedades adotaram visões hierárquicas e prejudiciais em relação a diferentes grupos raciais, resultando em desigualdades sistêmicas e injustiças. Santiago Castro-Gómez (2007) defendia que a húbriis do ponto zero frequentemente perpetuava estereótipos e visões unilaterais sobre diferentes grupos étnicos, ignorando a complexidade das experiências individuais e culturais.

Mignolo (2017, p. 5) expõe que:

O racismo secular chegou a ser baseado na egopolítica do conhecimento; entretanto, aconteceu que os agentes e as instituições que incorporavam a egopolítica secular do conhecimento eram, como aqueles que incorporavam a teopolítica do conhecimento, principalmente homens europeus e brancos.

Para o historiador e museólogo mexicano Morales Moreno (2012, p. 215), o museu herdado das colônias foi concebido pelos europeus como uma forma de “regulação racional das óticas estéticas e descritivas do mundo”. Conceber a ideia de que esse racismo se encontra presente dentro dos espaços museológicos serve para refletir sobre a importância das representações que o sujeito colonizador passou a ter, a partir do seu poder, inerente de outros tempos, para perpetuar a sua soberania dentro dos países e espaços colonizados. Lutar contra essa imagem autoritária não significa esquecer o passado, mas sim mostrar que o processo de colonização foi extremamente cruel para os povos colonizados, sobretudo os povos escravizados.

Ao longo dos séculos, os museus foram influenciados por uma perspectiva eurocêntrica que marginalizou e silenciou vozes não dominantes. As coleções exibidas, as práticas curatoriais e, até mesmo, a arquitetura dos museus refletem os ideais

coloniais ao perpetuarem representações estereotipadas e hierarquias culturais.

Sobre as coleções que compunham o acervo etnológico do Museu Nacional, Oliveira (2011, p. 52) destaca que eram “absolutamente perpassadas de historicidade, que lhes foi investida no próprio contexto de sua coleta”. Os objetos do museu, quando analisados pelo antropólogo, contêm em sua própria forma física a história do desaparecimento das culturas indígenas e da colonização. Em outras palavras, esses objetos materiais guardam evidências do apagamento e da opressão sofridos pelos povos indígenas durante o período colonial. Sendo assim,

[...] flechas, arcos, colares, bordunas e cocares usados por líderes indígenas – correspondem a presentes ofertados pelos dirigentes indígenas por ocasião de seu batismo cristão, como prova de amizade e de celebração da paz com os brancos. São em geral peças extremamente valiosas e singulares, pois provêm de pessoas e coletividades historicamente definidas, que se despojavam de bens culturais raros para estabelecer uma relação de aliança e de submissão ao imperador e seus representantes (Oliveira, 2011, p. 54).

Essa abordagem desconsidera a conexão entre as pessoas retratadas nos objetos do museu e o contexto histórico de opressão e colonização que levou à sua preservação nesses espaços. Esses sujeitos são relegados ao esquecimento e a um apagamento de suas histórias. Os processos de decolonialidade surgem para dar voz e significado a objetos que possuíram um dono, uma história e, acima de tudo, uma identidade.

As reflexões sobre a colonialidade são recentes, pois surgiram na década de 1980 e início da década de 1990. Por isso, precisamos ainda aprofundar cada vez mais essas discussões para que haja uma compreensão do que vem a ser colonialidade e, sobretudo, a descolonização. Mignolo (2017, p. 5) retrata em seus estudos o que a colonialidade representou e o lado mais

obsuro da modernidade:

A “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final dos anos 1980 e no início dos anos 1990” que tem como conceito a seguinte premissa: “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada.

Para construir um paralelo entre o pensamento de autores que abordam as questões que envolvem mudanças e significados socioculturais, propomos uma reflexão sobre a seguinte fala de Becker (2009, p. 19): “Cada fato, em seu contexto social, implica e convida a interpretações. As pessoas passam facilmente e sem muita reflexão de uma coisa à outra. Os mesmos fatos darão lugar a muitas interpretações”. Embora os espaços de transmissão dos saberes como os museus possam ser lugares para contar uma história

a partir da utilização de objetos, a forma como cada elemento vai sendo abordado dentro desses espaços pode ser completamente diferente do que, de fato, ocorre em espaços de tradição colonialista.

A decolonialidade emerge como um ato de resistência que transcende as esferas tanto políticas quanto epistemológicas ao aspirar e, principalmente, contestar de maneira vigorosa as estruturas de poder e as hierarquias de conhecimento. A imposição remonta ao período colonial e, notavelmente, persiste em diversas áreas da sociedade contemporânea (Ramos; Silva, 2022). A museologia decolonial é uma abordagem crítica que visa desafiar as estruturas coloniais presentes nos espaços museológicos e reavaliar a forma como o conhecimento e a cultura são representados e disseminados nos museus. Essa perspectiva busca reconhecer e valorizar as vozes, perspectivas e conhecimentos das comunidades marginalizadas ou colonizadas que, muitas vezes, foram excluídas ou distorcidas pela narrativa eurocêntrica dominante nos museus.

Segundo Mignolo (2017, p. 5),

O pensamento decolonial e as opções decoloniais (isto é, pensar decolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias.

A citação destacada enfatiza a natureza inexorável do esforço decolonial, apresentando-o como um empreendimento analítico dedicado a compreender e, posteriormente, superar a lógica subjacente à retórica da modernidade. O autor destaca a interligação entre a colonialidade e a estrutura de administração e controle que se desenvolveu a partir das transformações econômicas no Atlântico, assim como o impacto do salto de conhecimento tanto na história interna europeia quanto nas relações entre a Europa e suas colônias.

Ao refletir sobre contribuições para uma desconstrução do pensamento eurocêntrico dentro dos espaços museais, Mauss (2003) tem sido amplamente discutido e influente na antropologia, sociologia e estudos culturais. Ele nos convida a pensar além das relações econômicas puramente utilitárias e a considerar as dimensões simbólicas e culturais das práticas sociais, demonstrando que a dádiva é uma forma poderosa de construir e manter laços de solidariedade e identidade entre os membros de uma sociedade.

Embora Mauss (2003) não tenha abordado a museologia decolonial em si, suas

ideias sobre práticas culturais e trocas podem ser consideradas como um dos muitos pontos de partida para as reflexões e discussões sobre a descolonização dos espaços museológicos e a valorização das culturas e saberes das comunidades historicamente marginalizadas.

No cerne do pensamento decolonial e das opções decoloniais está o desafio de desvendar as amarras que perpetuam a colonialidade, transcender a retórica moderna e compreender as complexas dinâmicas que surgiram a partir da relação entre Europa e suas colônias. Esse esforço analítico não apenas ilumina as limitações presentes nas narrativas históricas tradicionais, mas também aponta para a necessidade de reconfigurar radicalmente as práticas museológicas, de modo a romper com as estruturas opressivas e promover uma representação mais autêntica e inclusiva da diversidade cultural.

[...] uma sala de museu é palco para a encenação de identidades forjadas por relações de poder sedimentadas pelo tempo desde a colonização. Paredes e vitrines, em suas divisões retilíneas, decompõem o mundo em seus fragmentos para a compreensão visando a dominação de seu conjunto. Os museus, ao encenar o Outro construindo distâncias invisíveis entre quem vê e quem é visto, quem produz e quem consome, ou quem pensa e quem é objeto de pensamento, materializam, nos regimes de colonialidade herdados de um passado pouco contestado, os patrimônios valorados no presente (Mignolo, 2017, p. 3).

As ideias de decolonialidade nos espaços museais emergem de uma crítica à história do colonialismo, em que muitos artefatos, objetos culturais e obras de arte foram coletados durante a era de impérios coloniais e levados para os países colonizadores, geralmente na Europa, para fins de estudo, exibição e curiosidade exótica. Esse processo frequentemente despojou as culturas de origem desses objetos de suas riquezas culturais e significados, perpetuando uma visão eurocêntrica que marginaliza e minimiza outras culturas e histórias.

Posto isso, o pensamento da decolonialidade não é pautado simplesmente no ato de esquecer a história, muito pelo contrário, é lembrar da história considerando o modo como ela ocorreu, sem abordar simplesmente os fatos eurocêntricos concebidos ao longo dos séculos pelos países e continentes colonizados, mas sim uma “multiplicidade radical de saberes locais”, como bem reforça Haraway (1988, p. 579). Logo, a abordagem decolonial busca desvelar narrativas alternativas e perspectivas historicamente silenciadas, valorizando a diversidade de conhecimentos autóctones que foram marginalizados. Ao confrontar o eurocentrismo arraigado, a autora propõe uma reflexão crítica que permite reconstruir uma narrativa mais inclusiva e verdadeira,

reconhecendo as vozes e experiências anteriormente negligenciadas.

Desse modo, para Brulon (2020, p. 26), deve-se abordar as práticas decoloniais dentro dos museus da seguinte maneira:

Descolonizar museus e patrimônios é desnaturalizar a matéria sedimentada nas reservas técnicas dos séculos anteriores para imaginar outras materializações possíveis, para além dos regimes normativos que engendraram a museologia que nos foi legada. Descolonizar o pensamento sobre os museus e a museologia implica reimaginar os sujeitos dos museus, bem como os corpos passíveis à musealização.

Sobre a musealização de espaços não somente museais, mas também de espaços educacionais que refletem sobre as transformações sociais ocorridas a partir dos fatos históricos cruciais para a construção e perpetuação de identidades e memórias, Brulon (2020, p. 3) destaca que “Musealizar é uma forma de construir consenso sobre o valor e sobre a matéria, se percebemos que os museus são instituições organicamente ligadas às sociedades. É a sociedade que produz o valor transmitido pelos museus”. Tal reflexão permite colocar os museus dentro de um espaço de luta social contra o racismo e a desigualdade histórica, vividos por muitos povos ao longo dos séculos devido ao seu processo de colonização.

Assim, descolonizar os pensamentos postos dentro dos museus é trazer consigo uma maior narrativa sobre os fatos sociais e, principalmente, sobre os poderes de dominação que esses espaços perpetuaram ao longo dos séculos. Bourdieu (2010), ao destacar a construção de uma ideia sobre o imaginário das violências, sobretudo o poder simbólico, indica também para o atentamento das narrativas postas dentro dos espaços museais.

Uma das suas contribuições para o campo cultural é construída sob a ótica das disputas simbólicas. Bourdieu (2010) desenvolveu o conceito de “campo cultural”, que se refere aos espaços sociais onde ocorrem disputas simbólicas entre atores com diferentes formas de capital cultural. Nesses campos, as lutas pelo reconhecimento e pela legitimação de determinadas práticas culturais moldam as transformações no cenário cultural.

Entrelaçar essas vertentes sociológicas para um debate sobre a decolonialidade implica uma abordagem desenvolvida por Bourdieu (2010) sobre as transformações socioculturais, pontuando a importância das relações de poder, das lutas simbólicas e das estruturas sociais na moldagem da cultura e da sociedade. Suas teorias têm sido amplamente aplicadas em diversas áreas do conhecimento, pois contribui para uma compreensão mais profunda das mudanças sociais e culturais que ocorrem ao longo do

tempo.

Brulon (2020) cita um ponto importante para refletir sobre o que alguns indivíduos podem vir a se questionar sobre o porquê a história dentro dos espaços museológicos devem “mudar”, quando, na verdade, não é um processo de mudança, e sim de contar o outro lado da história. Coimbra (2023, p. 5) chama a atenção para o fato de que os “discursos policêntricos da modernidade [...] e o pensamento decolonial [...] têm obrigado os museus a enveredarem por uma autocrítica das omissões persistentes, tanto na sua política expositiva como nas incorporações e nas narrativas das suas coleções”.

Sobre isso, Brulon (2020, p. 30) destaca que:

A revisão do pensamento aqui proposta não prevê um abandono do dispositivo museu ou sua extinção para as sociedades do presente, mas a sua reinterpretação nos contextos tocados pela colonização, visando configurar novos regimes de valor para produzir patrimônios. Tal revisão, como demonstramos, compreende repensar o próprio pensamento para se imaginar materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas.

Logo, Brulon (2020) ressalta a importância de uma revisão crítica do pensamento associado aos dispositivos museológicos, especialmente quando confrontados com os legados da colonização. O autor argumenta que essa revisão não implica necessariamente o abandono dos museus, mas sim uma reinterpretação profunda de seu papel nas sociedades contemporâneas. A proposta visa estabelecer novos regimes de valor que possam gerar patrimônios mais inclusivos e representativos.

Nesse contexto, a revisão proposta requer uma transformação não apenas nos objetos expostos, mas na própria estrutura conceitual que permeia o museu, buscando criar espaços que possibilitem a valorização de materialidades diversas, patrimônios alternativos e, por conseguinte, vidas que tradicionalmente têm sido marginalizadas ou subalternizadas. Em consonância com o que pontua Tolentino (2023, p. 145), “O museu tem sentido na medida em que está organicamente relacionado ao seu território, bem como ao levar em conta que os processos de musealização estejam atrelados às demandas da sociedade e da comunidade a que serve”.

A compreensão da revisão de pensamento proposta por Brulon (2020) resulta, portanto, em um desafio profundo na esfera intelectual. O autor destaca a necessidade de repensar não apenas as práticas museológicas, mas o próprio processo de pensamento que fundamenta tais práticas. Ao sugerir a imaginação de “materialidades outras, patrimônios outros, vidas outras passíveis de serem valoradas”, Brulon (2020, p. 8)

aponta para a necessidade de uma ruptura epistemológica, na qual sejam questionadas e reformuladas as categorias tradicionais de valor e significado cultural.

Esse chamado à revisão não apenas enfrenta as complexidades da herança colonial, mas também convoca a uma reflexão profunda sobre as estruturas de poder subjacentes à museologia, promovendo a construção de espaços museológicos mais inclusivos e reflexivos, capazes de reconhecer e celebrar a diversidade cultural. Em diálogo com Medeiros, Souza e Ribeiro (2023, p. 425), os autores apontam “[...] que uma das principais formas de criar um patrimônio decolonial seja pela difusão dessas narrativas, posto que, ao disseminá-las, a população torna-se dona de seu passado”.

Nessa esteira, a museologia decolonial propõe uma descolonização da forma como os objetos culturais são adquiridos, exibidos e interpretados em museus, respeitando a autenticidade cultural e os direitos das comunidades de origem desses objetos. Além disso, busca uma maior representatividade de diferentes culturas e histórias, promovendo uma perspectiva mais inclusiva e pluralista da história e da cultura em tais espaços.

4 PATRIMÔNIO EM AÇÃO: MUSEUS COMO CENTROS DE EDUCAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

Os espaços de socialização e disseminação do conhecimento passaram por drásticas mudanças ao longo dos séculos. Os museus enquanto instituições de difusão e socialização do conhecimento não estiveram distantes dessas mudanças, considerando, inclusive, as políticas de criação de leis, que garantem a perpetuação desses espaços como locais.

Apesar de ser uma discussão relativamente antiga, datada da década de 1960, essa análise permanece vinculada a uma perspectiva elaborada por um de seus precursores, Pierre Bourdieu. Desde aquela época, apesar da intensa conversa em torno das práticas culturais legitimadas e não legitimadas, registra-se um progresso limitado (Bourdieu, 1976, 1979; Lahire, 2006; Donnat, 2003; Fleury, 2006).

Conforme mencionado, um dos protagonistas desse diálogo, Pierre Bourdieu (1976, 1979), concebeu na França, durante a década de 1960, em conjunto com a sua equipe de pesquisa, uma série de análises que evidenciaram discrepâncias na seleção de atividades culturais entre os distintos estratos sociais da nação em questão. Ao colaborar em uma investigação abrangente das práticas presentes nas camadas populares, médias e elitistas, essas empreitadas conseguiram imbuir um caráter mais heurístico na discussão sociológica acerca da ação diária. O paradigma epistemológico exposto no exercício de Bourdieu poderia ser aplicado em vários contextos, evidenciando a concepção de que as práticas culturais ocasionalmente podem ser percebidas como táticas de diferenciação e/ou exclusão de grupos sociais.

Contrapondo à percepção comum, Bourdieu (1979) enfatizou que essa singularidade não resultou de uma aptidão natural inata das elites. Ao contrário, originou-se de um processo abrangente de aprendizado cultural e que lhes possibilitou, ao longo do tempo, forjar um padrão de avaliação, cultivar competências cognitivas e sociais em contextos artísticos que os habilitaram a manusear os códigos de interpretação e compreensão.

No estudo conduzido, especialmente no que diz respeito à assiduidade nos museus na França e na Europa, Bourdieu (1979) percebeu que se relacionava a uma prática recreativa específica de profissionais autônomos com educação superior, bem remunerados ou empreendedores de grande prestígio (Bourdieu, 1979; Darbel, 2003). Logo, o ato de frequentar os museus de arte e ciência (Macmanus, 2013) e apreciar as

criações museológicas era e ainda é uma característica material favorecida pelas elites culturais. Entretanto, essa visão mudou bastante nas últimas décadas devido às criações de políticas educacionais, culturais e públicas que aproximam toda a sociedade a esses ambientes.

A reconfiguração dos museus como espaços de socialização e disseminação do conhecimento se torna ainda mais pertinente quando se observa o contexto contemporâneo, em que as tecnologias digitais têm transformado a forma como as informações são acessadas e compartilhadas. A obra de André Lemos (2013) sobre a “cibercultura” destaca que as novas tecnologias não apenas alteram a forma de produção do conhecimento, mas também a sua circulação, o que desafia os museus a adaptarem suas práticas para engajar audiências diversas e globais.

Nesse sentido, a utilização de plataformas digitais pode ampliar o alcance das iniciativas culturais e democratizar o acesso à informação, tornando os museus mais inclusivos. Por esse motivo, a inclusão das tecnologias digitais não deve ser vista apenas como uma forma de modernização, mas como uma oportunidade para repensar o papel dos museus na sociedade.

Os museus estão sendo desafiados a se posicionar como “espaços de diálogo” e não apenas como “depósitos de objetos” (Cameron, 2005). Essa perspectiva sugere que os museus devem fomentar a participação ativa dos visitantes, incentivando a cocriação de conhecimento e experiências. A proposta de um museu participativo reflete a necessidade de reconhecer o visitante como um agente ativo na construção de significado, promovendo uma relação mais dinâmica entre o espaço museológico e a sociedade.

O conceito de “cultura de inclusão”, discutido por autores como DeNora (2000) e Michel Foucault (2003), também nos ajuda a entender como os museus podem se tornar espaços de formação e socialização. DeNora (2000) argumenta que as práticas culturais são sempre mediadas por estruturas sociais e que a inclusão no espaço cultural depende da criação de condições que permitam a diversidade de vozes e experiências. Isso implica que os museus precisam não apenas abrir suas portas, mas também desenvolver estratégias que favoreçam a participação de grupos historicamente marginalizados.

Foucault (1975) propõe que as instituições, incluindo os museus, não sejam apenas locais de preservação de conhecimento, e sim espaços onde o poder é exercido por meio do controle da informação e da formação de discursos. Para ele, o saber está

intrinsecamente ligado ao poder, e as instituições culturais têm um papel fundamental na definição do que é considerado conhecimento legítimo. Nesse sentido, os museus atuam como “máquinas de saber”, onde a seleção, a organização e a apresentação de objetos e narrativas determinam o que é preservado e o modo como as histórias são contadas e quem as conta.

Essa perspectiva foucaultiana sugere que o papel do museu não é neutro; ao contrário, ele está envolvido em uma dinâmica complexa de exclusão e inclusão. Os museus podem perpetuar visões hegemônicas de história e cultura, silenciando vozes marginalizadas e reforçando narrativas dominantes. Por exemplo, as coleções de arte frequentemente privilegiam as produções de artistas de grupos sociais mais favorecidos, enquanto as contribuições de culturas menos representadas podem ser relegadas a categorias secundárias. Assim, a curadoria museológica torna-se uma prática política, já que as decisões sobre o que é exibido são moldadas por relações de poder.

O conceito de “cidadania cultural”, conforme discutido por autores como José Jorge de Carvalho (2009), enfatiza a importância de garantir a todos os cidadãos o direito ao acesso à cultura e à participação ativa em sua produção. Essa ideia se alinha à função social dos museus, que devem atuar como agentes de inclusão e transformação social. A partir dessa perspectiva, a educação museológica deve ser repensada para incluir a transmissão de conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas que capacitem os visitantes a se tornarem cidadãos culturalmente ativos e engajados.

Além disso, a ideia de “museus comunitários”, proposta por autores como Karp e Lavine (1991), reforça a importância de envolver as comunidades locais na construção e na narrativa de suas próprias histórias. Os museus comunitários, enquanto espaços de preservação da memória local, promovem a identidade cultural e a coesão social, fortalecendo laços entre os membros da comunidade. Essa abordagem colaborativa pode resultar em exposições que refletem de forma mais precisa as experiências e os desafios enfrentados pelas comunidades, aumentando a relevância social e cultural dos museus.

A presença de curadores e educadores comprometidos com a inclusão e a diversidade auxilia na transformação dos museus em espaços de socialização. A pesquisa de Knell (2007) destaca que a formação de equipes diversas dentro das instituições culturais pode enriquecer as práticas museológicas, pois permite uma abordagem mais abrangente e sensível às diferentes realidades sociais. A diversidade no corpo de curadores e educadores enriquece as narrativas apresentadas e contribui para a criação de ambientes acolhedores que promovem a inclusão.

Ainda sobre as práticas de inclusão, as iniciativas voltadas para a acessibilidade são fundamentais para garantir que todas as pessoas possam usufruir das experiências museológicas. O trabalho de Moser (2010) enfatiza que a acessibilidade não se limita a aspectos físicos, mas deve abranger também a acessibilidade cognitiva e sensorial. Museus que buscam atender a essas necessidades podem desenvolver programas e recursos que proporcionem experiências significativas para todos, independente de suas condições físicas ou cognitivas.

Outro ponto relevante é a necessidade de uma gestão museológica que seja sensível às demandas sociais contemporâneas. A pesquisa de Sandell (2007) propõe que os museus adotem uma abordagem crítica em relação às suas práticas de inclusão, considerando as intersecções entre classe, raça, gênero e outras dimensões sociais. Essa análise crítica pode orientar a formulação de políticas e programas que reconheçam as desigualdades e que busquem ativamente corrigi-las, promovendo a equidade no acesso à cultura.

As discussões sobre essa temática já renderam diversos estudos para explicar como esses processos de transformações dentro dessas instituições evoluíram ao longo dos anos (Bourdieu, 1976, 1979; Lahire, 2006; Donnat, 2003; Fleury, 2006). Entretanto, o que chama a atenção é que, após um momento de desconforto, com base nessas constatações, uma variedade de iniciativas por parte de curadores e educadores foram desenvolvidas na tentativa de atenuar ou diminuir as desigualdades que alguns já enfrentavam no início do processo de visitação a museus, seja com ou sem programas educativos (Marandino, 2008; Cury, 2009; Allard; Landry, 2009).

Contudo, o que se destaca é a resposta proativa dos curadores e educadores diante das desigualdades identificadas no acesso aos museus. Após um período de desconforto provocado por essas constatações, uma gama de iniciativas foi desenvolvida para mitigar as disparidades enfrentadas por alguns visitantes desde o início do processo de visitação, independentemente da presença de programas educativos específicos, conforme discutido por Marandino (2008), Cury (2009), Allard e Landry (2009). Essas ações demonstram um compromisso renovado em tornar os museus mais inclusivos e acessíveis, e ampliar o alcance de sua missão cultural e educativa.

4.1 Exploração dos mecanismos pedagógicos nos museus

Para compreender o papel dos museus na formação de uma cidadania crítica e na promoção de práticas pedagógicas inclusivas, é fundamental reconhecer que essas instituições são além de meros espaços de armazenamento de artefatos. Elas desempenham um papel ativo na construção do conhecimento e na socialização cultural, refletindo e moldando as relações sociais e de poder dentro da sociedade. Ao incorporar teorias pedagógicas, como as propostas por Paulo Freire (2019), os museus podem se posicionar como ambientes de diálogo e reflexão, onde diferentes saberes são valorizados e as vozes historicamente marginalizadas encontram espaço para serem ouvidas. Assim, a educação museológica se transforma em um processo de libertação, capacitando os visitantes a se tornarem agentes ativos na construção do seu próprio conhecimento e na crítica às narrativas hegemônicas.

Além disso, a análise da obra de Pierre Bourdieu (2018) permite entender como as práticas culturais nos museus podem, simultaneamente, reproduzir e desafiar estruturas sociais existentes. O gosto cultural e a experiência museológica não são acessíveis a todos de forma igual, uma vez que são moldados por fatores como classe social e educação.

Pierre Bourdieu e Alain Darbel (2003, p. 162) afirmam que:

[...] se é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a possibilidade pura de tirar proveito das obras expostas no museu, ocorre que somente alguns têm a possibilidade real de concretizá-la. Considerando que a aspiração à prática cultural varia como a prática cultural e que a necessidade cultural reduplica à medida que esta é satisfeita, a falta de prática é acompanhada pela ausência do sentimento dessa privação.

No entanto, ao introduzir mecanismos pedagógicos que buscam democratizar o acesso à cultura, os museus podem romper com essa lógica de exclusão. Essa transformação requer um comprometimento em adaptar as experiências museológicas para atender às necessidades de um público diversificado, promovendo a inclusão e a acessibilidade. Dessa forma, os museus se tornam espaços não apenas de reflexão, mas também de ação social, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e equitativa.

A exploração dos mecanismos pedagógicos nos museus pode ser compreendida à luz da pedagogia crítica de Paulo Freire, que defende a educação como um processo de libertação e conscientização. Para Freire (2019, p. 34), “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”, e os museus, ao incorporarem essa perspectiva,

reconhecem as diferentes formas de conhecimento presentes nas interações entre o público e o acervo. Ao adotar abordagens dialógicas e interativas, os museus estimulam o visitante a ser cocriador de significados, em vez de mero receptor passivo de informações.

A partir da teoria de Pierre Bourdieu, os museus também podem ser analisados como espaços de reprodução e distinção social. Bourdieu (2018, p. 102) destaca que “o gosto cultural é uma forma de distinção que reflete a posição social dos indivíduos”. Nesse sentido, os museus, historicamente voltados para as elites, tendem a reforçar essa lógica ao privilegiar certos tipos de conhecimento e artefatos. No entanto, ao introduzir mecanismos pedagógicos inclusivos, como programas educativos voltados a públicos diversos, essas instituições podem subverter essa estrutura, democratizando o acesso ao capital cultural.

Segundo Calabre (2020, p. 59), “os museus precisam se reconfigurar como espaços acessíveis e democráticos, capazes de representar a diversidade cultural”. Em sua análise sobre os museus no Brasil, a autora enfatiza a importância de práticas pedagógicas que dialoguem com a pluralidade das experiências culturais, especialmente em um país marcado por profundas desigualdades sociais. Através de exposições interativas e mediadores culturais, os museus têm a oportunidade de refletir criticamente sobre as narrativas dominantes e incluir vozes historicamente marginalizadas.

Os mecanismos pedagógicos nos museus revela uma abordagem dinâmica e interativa na construção do conhecimento, que visa transformar o visitante em um agente ativo do processo educativo. Como afirma Barbosa (2021, p. 45), “os museus, ao integrarem estratégias educativas diversificadas, se afastam da simples exposição de artefatos e assumem o papel de formadores de consciência crítica, permitindo ao público não apenas observar, mas também construir o conhecimento de maneira participativa”. Esse processo envolve uma variedade de mecanismos pedagógicos, que vão desde visitas guiadas e exposições interativas até programas de mediação cultural e oficinas práticas, sempre com foco na experiência do visitante como centro do aprendizado.

Ao adotar uma perspectiva multidisciplinar, os museus ampliam suas funções educativas, integrando áreas como história, ciência, arte e cultura popular em suas atividades pedagógicas. Segundo Silva (2020, p. 32), “a integração de diferentes campos do saber nos museus permite que o visitante estabeleça conexões entre o conteúdo apresentado e sua própria vivência, transformando a visita em um processo

contínuo de aprendizagem significativa”. Assim, o visitante é convidado a explorar, questionar e refletir criticamente sobre os conteúdos exibidos, o que promove uma educação que vai além da mera transmissão de informações, tornando-se verdadeiramente formativa e reflexiva.

Outro ponto importante é a inclusão e acessibilidade nas práticas educativas dos museus. Essas instituições buscam adaptar suas abordagens pedagógicas para atender às diversas necessidades de públicos variados, como crianças, idosos e pessoas com deficiência. De acordo com Oliveira (2020, p. 88), “os museus têm se esforçado para se tornarem espaços inclusivos, oferecendo recursos como linguagem de sinais, audioguias e exposições táteis, para que todos possam ter acesso ao patrimônio cultural”. Esse compromisso com a inclusão garante que os museus sejam, de fato, espaços democráticos e acessíveis, onde a educação seja exercida como um direito de todos, independentemente de limitações físicas ou cognitivas.

Além disso, os mecanismos pedagógicos nos museus também estão profundamente ligados à formação de novos públicos. Com a expansão dos espaços de atuação dos museus e, até mesmo, a utilização de novas ferramentas digitais, tem-se uma interação maior entre público e instituição.

Programas educativos voltados às escolas, comunidades e outras instituições colaboram para ampliação do acesso à cultura. Conforme destaca Lima (2021, p. 101), “os museus, ao oferecerem atividades direcionadas para diferentes faixas etárias e contextos sociais, formam públicos que reconhecem o valor da cultura e se tornam defensores da preservação do patrimônio”. Nesse sentido, os museus assumem o papel de educar e criar vínculos afetivos e cognitivos entre o público e as coleções, assegurando a relevância contínua dessas instituições na sociedade contemporânea.

Portanto, ao considerar as práticas pedagógicas nos museus, é importante ressaltar o potencial dessas instituições na formação de uma cidadania crítica. Calabre (2020, p. 74) defende que “os museus têm a responsabilidade de atuar como espaços de resistência e questionamento das narrativas hegemônicas”. Assim, ao incorporar as pedagogias críticas propostas por teóricos como Freire e ao romper com as hierarquias culturais identificadas por Bourdieu, os museus podem se transformar em importantes agentes de mudança social.

4.2 O papel das unidades de informação no centro histórico de São Luís

O Centro de São Luís é cercado por Unidades de Informação que variam desde bibliotecas, museus, arquivos e casas de cultura, que se somam em cerca de 31 unidades de informação, algumas ativas e em pleno funcionamento, outras em reforma e algumas em estado de abandono. Nesses espaços, o acesso à informação parte dos mais variados processos de trabalho, os quais se separam de acordo com a função social de cada unidade.

As Unidades de Informação – U.I. são consideradas grandes centros informacionais localizados dentro de organizações ou de maneira autônoma, porém estão sempre relacionadas a alguma instituição. Nessa perspectiva:

A partir da década de 80, com a formação das primeiras redes de conteúdos digitais, a informação transforma-se operacionalmente em um valor de mercado, independente do suporte, levando os países em desenvolvimento a procurarem estratégias para a visibilidade econômica e científica (Miranda, 2003, p. 9).

Não foi apenas a necessidade de compartilhar informações e se comunicar de maneira veloz e instantânea que desencadeou esses processos de desenvolvimento informacional dentro das Unidades de informação. Com o advento da Ciência da Informação (C.I) e das novas práticas informacionais desenvolvidas ao longo dos últimos anos, os conceitos e os ambientes de informação passaram a assumir uma nova configuração de responsabilidade mediante o seu vasto acervo documental e a sua importância nos processos de salvaguarda do conhecimento e preservação da memória.

A C.I é uma disciplina moderna que surge no final dos anos 1950, impulsionada pelo rápido crescimento na produção de dados decorrente dos avanços científicos e tecnológicos. Esse progresso ocorreu após a Segunda Guerra Mundial como resultado da competição entre as duas principais potências, os Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética, que buscavam avançar no conhecimento técnico-científico em várias áreas, com foco particular no campo militar.

Silva e Freire (2012) também destacam que, além dos aspectos sociais ligados aos avanços científicos e tecnológicos, outros elementos que contribuíram para o surgimento da C.I na sociedade foram eventos institucionais de natureza técnico-científica. Dois desses eventos foram a Conferência Internacional de Bibliografia, realizada em 1895, e a Conferência no Instituto de Tecnologia da Geórgia, em 1962. O primeiro evento, em 1895, resultou na criação do Instituto Internacional de

Biblioteconomia (IIBD)⁷ proposto por Paul Otlet e Henri La Fontaine. Esse instituto influenciou o desenvolvimento da área de Documentação e ampliou a compreensão do conceito de informação na C.I. Borko (1968, p. 1-2) define a CI como:

Disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, visando à acessibilidade e a usabilidade ótima. Está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação.

Ao longo dos anos, outros autores trataram de trazer um novo conceito para a ciência. Cerca de 40 anos depois, Capurro e Hjørland (2007) propuseram o conceito de Inteligência Computacional para o século XXI. Eles enfatizam os princípios tradicionais de criar, organizar e transmitir informações, além do uso das tecnologias para promover o conhecimento compartilhado.

[...] se preocupa com a geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação, com ênfase particular, na aplicação de tecnologias modernas nestas áreas. Como uma disciplina, procura criar e estruturar um corpo de conhecimentos científico, tecnológico e de sistemas, relacionado à transferência de informação (Capurro; Hjørland, 2007, p. 186).

Unidades de Informação é um termo comumente utilizado no curso de Biblioteconomia para nomear instituições que trabalham com o tratamento da informação e disseminação da informação. De acordo com Macedo e Ortega (2019), o termo Unidades de Informação é bastante utilizado para nominar as diversas instituições ou setores que têm o objetivo de produzir e oferecer serviços de informação bibliográfica. Entretanto, esse termo não é utilizado comumente no mercado de trabalho, pois são utilizados os nomes específicos para cada uma destas instituições, que seriam bibliotecas, arquivos, museus e casas de cultura.

Possuir acesso à informação exige que haja uma organização não apenas documental, mas sim de ambientes informacionais. Sobre isso, Macedo e Ortega (2019) destacam que, para a Biblioteconomia e Ciência da Informação, o termo ambiente é utilizado para representar um determinado contexto informacional, pois representa uma realidade social e elementos humanos e não humanos.

Vergueiro e Miranda (2007) utilizam o termo Unidade de Informação para

⁷ O IIB foi criado no intuito de se estabelecer a compilação internacional da informação bibliográfica. Teve seu nome alterado para International Institute of Documentation (IID) em 1931 e para Federation International of Documentation (FID) em 1937. A partir de 1986, recebeu a nomenclatura de Federation International of Information and Documentation (FIID), utilizada até os dias atuais.

representar ambientes específicos que trabalham e tratam os processos de disseminação e organização da informação. Já Belluzo (2007) define e relaciona as Unidades de Informação como organizações que podem ser denominadas e entendidas como bibliotecas, organizações informacionais, ambientes prestadores de serviço de informação, núcleo, centro de informação, ou seja, qualquer ambiente cujo principal objetivo é tratar e representar a informação.

A organização da informação perpassa por uma série de procedimentos técnicos que vão desde a coleta dos dados, organização e disseminação da informação. Nesse sentido, compreende-se, a partir de Pinheiro e Ferrez (2014, p. 208), que as Unidades de Informação são:

[...] conjuntos de componentes relacionados entre si na coleta, processamento, armazenamento, análise, disseminação e disponibilização de informações, em determinada área, problema ou missão, com o propósito específico de atender usuários interessados.

Tarapanoff (1982) ressalta que as U.I. possuem quatro elementos característicos para o desenvolvimento de sua rotina de trabalho, que consiste em: desenvolvimento dos recursos informacionais, tratamento da informação, serviços de atendimento aos usuários e parte administrativa. Para a autora, esses elementos constituem o pilar e a rotina das U.I.

Em complemento, de acordo com Barreto (1997), no Brasil, o termo Unidade de Informação passou a ser utilizado com mais frequência a partir da década de 1990, quando essa nomenclatura passou a ser usada para representar os ambientes informacionais dentro dos ambientes que eram responsáveis pelo gerenciamento dos setores responsáveis em tratar a informação dentro das empresas. Essa afirmação está nos escritos de García-Reyes (2007, p. 12), ao retratar o cenário das U.I. no país, com ênfase aos seus conceitos e definições:

[...] um conjunto de funções e técnicas integradas, de execução simultânea, que devem ser aplicadas de forma necessária pelos gerentes, como responsáveis pelo trabalho de outros, para garantir que a organização a qual pertencem funcione e possa alcançar os propósitos que ela persegue (tradução nossa).

Para Valentim (1995), as U.I. possuem também como objetivo atender às necessidades contidas nas organizações nas quais elas estão inseridas, desenvolvendo estratégias com o propósito de alcançar as metas de cada organização. Com o avanço da criação e desenvolvimento de ferramentas e tecnologias digitais de informação, vários processos foram adotados para assegurar esse novo momento histórico. Ademais, a definição e a criação de novos termos para a área da Biblioteconomia e Ciência da

Informação também foram desenvolvidas, uma vez que surgiu uma “nova ciência”.

O gerenciamento informacional era realizado de maneira interna, com o propósito de dar suporte às tomadas de decisões ocorridas nas organizações, tendo em vista os vastos recursos que emergiam dentro desses lugares. Esse processo foi definido por Choo (2006), que resgata essa abordagem desenvolvida na década de 1980, a partir das novas práticas de gerenciamento organizacional.

Assim, pode-se destacar a evolução de áreas do conhecimento que trabalham diretamente com os mecanismos e processos de disseminação da informação e que buscam compreender e se adaptar às demandas emergentes desses espaços informacionais. A definição e criação de novos termos no campo demonstram a dinâmica e a adaptabilidade dessas disciplinas diante do cenário de constantes mudanças e avanços tecnológicos.

O modelo de gerenciamento informacional proposto por Choo (2006), originado nas práticas da década de 1980, destaca-se como uma abordagem eficaz para dar suporte às tomadas de decisões internas nas organizações, reconhecendo a importância dos recursos que emergem nesses ambientes. Essa trajetória reflete não apenas uma resposta às demandas do passado, mas também uma base sólida para enfrentar os desafios futuros no campo da informação e do conhecimento.

4.3 Disseminação da informação e conhecimento nas unidades de informação de São Luís

Conforme destaca Carvalho e Simões (2012), a partir dos processos de valorização turística na cidade de São Luís, o espaço do Centro Histórico passou a sofrer inúmeras transformações que envolveram a utilização dos casarões como sedes de órgãos do Estado e a restauração e criação de espaços de memória, como museus, casas de cultura e bibliotecas, o que proporcionou uma valorização e aproximação da sociedade ludovicense para esses espaços. Com essas transformações, as Unidades de Informação do Centro Histórico passaram a ter um papel primordial no desenvolvimento econômico e educacional, já que essas instituições detêm em suas missões e objetivos auxiliar na formação, preservação da memória e salvaguarda do conhecimento.

Com o advento das tecnologias informacionais, essas unidades acabaram por se aperfeiçoar ainda mais, melhorando em alguns aspectos a prestação de serviços para a

sociedade: “as mudanças tecnológicas também tiveram impacto nas expectativas dos visitantes acerca de como receberão e contribuirão com informações no contexto do museu” (Vessuri, 2017, p. 51, tradução nossa). Atualmente, é possível ter acesso às informações desses ambientes sem necessariamente ir até as unidades físicas, pois, com o desenvolvimento de canais virtuais, como as redes sociais e sites institucionais, é possível estabelecer um contato mais próximo e acessível para os seus usuários.

Durante os anos de 2020 até 2022, quando o mundo enfrentou a pandemia de COVID- 19, um dos vetores que permitiu com que esses espaços permanecessem abertos e com acesso ao público, mesmo que de modo remoto, foi o processo de desenvolvimento tecnológico, pelo qual foram submetidos nas últimas décadas. Com essas transformações, as Unidades de Informação do Centro Histórico passaram a ter um papel primordial no desenvolvimento econômico e educacional, uma vez que essas instituições detêm em suas missões o papel de auxiliar na formação, preservação da memória e salvaguarda do conhecimento.

Com o advento das tecnologias informacionais, essas unidades voltaram-se ainda mais ao aperfeiçoamento, melhorando ainda em alguns aspectos a prestação de serviços para a sociedade. Atualmente, tem-se acesso às informações desses ambientes sem necessariamente se deslocar até as unidades físicas. Com o desenvolvimento de canais virtuais, como as redes sociais e sites institucionais, o usuário consegue obter um contato mais próximo e acessível com esses espaços.

Cidades históricas são destinos turísticos populares devido ao seu valioso patrimônio material e imaterial. Logo, por esse motivo, as unidades de informação desempenham um papel crucial na preservação da memória e da cultura. Durante esse período, enfrentaram o desafio de se adaptar às novas formas de visitação e disseminação de informações, adotando estratégias inovadoras, especialmente através das redes sociais.

Graças a essas iniciativas, alguns espaços museológicos conseguiram manter serviços disponíveis ao público, garantindo a continuidade da sua missão educativa e cultural. Estudos demonstram que o número de visitas locais a um museu pode crescer significativamente quando seus acervos estão disponíveis em rede (Navarrete; Borowieck, 2015). No processo investigativo de observação proposto nesta pesquisa, foi possível compreender as práticas e os novos processos de trabalhos utilizados nas Unidades de Informação do Centro de São Luís. A partir de métodos e ferramentas informacionais inseridas dentro desses espaços, analisamos como as funções de

organizar, preservar e disseminar informação são realizadas.

Ainda como parte do processo investigativo da presente pesquisa, foram encaminhados questionários às Unidades de Informação do Centro de São Luís, com o propósito de analisar transformações e a utilização de recursos informacionais nos processos de disseminação da informação e socialização do conhecimento dentro desses espaços. Também foram observadas as dinâmicas de ações formativas e educativas, além das práticas e dos trabalhos em Unidades de Informação.

Vale ressaltar que abordamos e identificamos os procedimentos utilizados na construção da rotina administrativa das Unidades de Informação analisadas, resultado dos dados adquiridos após a aplicação dos questionários em cada local analisado. Com isso, visamos primeiramente observar uma série de ações preliminares que devem ser tomadas no que tange às ações biblioteconômicas, conforme detalhado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Elementos da gestão das Unidades de informação

Área	Elementos
Recursos de informação e conhecimento	Negociar preços adequados e termos e condições para o licenciamento ou aquisição de recursos de informação. Identificar especialistas e fontes a fim de facilitar o compartilhamento de conhecimento dentro das organizações. Ensinar a avaliar criticamente informações e fontes de informação.
Recuperação e análise de dados e informação	Entrevistar e consultar os membros da comunidade para identificar e esclarecer as necessidades de informação e conhecimento. Compreender os mecanismos de busca e os sistemas de recuperação de informação, incluindo as funcionalidades únicas fornecidas por diferentes sistemas e aplicar esse entendimento aos projetos de pesquisa e recuperação de informação. Usar análise de dados, análise de texto, visualização e ferramentas similares apropriadas para analisar informações a fim de facilitar realização de inferências a extração de significados. Ensinar todas as competências em contextos formais e informais.
Área	Elementos

	<p>Desenvolver sofisticadas estratégias de busca e recuperação para descobrir e recuperar informações de diferentes sistemas e repositórios.</p> <p>Avaliar a veracidade ou qualidade da informação e de suas fontes subjacentes nos motores de busca e sistemas de recuperação de informação.</p> <p>Comunicar os resultados dos projetos de recuperação e análise de informações de uma forma que seja útil ao público-alvo.</p>
Organização de ativos de dados, informação e conhecimento	<p>Usar padrões de metadados descritivos e temáticos reconhecidos para descrever ativos de informação.</p> <p>Desenvolver taxonomias e ontologias personalizadas, conforme as circunstâncias locais exigirem.</p> <p>Ministrar treinamentos sobre práticas efetivas para organização e gerenciamento de informações.</p> <p>Coordenar o desenvolvimento e a implementação de sistemas e processos de arquivamento personalizados para dar suporte às necessidades organizacionais.</p> <p>Desenvolver esquemas de metadados personalizados.</p> <p>Desenvolver políticas e procedimentos de retenção e destruição com base em requisitos legais e necessidades operacionais da organização.</p> <p>Aplicar práticas de controle de qualidade para assegurar a aplicação adequada de políticas e práticas para organização e gerenciamento de informações.</p>
Ética da informação	<p>Reconhecer questões éticas relativas à manipulação de informações, incluindo, entre outras, a privacidade, confidencialidade e segurança da informação, propriedade intelectual, direitos autorais e liberdade intelectual.</p> <p>Ensinar, influenciar e treinar pessoas sobre esse assunto.</p> <p>Avaliar e auditar a implementação organizacional de ética da informação.</p> <p>Modelar o comportamento ético relacionado à informação.</p> <p>Contribuir com as políticas, procedimentos e outras iniciativas organizacionais.</p>

Fonte: adaptado de Shumaker (2016).

O Quadro 3 acima busca destacar os elementos essenciais para a gestão de U.I, delineando áreas fundamentais como recursos de informação e conhecimento, recuperação e análise de dados, organização de ativos, e ética da informação. Cada área inclui ações específicas que devem ser integradas à rotina administrativa dessas unidades, como negociar termos para aquisição de recursos, desenvolver estratégias de recuperação de dados, organizar e descrever ativos, e atuar em conformidade com

padrões éticos.

Para uma melhor compreensão dos objetivos e função das U.I., o detalhamento das práticas, como o uso de taxonomias personalizadas e o desenvolvimento de esquemas de metadados, revela o nível de sofisticação necessário para que a unidade não apenas archive, mas também facilite o acesso e a utilização de informações por seus usuários. A ênfase na capacitação e treinamento dos colaboradores aponta para a importância da educação contínua, o que garante que as competências necessárias estejam sempre em evolução e em sintonia com as exigências de qualidade e ética da informação.

Assim, as tarefas como ensinar a avaliação crítica de fontes e promover uma comunicação eficiente dos resultados são fundamentais para que a Unidade de Informação responda adequadamente às demandas do público-alvo e se adapte ao contexto de uma sociedade cada vez mais orientada por dados. Os pontos de ética, como privacidade e propriedade intelectual, realçam a necessidade de vigilância constante em relação às práticas, pois influenciam diretamente a confiança do usuário na unidade.

4.4 Análise dos processos de educação e socialização do conhecimento em museus

Os museus, historicamente, desempenham um papel central na preservação do patrimônio cultural, mas, mais recentemente, têm se consolidado como espaços fundamentais de educação e socialização do conhecimento. Essa transformação reflete a busca por instituições que não apenas armazenem artefatos, mas também funcionem como agentes ativos na produção e disseminação de saberes, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e social dos visitantes. O objetivo deste subtópico é explorar os processos de educação e socialização do conhecimento nos museus, destacando como essas instituições se tornam protagonistas em estratégias educativas que potencializam o acesso ao saber.

Facilitar o acesso ao patrimônio dos museus para mais pessoas, tornando as instituições museais mais democráticas, é uma perspectiva essencial tanto para a educação em museus quanto para a integração de tecnologias digitais nesses espaços. Segundo Almeida (2020, p. 134), “a adoção de tecnologias digitais nos museus expande as fronteiras físicas dessas instituições, democratizando o acesso ao patrimônio cultural e criando novas formas de interação e aprendizado”.

A atenção voltada ao público permite uma análise mais profunda das interações

sociais no século XXI e oferece *insights* valiosos sobre o papel dos dispositivos digitais na criação de novas redes sociais para o compartilhamento e o consumo de informações museais. Essas práticas levantam questões importantes sobre como as tecnologias influenciam as atividades dos museus e redefinem o conceito de acessibilidade e participação cultural.

Conforme Hooper-Greenhill (2000), os museus contemporâneos buscam cada vez mais diversificar suas estratégias educativas para se conectarem com diferentes públicos e promover o aprendizado de forma democrática e acessível. A diversidade de estratégias reflete o compromisso dos museus em formar um público ativo, crítico e socialmente engajado, com o objetivo de oferecer uma educação que transcenda a simples exposição de artefatos.

O Quadro 4 a seguir destaca os principais processos de educação e socialização do conhecimento que ocorrem nos museus, com destaque para as múltiplas formas pelas quais essas instituições desempenham sua função educativa. Para contextualizar de modo mais dinâmico, descrevemos em cada linha uma característica central da atuação museal no campo da educação, como a promoção da inclusão social, o papel mediador dos educadores e o uso de tecnologia para facilitar o aprendizado.

Quadro 4 - Teoria e prática das atividades executadas dentro das U.I.

Processos de educação e socialização nos museus	Descrição
Museu como Espaço de Aprendizagem Informal	- O aprendizado nos museus ocorre de forma dinâmica, com o visitante interagindo com o conteúdo de forma não estruturada, favorecendo a construção de significados próprios.
Inclusão Social e Acessibilidade	- Museus desenvolvem ações voltadas para a democratização do acesso, oferecendo exposições inclusivas e programas que buscam atrair diferentes grupos sociais.
Mediação Educativa	- Educadores museais atuam como mediadores entre o público e as exposições, facilitando o processo de aprendizagem por meio de diálogos e reflexões.
Uso da Tecnologia para Socialização do Conhecimento	- Exposições interativas e o uso de recursos tecnológicos proporcionam experiências imersivas que facilitam a compreensão e o engajamento do público.
Diálogo Intercultural	- Os museus promovem a convivência entre diferentes culturas, destacando a importância da diversidade e estimulando a troca de saberes.

Educação Crítica e Emancipatória	- A abordagem crítica dos museus busca desafiar narrativas dominantes, promovendo uma educação que valoriza a autonomia e o pensamento crítico dos visitantes.
----------------------------------	--

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024).

Os processos listados no quadro acima evidenciam a importância dos museus como espaços de educação contínua e acessível. A ideia de museu como espaço de aprendizagem informal, por exemplo, ressalta o caráter não estruturado da experiência educativa nesses ambientes, pois permite que o visitante interaja de maneira única com o conteúdo expositivo (Falk; Dierking, 2016). Além disso, o uso de tecnologias e o diálogo intercultural demonstram como os museus são adaptáveis às novas demandas sociais ao buscarem formas inovadoras de transmitir conhecimento e promover a inclusão (Santos; Gouveia, 2018).

A mediação educativa, por sua vez, reforça a ideia de que os educadores desempenham um papel crucial na construção de significados, ajudando os visitantes a refletirem sobre o conteúdo exibido (Bachelard, 2016). Já a educação crítica, como sugere Giroux (2020), promove a emancipação dos visitantes por meio do questionamento de narrativas históricas e culturais, tornando o museu um espaço de resistência e transformação.

Historicamente, desde o surgimento dos primeiros museus modernos, no século XVIII, eles foram idealizados como espaços voltados ao público, onde o conhecimento seria preservado e exposto. No entanto, as abordagens iniciais eram elitistas e voltadas para uma minoria privilegiada (Hooper-Greenhill, 1994). A democratização do acesso ao conhecimento museológico passou a ganhar força apenas nas últimas décadas, com a introdução de políticas que buscam a inclusão social e a diversificação do público. De acordo com Andrade (2017, p. 72), os museus contemporâneos têm um compromisso explícito com a educação, buscando transformar o visitante em um sujeito ativo no processo de construção de conhecimento.

No âmbito da educação museal, a concepção de museu como espaço de aprendizado informal é central. Aprender em um museu envolve um processo de construção de sentido a partir da experiência individual e coletiva, que é estimulada pelo contato direto com os artefatos e suas narrativas associadas. Segundo Falk e Dierking (2016), a aprendizagem em museus ocorre por meio de uma interação dinâmica entre o visitante e o ambiente expositivo, o que permite uma absorção do conhecimento que vai

além do que é apenas transmitido pelo conteúdo formal. Esse processo é profundamente influenciado pelo contexto social, cultural e pessoal do visitante, que molda sua compreensão e interação com as exposições.

Ao atuar como centros de educação, os museus também têm o potencial de desafiar as narrativas dominantes e reinterpretar criticamente a história. É o que afirma Lopes (2019), que destaca o papel dos museus na reconstrução de histórias antes silenciadas, como as de grupos subalternizados, que incluem mulheres, negros, indígenas e LGBTQIAPN+. A educação museal se configura, então, como uma ferramenta poderosa de transformação social, capaz de questionar e reformular os discursos que foram perpetuados ao longo do tempo.

A inclusão social através da educação nos museus tem sido tema de várias iniciativas recentes. Programas educativos, exposições inclusivas e ações voltadas à acessibilidade têm sido implementados com o intuito de democratizar o acesso e permitir que diferentes grupos sociais usufruam dos espaços museológicos. Para Santos (2020, p. 121), os museus estão assumindo um papel mais ativo na promoção da cidadania, por meio da implementação de práticas educativas que visam à formação de um público crítico e consciente de seu papel na sociedade.

A socialização do conhecimento nos museus ocorre de diferentes maneiras, sendo uma das principais o uso de exposições interativas e tecnológicas, que facilitam a compreensão dos temas abordados, mesmo por públicos que não possuem conhecimento prévio profundo sobre os assuntos. De acordo com Silva (2021, p. 54), a tecnologia tem sido uma aliada importante no processo de democratização do conhecimento em museus, já que proporciona experiências imersivas que envolvem o público e estimulam a curiosidade e a aprendizagem.

Outro aspecto relevante é a função social dos educadores museais, que atuam como mediadores entre o público e as exposições. Esses profissionais desempenham um papel crucial na facilitação da aprendizagem ao promoverem debates e reflexões que ampliam a compreensão dos visitantes sobre os temas apresentados. Segundo Carvalho (2018, p. 63), a mediação educativa nos museus deve ser vista como uma ação pedagógica essencial, pois é através dela que se estabelece uma conexão significativa entre o visitante e o conteúdo do museu.

Nos processos de educação e socialização do conhecimento, os museus também se configuram como espaços de diálogo intercultural. Em sociedades cada vez mais diversas e plurais, os museus têm a responsabilidade de refletir essa multiplicidade

cultural e fomentar a convivência entre diferentes grupos sociais. Almeida (2015, p. 87) aponta que os museus contemporâneos são agentes ativos na construção de pontes entre culturas a partir da promoção do reconhecimento e da valorização da diversidade como parte integrante do patrimônio cultural global.

A educação museal, contudo, enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito à inclusão de públicos marginalizados. A desigualdade social e as barreiras de acesso físico e simbólico ainda são obstáculos que limitam a efetividade dos museus como espaços educativos para todos. Como observa Cunha (2022, p. 101), apesar dos avanços, muitos museus ainda falham em atrair e manter a participação de públicos provenientes de camadas populares, o que sugere a necessidade de políticas mais inclusivas e estratégias educativas mais acessíveis.

No Brasil, o campo da educação museal tem se consolidado, em especial, a partir da década de 2000, com a criação do Programa Nacional de Educação Museal (PNEM) pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Esse programa visa fortalecer a função educativa dos museus e promover a integração desses espaços com as comunidades locais. De acordo com Gonçalves (2019, p. 36), o PNEM representa um avanço importante para a institucionalização da educação museal no país ao propor diretrizes que orientam as práticas educativas e o acesso ao conhecimento por parte de diferentes públicos.

Os processos de socialização do conhecimento em museus não se limitam à experiência individual do visitante, mas também abrangem ações coletivas e comunitárias. Programas de educação comunitária em museus têm se mostrado eficazes na promoção de laços sociais e na criação de uma consciência coletiva sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. De acordo com Lopes (2019, p. 78), esses programas são essenciais para aproximar as comunidades dos museus, tornando-os espaços de convivência e troca de saberes.

Outro ponto de destaque é a importância dos museus na formação da identidade cultural dos indivíduos e grupos sociais. Ao expor a história e a cultura de um povo, os museus contribuem para a construção e a reafirmação das identidades culturais. Para Silva (2016, p. 44), o museu é um espaço onde as memórias individuais e coletivas se entrelaçam, possibilitando que o público compreenda sua própria história e seu lugar no mundo.

Nos últimos anos, a educação nos museus tem sido repensada à luz das teorias críticas da pedagogia, que defendem uma abordagem mais participativa e

emancipatória. Segundo Freire (2021, p. 27), a educação deve ser um processo de libertação, e os museus, como espaços educativos, precisam adotar práticas que favoreçam a autonomia e a consciência crítica dos visitantes. Essa visão crítica da educação museal tem ganhado força, especialmente em instituições que buscam romper com as práticas tradicionais e hierárquicas de transmissão de conhecimento.

Vê-se que a relação entre museu e educação tem se tornado cada vez mais complexa, envolvendo questões relacionadas à memória, identidade, diversidade e inclusão social. Como aponta Hall (2018, p. 66), os museus assumem um papel central na preservação e na divulgação de memórias, mas essa tarefa exige um compromisso com a pluralidade e com o reconhecimento das múltiplas vozes que compõem a história.

Os museus são espaços privilegiados de educação e socialização do conhecimento a partir da adoção de um papel essencial no desenvolvimento intelectual e social dos indivíduos. As estratégias educativas adotadas pelos museus têm o potencial de transformar a experiência do visitante e promover não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a formação de uma consciência crítica e cidadã. No entanto, para que os museus cumpram plenamente essa função, é necessário que continuem a repensar suas práticas, adotando abordagens mais inclusivas e participativas que possam atender às demandas de uma sociedade cada vez mais diversa e complexa.

5 CENTRO CULTURAL DA VALE E FUNDAÇÃO DA MEMÓRIA REPUBLICANA BRASILEIRA – FMRB: UM BREVE RECORTE INSTITUCIONAL E DIÁLOGOS COM PATRIMÔNIO, CULTURA, PRESERVAÇÃO E DECOLONIALIDADE

Os processos de preservação cultural são cruciais para manter viva a memória e a identidade de uma sociedade. No Brasil, a preservação do patrimônio cultural tem ganhado força desde o início do século XX, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN, que surgiu em 1937, sob a direção de Mário de Andrade. Desde então, diversas iniciativas públicas e privadas têm sido articuladas para proteger bens materiais e imateriais de significativa relevância histórica. Como destaca Fonseca (2005, p. 21), “o patrimônio cultural se constitui em um campo de disputas simbólicas e materiais, sendo fundamental a participação de múltiplos agentes na sua preservação”.

No estado do Maranhão, especialmente na cidade de São Luís, essa luta pela preservação se intensificou a partir do reconhecimento do Centro Histórico como Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO em 1997. A partir desse reconhecimento, o processo de revitalização dos casarões coloniais e a criação de políticas de fomento ao turismo cultural ganharam destaque. Instituições como o Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM) e a Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB) são exemplos de espaços que reforçam a importância da preservação cultural, ao mesmo tempo em que são usados como instrumentos de reparação por grandes empresas, como a Vale, para reduzir seus impactos sociais e ambientais.

Segundo Célia Azevedo (2018, p. 89), “a criação de centros culturais por grandes corporações tem se tornado uma forma de suavizar as críticas sobre os impactos ambientais e sociais gerados por suas atividades, criando uma imagem de empresa responsável e promotora da cultura”. A criação do CCVM pela Vale pode ser vista como uma estratégia de responsabilidade social e empresarial, uma vez que a empresa é frequentemente criticada pelos danos ambientais causados por suas atividades mineradoras no Brasil, especialmente no estado do Maranhão, onde passa a Estrada de Ferro Carajás.

A preservação cultural no Brasil envolve tanto a proteção de bens materiais quanto a valorização do patrimônio imaterial, como festas, rituais, saberes e formas de expressão. Autores como Laraia (2003, p. 44) destacam que “a cultura é um processo dinâmico e vivo, constantemente sendo reelaborado pelas sociedades”, o que torna a

preservação um desafio contínuo. No caso do Maranhão, a preservação do patrimônio cultural enfrenta o desafio de fomento à preservação cultural no Brasil, especialmente no Maranhão, tem sido conduzido em grande parte por políticas públicas desenvolvidas pelo IPHAN e pelas secretarias estaduais e municipais de cultura. A criação de leis de incentivo, como a Lei Rouanet, tem sido fundamental para financiar projetos de preservação e revitalização do patrimônio histórico e artístico. Como observa Fonseca (2005, p. 43), “as políticas de preservação cultural no Brasil têm se mostrado insuficientes para lidar com a imensa diversidade de bens a serem protegidos, sendo necessário o fortalecimento das parcerias com a iniciativa privada”.

Ao abordar o papel do CCVM, é importante inserir a perspectiva decolonial na análise. Segundo Quijano (2000), a colonialidade do poder continua a influenciar as relações sociais, culturais e econômicas na América Latina, mesmo após o fim do colonialismo formal. Nesse sentido, o CCVM pode ser visto como um espaço de resistência e de contestação às narrativas coloniais. Como explica Souza (2019, p. 34), “o CCVM tem se destacado por oferecer uma plataforma para artistas e intelectuais que propõem uma leitura crítica da história colonial brasileira e suas repercussões contemporâneas”.

Imagem 1 - Cocar indígena



Fonte: arquivo pessoal do próprio autor (Lucas Nogueira. 2024)

A arte contemporânea exibida no CCVM frequentemente aborda questões

relacionadas à identidade, raça e classe, desconstruindo as narrativas hegemônicas que tradicionalmente dominam o campo das artes no Brasil. Autores como Mbembe (2018, p. 29) argumentam que “a descolonização da cultura passa pela desconstrução dos símbolos e narrativas que foram impostos durante o período colonial, permitindo que novas formas de expressão cultural floresçam”. Assim, o CCVM se coloca como um espaço de contestação às práticas culturais dominantes, abrindo espaço para vozes e narrativas marginalizadas.

A Fundação da Memória Republicana Brasileira pode ser entendida, conforme destaca Bourdieu (1996), como um “espaço de poder simbólico”, onde a memória da República e a figura de José Sarney são constantemente reelaboradas e legitimadas. A criação de espaços como a FMRB revela como a história oficial é construída e preservada a partir de uma perspectiva que privilegia certas narrativas em detrimento de outras. Segundo Mendes (2021, p. 78), “a FMRB desempenha um papel importante na construção da memória política do Brasil, mas também levanta questões sobre quais histórias são priorizadas e quais são silenciadas.

Imagem 2 - Bandeiras do Brasil



Fonte: autoria do próprio autor. (Lucas Nogueira, 2024).

A atuação da Vale no Maranhão é marcada por um histórico de exploração de recursos naturais, com impactos significativos sobre o meio ambiente e as populações locais. Como observa Oliveira (2020, p. 45), “grandes corporações, como a Vale, têm utilizado a criação de espaços culturais como forma de suavizar sua imagem perante a opinião pública, especialmente em regiões onde suas atividades têm causado danos ambientais”. A criação do Centro Cultural Vale Maranhão pode ser vista como parte de uma estratégia de mitigação desses impactos, inserindo-se no contexto das ações de responsabilidade social da empresa.

Para Azevedo (2018, p. 89), “a criação de centros culturais por grandes corporações é uma forma de reposicionar suas marcas diante das críticas que recebem por suas práticas empresariais, promovendo a ideia de que estão contribuindo para o bem comum”. A Vale, ao criar o CCVM, busca tanto fomentar a cultura local quanto se posicionar como uma empresa comprometida com o desenvolvimento social e cultural do Maranhão.

A preservação do patrimônio cultural no Maranhão é uma tarefa complexa, que envolve múltiplos agentes e interesses. O Centro Cultural Vale Maranhão e a Fundação da Memória Republicana Brasileira são dois exemplos de como esses processos se manifestam em espaços concretos, oferecendo à população acesso à cultura e à história. Contudo, também levantam questões sobre o papel das grandes corporações e das elites políticas na definição do que deve ser preservado e como essa memória é construída.

A Fundação da Memória Republicana Brasileira está inserida no prédio histórico do Convento das Mercês, que fica localizado no bairro do Desterro, no centro da cidade de São Luís do Maranhão. Vale destacar que o Convento das Mercês recentemente foi eleito um dos Sete Tesouros da cidade. Sua construção foi iniciada no ano de 1654, quando chegaram na cidade os mercedários João Cerveira (maranhense de Alcântara) e Marcos Natividade, vindos de Belém, os quais se juntaram aos frades Manoel de Assunção e Antônio Nolasco, além do leigo João das Mercês.

Ao longo dos séculos, esse local serviu para abrir várias repartições públicas da cidade, como o Batalhão da Polícia Militar (PMMA), o Corpo de Bombeiros, a Cadeia Pública e um Convento.

A Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB) é uma fundação pública de direito privado, criada pela Lei Estadual nº 9.479, de 21 de outubro de 2011, que tem por finalidade: I – a promoção dos ideais republicanos e da República Federativa do Brasil; II – a pesquisa e o registro de fatos da História do Brasil e,

particularmente, do Maranhão; III – o estudo e o debate dos problemas brasileiros, em especial dos maranhenses; IV – a defesa, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e cultural, material e imaterial, do povo brasileiro; V – a defesa, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e cultural das culturas ibero-americanas e lusófonas, e a promoção da amizade e do intercâmbio cultural entre seus povos; VI – a guarda, a preservação, a organização e a divulgação os acervos documentais, bibliográficos, iconográficos e artísticos do Patrono da Fundação; VII – a promoção do desenvolvimento, a formação de lideranças jovens e a preparação de recursos humanos para as necessidades da sociedade maranhense; VIII – o ensino em seus diversos graus, o incentivo a estudos, pesquisas e projetos de natureza cultural e educacional, inclusive mediante a realização de concursos, a atribuição de prêmios e a concessão de bolsas.

A FMRB oferece serviços museológicos por meio do Museu da Memória Republicana Brasileira, que guarda o acervo presidencial do primeiro governo civil após a Ditadura Militar, e, também, serviços educacionais e culturais para a comunidade por meio de cursos, oficinas e eventos. Além do museu, a fundação conta com a Biblioteca Padre Antônio Vieira, que serve de apoio para pesquisas no local, e a Biblioteca infantil Maria Aragão.

5.1 Contextualizações do Centros Cultural da VALE e pesquisas de campo com os funcionários do Centro Cultural da VALE

O Centro Cultural VALE Maranhão (CCVM) é um espaço cultural dinâmico, diverso e aberto, que oferece e mantém o lugar de diálogo e prática para artistas, produtores de cultura e visitantes. Seu principal objetivo é ampliar o acesso ao fazer e aos bens culturais, proporcionando ambientes de troca, criação e formação, que sejam diversos e de todos. A liberdade expressiva e responsável é o eixo central de atuação, abarcando a cultura e educação como base para a produção da experiência.

Imagem 3 - Pátio do Centro Cultural da Vale (CCVM)



Fonte: A autoria do próprio autor. (Lucas Nogueira, 2024)

Com base nas análises realizadas nos canais de comunicação do CCVM, conseguimos observar que a programação é pensada a partir do comprometimento de oferecer ao público conteúdo de qualidade nas mais diversas linguagens artísticas, colaborando para o saber e formação do pensamento crítico. Exposições, editais, shows, apresentações de cultura popular, espetáculos de artes cênicas e dança, cursos, oficinas, mostras de cinema e festivais são eventos pensados para proporcionar vivências enriquecedoras a todos os visitantes.

O CCVM entende e reconhece a riqueza cultural maranhense e funciona como um farol difusor que coloca o Maranhão entre os importantes polos culturais do país, com grande foco na cultura popular e em suas interlocuções com as instâncias institucionais. Além disso, também recebe profissionais de outros estados e países para que haja intercâmbio cultural, levando a cultura maranhense cada vez mais longe e contribuindo para a formação local.

O Centro Cultural Vale Maranhão é mantido pelo Instituto Cultural Vale, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, e situa-se no coração do centro histórico de

São Luís. Ao lado de outras instituições culturais, colabora com a dinamização da localidade e reafirma o carácter cultural da região da cidade.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para tratar da construção dos dados coletados a partir de entrevistas dentro das instituições Fundação da Memória Republicana Brasileira – FMRB e Centro Cultural da Vale – CCVM foi preciso aprofundar as leituras em relação à construção das exposições a partir dos processos de curadoria e à parceria entre os setores educacionais inseridos dentro desses espaços. O objetivo é verificar como essas relações atualmente estão sendo pensadas, uma vez em que existe um embate histórico entre essas duas áreas, assim como sinalizado por Mörsch (2011), que descreve preocupações sobre a maneira de como são construídos esses espaços.

Então, considerando os objetivos de analisar, investigar, perceber, examinar e compreender a importância dos museus para o desenvolvimento intelectual, pautados no livre acesso à educação e informação, esta pesquisa adota uma abordagem abrangente para a coleta de dados. De natureza qualitativa, ela se caracteriza como bibliográfica, exploratória e de campo. A revisão bibliográfica é realizada por meio de buscas nos portais de periódicos da CAPES, Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Metabuscar, com foco nos trabalhos mais citados e prestigiados na literatura sobre educação museológica (Denzin; Lincoln, 2011).

A construção dos dados se apoia na análise das informações coletadas nas entrevistas e na aplicação de questionários com estagiários e diretores dos museus e casas de cultura da região. Para garantir uma amostra representativa, foram realizadas três entrevistas com cada diretor e aplicados seis questionários para cada dois estagiários das unidades. Além disso, esta pesquisa inclui a análise de projetos e documentos das ações realizadas por cada local investigado, permitindo uma compreensão mais profunda do contexto e das práticas educativas (Yin, 2016).

Desse modo, a coleta de dados qualitativos é fundamental para captar a experiência dos indivíduos envolvidos no processo educativo dos museus, uma vez que, segundo Minayo (2014), essa abordagem oferece um olhar mais profundo e contextualizado sobre o fenômeno estudado. A interação entre os estagiários e diretores proporciona uma visão integrada das práticas e desafios enfrentados nas ações educativas.

Os dados coletados foram organizados e analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016). Essa metodologia é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas, pois permite uma interpretação sistemática do

material coletado. A análise é desenvolvida em três etapas principais: 1) pré-análise; 2) exploração do material; 3) tratamento dos resultados.

Na primeira etapa, a pré-análise, o material é sistematizado e organizado para identificar conteúdos relevantes à investigação, por meio de categorias de análise pré-determinadas. Essa fase é essencial para preparar os dados e obter uma exploração mais aprofundada e significativa (Bardin, 2016, p. 40). A sistematização inicial também possibilita a identificação de padrões e temas emergentes que podem ser explorados nas fases seguintes.

A segunda etapa, a exploração do material, envolve a leitura atenta e a categorização dos dados, permitindo a identificação de categorias e subcategorias que emergem das respostas dos participantes. Essa fase é crucial para compreender a complexidade das experiências e práticas dos estagiários e diretores, uma vez que a análise se baseia em uma abordagem indutiva, como afirmam Flick (2018) e Pêcheux (1990).

O tratamento dos resultados, última etapa da Análise de Conteúdo, implica a interpretação e discussão dos dados analisados. Nesse momento, busca-se relacionar os resultados obtidos com as teorias e conceitos abordados na literatura, favorecendo uma discussão crítica e embasada sobre os achados da pesquisa. A interpretação deve considerar a singularidade do contexto e das práticas educativas nos museus investigados (Bardin, 2016, p. 187).

Além disso, a utilização de diferentes métodos de coleta de dados, como entrevistas e questionários, enriquece a pesquisa, possibilitando triangulação de dados e uma compreensão mais robusta das práticas educativas nos museus. Essa triangulação é fundamental para validar os achados e garantir a credibilidade da pesquisa (Denzin, 2011).

A realização desta pesquisa foi feita a partir de várias visitas nesses espaços, onde realizamos uma troca de experiências e vivências, participamos de ações e acompanhamos visitas de instituições escolares dentro dos museus, ocasião em que verificamos e observamos as interações ocorridas entre os alunos e funcionários.

Em suma, a metodologia adotada na presente pesquisa, ancorada na Análise de Conteúdo, busca fornecer uma visão abrangente e fundamentada acerca das relações pedagógicas nos museus e das suas contribuições para o desenvolvimento intelectual e social. A análise crítica dos dados coletados permite ainda não apenas compreender as práticas atuais, mas também propor melhorias e inovações nas ações educativas das

instituições museológicas investigadas.

7 ANÁLISES E DISCUSSÕES FMRB E CCVM: CONTEXTUALIZAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Ao analisar os aspectos inseridos dentro dos espaços museológicos, em especial as ações da FMRB, buscamos organizar de maneira sistemática os objetivos que a instituição utiliza para disseminar o seu acervo em uma perspectiva educacional, pautada na construção e preservação de acervos e materiais pedagógicos, considerando os movimentos que foram criados para se pensar no museu como um dispositivo educativo. Então, a partir dos anos de 1980, os debates sobre a importância desses espaços se tornaram cada vez mais presentes dentro de nossa sociedade, em particular após a inserção das escolas de Ensino Médio e Fundamental (Barbosa, 2009).

O próprio movimento “Educativo na Curadoria e na Produção Artística (O’Neil; Wilson, 2010) descreve e busca analisar como as novas apropriações de temáticas, processos e métodos de debates dentro dos museus ampliaram e corroboraram a construção de métodos e acervos educativos e formativos.

Logo, ao aprofundar as leituras sobre os processos de curadorias e criação de exposições voltadas especificamente ao campo educacional, podemos pensar a partir de uma preocupação exposta por Mörsch (2011), que destaca as relações históricas contidas nos processos de curadoria. Ganha destaque aquelas que são construídas e pensadas apenas na propagação de obras de arte e turnês artísticas. Por isso, o objetivo de processos educacionais acabam sendo algo invariavelmente “natural”⁸.

É possível pensar como exemplo o museu mais antigos como *Victoria and Albert Museum*, na Inglaterra, o embate entre os setores responsáveis pela construção e curadoria e o setor educacional a cada exposição é uma realidade que os teóricos (Mirandino, 2008; Macmanus, 2013), se debruçam a estudar.

É importante destacar que os museus de ciências e de artes como conhecemos hoje resultam de um processo cruel e devastador que foi a vasta exploração e escravidão de regiões do novo mundo, impostas por países como Inglaterra, França e Espanha. Nesse primeiro momento, vale destacar que, em sua gênese, esses espaços eram restritos e tinham a função simbólica e cruel de dominação por parte dos governantes europeus (Macmanus, 2013, p. 13). Somente em 1870, na Inglaterra, foi possível pensar em

⁸ A partir da minha visão e sendo o autor deste estudo, descrevo esse procedimento e processo como algo setorizado das instituições museológicas com base em experiências de outros profissionais inseridos nesse contexto.

tornar esses espaços públicos, já que, antes disso, seu acesso era extremamente restrito a corte, poucos privilegiados e classe burguesa dominante.

Atualmente, vivemos um outro momento de acesso e democratização desses objetos, espaços e, até mesmo, na forma de se pensar a curadoria e práticas pedagógicas desses lugares. Portanto, para uma melhor compreensão das atividades educativas e formativas da Fundação da Memória Republicana Brasileira – FMRB, segue abaixo um quadro com as atividades e setores que compreendem cada um desses espaços.

Quadro 5 - Divisão e atividade dos espaços destinados ao acervo da FRMB

Setores da Instituição	Ação Formativa	Ação Educativa
Biblioteca Padre Antônio Vieira	- Cursos e encontros literários;	-Restauração das obras literárias raras; -Exposições temáticas do acervo; -Disponibilização do acervo para consulta local; -Visitas guiadas.
Museu da Memória Republicana Brasileira – FMRB	- Palestras temáticas sobre o processo de reabertura do Brasil pós ditadura militar com foco na construção da Constituição de 1988.	-Disponibilização do acervo em diversos formatos, físicos e digitais; Exposições itinerantes em variados espaços da cidade como: feiras, shoppings, escolas; -Visitas guiadas.
Museu presidencial do ex-presidente José Sarney	- Nesse espaço não ocorrem cursos, palestras e nem formações o espaço é destinado apenas ao acervo.	-Espaço destinado a exposição fixa dos presentes presidenciais.
Salão Portugal	- Espaço destinado a realização de formação e capacitação interno e externo	-Exposições itinerantes; -Mediações culturais em diversos formatos.
Galeria Dila	- Nesse espaço não ocorrem cursos, palestras e nem formações o espaço é destinado apenas ao acervo.	-Exposições itinerantes; -Visitas guiadas.

Fonte: elaborado pelo próprio autor (Lucas Nogueira, 2024).

Para exemplificar melhor o que venha ser essas atividades e o porquê da importância e necessidade de inserir e realizá-las dentro dos museus vale destacar que existe um documento criado para nortear as ações realizadas por parte dos museus, trata-se do Caderno de Diretrizes museológicas que tem por função a construção e o desenvolvimento de um Programa Educativo e Cultural dos Museus na 2ª edição do

caderno publicado em 2006 define as ações educativas da seguinte maneira:

Elementos fundamentais no processo de comunicação que, juntamente com a preservação e a investigação, formam o pilar de sustentação de todo museu, qualquer que seja sua tipologia. Entendidas como formas de mediação entre o sujeito e o bem cultural, as ações educativas facilitam sua apreensão pelo público, gerando respeito e valorização pelo patrimônio cultural (Caderno de Diretrizes Museológicas, 2006, p. 65).

Deste modo as entrevistas foram construídas na intenção de verificar e posteriormente analisar as atividades formativas e educativas dentro dos espaços da pesquisa, sendo assim, possível obter outras informações, para além destas atividades, uma vez em que este estudo se propôs a analisar os ambientes museológicos para além de meros espaços de exposição.

A entrevista foi composta de 14 perguntas, para uma melhor compreensão dos resultados destaca-se 3 (três) das perguntas que foram respondidas por estagiários e funcionários do setor educacional.

Quadro 6 - perguntas e respostas dos entrevistados:

<p>Qual é a relevância de integrar iniciativas educativas nos museus para a comunidade escolar de São Luís do Maranhão?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - É função essencial de todos os museus proporcionar ações educativas que permitam aos visitantes e estudantes uma experiência que estimule o desenvolvimento do conhecimento, de habilidades e atitudes. Assim, através das práticas educativas dentro dos museus, colaboramos para que a transformação social e a interpretação da cultura e da memória sejam exercidas. - As iniciativas educativas nos museus oferecem oportunidades para os alunos aprenderem sobre a história, cultura e arte, enriquecendo seu conhecimento e senso de identidade cultural. A visita a museus é uma forma prática e estimulante de complementar o aprendizado em sala de aula, proporcionando experiências sensoriais e interativas que podem ampliar a compreensão dos conteúdos curriculares, incentivo à preservação do patrimônio: Ao conhecerem o patrimônio cultural presente nos museus, os alunos desenvolvem um maior apreço pela história e pela importância da preservação do patrimônio cultural. - A integração entre museus e escolas pode contribuir, também para o desenvolvimento do turismo cultural, ao promover essas iniciativas de forma eficiente, os museus
--	--

	<p>tornam-se espaços educativos dinâmicos e acessíveis, beneficiando tanto a comunidade escolar quanto a sociedade como um todo.</p>
<p>Qual é a sua percepção sobre o impacto das práticas de formação na capacitação dos estagiários e funcionários dos museus?</p>	<p>- De fundamental importância, visto que é somente através das qualificações educativas que podemos ter uma equipe de mediadores e funcionários mais habilitados tecnicamente para exercerem suas funções de forma mais integradas com as práticas educacionais nos museus e os processos museais.</p> <p>- Os estagiários entram em contato com a cultura, com a memória, a preservação e a manutenção dos nossos acervos e óleos, podendo assim entender, assimilar e difundir de forma pessoal e coletiva, os estudos aqui abordados</p> <p>- As práticas de formação proporcionam aos estagiários e funcionários a oportunidade de adquirir e aprimorar habilidades técnicas específicas relacionadas à gestão de acervos, conservação, curadoria, mediação cultural, entre outras áreas fundamentais para o funcionamento eficiente do museu.</p> <p>- Muito eficazes. Não existe regras rigorosas, já que o ambiente em questão não exige isso. Por ser um local de conversa, trocas e compartilhamento, a intenção é que a construção da narrativa flua, seguindo um fio condutor, que será mediado pelo educador. Mas é claro que por se tratar de um local expositivo que conta histórias, trazem contextos históricos, é importante ter um preparo e adotar uma rotina de estudos que é contínua.</p>
<p>Qual é o papel dos museus na formação profissional e educacional das pessoas que trabalham nessas instituições, na sua perspectiva?</p>	<p>- A gestão de cada museu precisa ter a compreensão da importância de incentivar o investimento na formação dos profissionais e realizar ações educativas que estimulem o conhecimento profissional e educacional garantindo uma equipe qualificada.</p> <p>- Aqui, o museu tem como papel principal a preservação da memória e o direito ao patrimônio, na formação e na democratização dos conhecimentos já aprendidos e repassados aos alunos e instituições visitantes de nossas coleções. Aqui, partilha-se saberes e vivências que vão sendo repassadas aos pequenos, em forma de arte, objetos, palestras e</p>

	<p>mediacoes</p> <p>- Os museus são espaços privilegiados para a formação profissional e educacional, oferecendo um ambiente propício para o aprendizado, a experimentação, a reflexão e o desenvolvimento de competências essenciais para o trabalho no campo da cultura e patrimônio.</p>
--	---

Fonte: Entrevistas realizado pelo próprio pesquisador. (Lucas Nogueira. 2025)

Refletindo sobre o status de cidade patrimônio material e imaterial da humanidade conseguimos perceber que não somente elementos que envolvem as questões educativas contextualizadas no processo didático são levadas em consideração, mas também as práticas de salvaguarda da história e do patrimônio.

Nesse sentido conseguimos perceber que esses elementos são fundamentais para o processo do desenvolvimento não só de socialização e ocupação desses espaços, mas também oferecer um aperfeiçoamento de outras habilidades como destaca o seguinte pensamento “Do ponto de vista didático, o museu serve tanto ao ensino dos conteúdos factuais, possibilitando a coleta e sistematização de informações pontuais, como aponta para o desenvolvimento das habilidades e da sensibilidade de cada visitante” (Pacheco, 2012, p. 65), o que, por sua vez, torna essa experiência rica no que tange os aspectos de compreensão de um determinado conteúdo como a construção de pensamentos críticos sobre determinado assunto que por vezes os livros didáticos suprimem essas informações.

Dentro dessa perspectiva, observa-se que o entrevistado(a) aborda uma outra visão semelhante ao exposto por (Pacheco, 2012) ao destacar a importância de não somente torna acessível o acesso de escolas e outras instituições educativas a esses espaços, mais também de proporcionar interações e ações efetivas de construção e aperfeiçoamento de habilidades.

Assim, ao analisar e compreender as exposições em museu pode ser considerada como uma estratégia inovadora mesmo nos dias atuais para o desenvolvimento das habilidades de indagação dos momentos históricos por parte da comunidade escolar. A potencialidade de um trabalho com objetos transformados em documentos reside na inversão de um “olhar de curiosidade” a respeito de “peças de museu” – que na maioria das vezes, são expostas pelo seu valor estético e despertam o imaginário de crianças, jovens e adultos sobre um “passado ultrapassado” ou “mais atrasado” –em “um olhar de indagação”, de informação que pode aumentar o conhecimento sobre os homens e sobre sua história (Bittencourt, 2004, p. 355).

Desse modo, exposições permanentes e itinerantes, como as que ocorrem dentro das dependências do prédio do Convento das Mercês, além do acervo permanente, podem servir como um importante dispositivo pedagógico para alunos e professores. Buscando perceber o papel de cada instituição e os seus profissionais a pesquisa serve para pensar como cada um destes locais pensam suas políticas e ideologias de trabalho, para confrontar os dados e buscar uma melhor análise sobre esses processos.

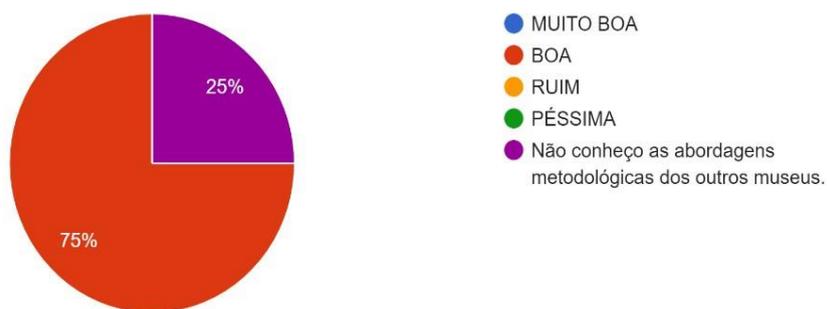
Ao compreender os processos de construção destes espaços podemos pensar que atualmente visitar um museu possua uma função completamente questionadora, inovadora e desconstruída, sobre as origens do passado e as formas de dominação, assim Abud (2010, p. 136) afirma que os museus na contemporaneidade são ferramentas fundamentais e práticas para o desenvolvimento e a construção de um sujeito com a habilidade de questionar os objetos da cultura material e construir um sentido para os processos históricos em que eles estão inseridos.

Para retratar o cenário de avaliação e impacto das abordagens metodológicas nos locais da pesquisa, destaco abaixo a figura com a resposta obtida sobre a presente questão.

Imagem 4 - Quarta questão do questionário

Qual é a sua avaliação sobre as abordagens metodológicas utilizadas nos projetos educativos desses museus em relação à comunidade escolar?

4 respostas



Fonte: elaborado pelo próprio autor (Lucas Nogueira, 2024)

Diante desse cenário, a pergunta seguinte do questionário buscava compreender os impactos de transformação e potencialização dos museus como espaços educativos, que surgiu de uma outra questão elaborada para que fosse respondida pelos participantes da pesquisa: qual é a sua percepção sobre o impacto das práticas de formação na capacitação dos estagiários e funcionários desses espaços?

Segundo a educadora e museóloga Gilda de Mello e Souza (2010, p. 45), “os museus devem se comprometer com a educação, não apenas como um espaço de disseminação do conhecimento, mas como um local de construção de saberes coletivos que respeitem as diversidades culturais”. Essa perspectiva ressalta que a formação dos profissionais que atuam nesses ambientes é fundamental para que possam não apenas compartilhar informações, mas também facilitar a compreensão e a valorização das múltiplas narrativas que os museus abrigam.

Conforme afirma Nascimento (2019, p. 141), “Não é difícil encontrar entre os profissionais de museus aqueles que defendem que as atividades educativas devem ser valorizadas e reconhecidas, bem como as equipes responsáveis por elas”. Podemos, então, fazer uma breve reflexão das respostas dos entrevistados 1, 2 e 3 e 1:

As práticas de formação proporcionam aos estagiários e funcionários a oportunidade de adquirir e aprimorar habilidades técnicas específicas relacionadas à gestão de acervos, conservação, curadoria, mediação cultural, entre outras áreas fundamentais para o funcionamento eficiente do museu. (Entrevistado 1. FMRB. 2024)

De fundamental importância, visto que é somente através das qualificações educativas que podemos ter uma equipe de mediadores e funcionários mais habilitados tecnicamente para exercerem suas funções de forma mais integradas com as práticas educacionais nos museus e os processos museais. (Entrevistado 2. FMRB. 2024)

Os estagiários entram em contato com a cultura, com a memória, a preservação e a manutenção dos nossos acervos e óleos, podendo assim entender, assimilar e difundir de forma pessoal e coletiva, os estudos aqui abordados. (Entrevistado 3. FMRB. 2024)

Sem dúvidas a bagagem de quem tem acesso a esses espaços é muito maior. Ninguém sai daqui da mesma forma que entrou. Vivências, estudos, conteúdos, narrativas, experiências e oportunidades que se adquire nesses espaços nós dá um diferencial. Já que se tem contato com outras culturas, outras formas de ver o mundo que nunca havia sido pensado antes, outras noções da história oficial, dentre muitas outras coisas. (Entrevistado 1. CCVM. 2024)

As falas dos entrevistados refletem a importância das práticas de formação contínua no contexto museológico, destacando a necessidade de capacitar estagiários e

funcionários em diversas áreas, como gestão de acervos, curadoria e mediação cultural. De acordo com Hobsbawm (1998, p. 23), “a educação é um meio crucial para a construção da identidade cultural e para a formação de uma sociedade mais crítica e reflexiva”. Nesse sentido, a formação técnica dos profissionais não apenas aprimora suas habilidades, mas também contribui para o fortalecimento das funções do museu como espaço de educação e reflexão, permitindo uma interação mais rica entre os objetos expostos e o público visitante.

Foi possível verificar diversas ações formativas e educativas para o quadro de funcionários da FMRB, um ponto a ser destacado dentro desse processo de organização e planejamento de capacitações é que todas as formações são abertas ao público e para estagiários e funcionários de outros Museus e Casas de Cultura que tenham interesse. Essas atividades não interferem na rotina de funcionamento destes locais, uma vez em que ocorrem nos dias de segunda-feira, quando as casas de cultura e os museus estão fechados para manutenção.

Imagem 5 - Cartaz de divulgação de ações formativas e educativas para funcionários dos museus e casas de cultura de São Luís – MA



Fonte: rede social da fundação da memória republicana brasileira - FMRB.

Dentro dessa perspectiva, investir em capacitação é essencial para reafirmar que os museus cumpram seu papel educacional e cultural de forma eficaz. A formação contínua e adequada desses profissionais também resulta em propostas educativas e mediadoras que sejam efetivas e alinhadas às demandas contemporâneas.

Considerando que os estagiários e funcionários atuam na interface entre os museus e o público, suas experiências e capacitações têm um impacto direto na qualidade da mediação e na construção de um ambiente que estimule a reflexão crítica. Portanto, é preciso compreender como essas práticas formativas influenciam suas habilidades, conhecimentos e, conseqüentemente, a experiência do visitante.

Imagem 6 - Equipamentos de acessibilidade auditiva



Fonte: autoria do próprio autor (Lucas Nogueira, 2024).

Investir em capacitação contínua e em recursos tecnológicos assegura que os museus cumpram seu papel educativo e cultural de forma inclusiva e dinâmica. Segundo Brulon (2018, p. 112), “os museus contemporâneos necessitam de estratégias que integrem tecnologia e interatividade para responder às demandas de um público cada vez mais exigente e digitalizado”. Assim, a capacitação de profissionais e estagiários, que atuam diretamente na interface entre as instituições e o público, garante que esses recursos sejam usados de maneira eficaz, e que o resultado seja a promoção de uma

experiência enriquecedora e acessível para todos os visitantes.

A presença de equipamentos tecnológicos e interativos nos museus facilita o acesso à informação e promove uma inclusão mais ampla, atendendo às necessidades de visitantes com diferentes habilidades e perfis culturais. Além disso, a implementação de recursos digitais auxilia no engajamento do público e na criação de ambientes imersivos que estimulam a reflexão crítica e o aprendizado.

Imagem 7 - Equipamento digital Galeria Tucum - CCVM



Fonte: autoria do próprio autor. (Lucas Nogueira. 2024)

A utilização de recursos digitais nas exposições de espaços com grande fluxo de visitação, como a FMRB e o CCVM, contribui não apenas para a ampliação e modernização das mostras, mas também desempenha um papel crucial na inclusão. Tais tecnologias tornam as exposições mais acessíveis para pessoas com deficiências, pois facilitam a compreensão e a experiência de visitantes com mobilidade reduzida ou deficiências sensoriais.

Ao incorporar elementos digitais, esses espaços oferecem ferramentas que promovem acessibilidade universal e possibilitam que o público com diferentes necessidades tenha uma experiência mais completa e inclusiva.

Imagem 8 - Catálogos das exposições do CCVM



Fonte: autoria do próprio autor (Lucas Nogueira, 2024).

Um outro aspecto notável no desenvolvimento de ações voltadas para compartilhar com o público as exposições e informações das exposições e obras, é o incrível trabalho de disponibilização de catálogos informativos, que devem ter os detalhes das ações. Muitas vezes, não é possível saber ou compreender ao longo das visitas o objetivo das ações e o catálogo é um recurso que auxilia professores e, principalmente, pesquisadores a compreender melhor os procedimentos de construção das exposições, os curadores e os artistas que fazem parte de cada trabalho. Além disso, esse recurso pode ser um dispositivo pedagógico a ser utilizado pelos professores em sala de aula.

Então, saber da existência desses materiais indicou a elaboração da próxima pergunta do questionário, que envolve os processos de contribuição dos museus para a formação de estudantes. Sendo assim, além de questionar sobre o impacto dessas atividades e ações formativas para os funcionários das instituições, buscamos compreender os efeitos desse trabalho para os estudantes. A pergunta foi elaborada da seguinte maneira: **na sua perspectiva, de que maneira os museus contribuem para a formação educacional estudantes?**

Seguem as respostas dos entrevistados 1 da FMRB e o 3 do CCVM:

Os museus contribuem na formação educacional dos estudantes ao oferecerem experiências enriquecedoras, estimularem a curiosidade, promoverem o aprendizado ativo, desenvolverem habilidades sociais e ampliarem a visão de mundo. (Entrevistado 1. FMRB. 2024)

Por serem espaços onde se encontram exposições interativas, atividades educativas, programas de palestras e eventos especiais que podem inspirar, motivar e envolver os alunos em diferentes áreas do conhecimento. Além de incentivar a curiosidade, a criatividade, o pensamento crítico, o raciocínio lógico e o próprio repertório cultural. (Entrevistado 3. CCVM. 2024).

As práticas educativas nos museus, quando bem implementadas, têm efeitos significativos na formação do público, pois promovem uma experiência que vai além da observação passiva e incentiva o engajamento ativo com o conhecimento cultural. Para Hooper- Greenhill (2007, p. 65), a educação museal “transforma os museus em espaços de aprendizado que promovem o desenvolvimento crítico e criativo do público, permitindo que os visitantes construam significados próprios a partir das exposições”.

Esse processo de construção ativa é essencial para que os visitantes se sintam não apenas espectadores, mas participantes do patrimônio cultural, capazes de se apropriar das narrativas e refletir sobre elas a partir de suas próprias experiências e contextos.

Quadro 6 - Divisão e atividade dos espaços da CCVM

Setores da Instituição	Ação Formativa	Ação Educativa
Pátio	- Rodas de conversa; - Palestras; - Oficinas; - Cursos.	- Shows; - Espetáculos teatrais; - Performance; - Exposições
Galeria Tucum	- Espaço destinado apenas para compartilhamento das exposições,	- Espetáculos teatrais; - Performance; - Exposições
Auditório Itapecuru	- Rodas de conversa; - Palestras; - Oficinas; - Cursos.	- Espetáculos teatrais; - Performance; - Exposições - Exibições de conteúdo audiovisual

Fonte: elaborado pelo próprio autor (2024).

O Centro Cultural Vale Maranhão desenvolve um trabalho significativo ao patrocinar obras e apoiar artistas locais, destacando-se como um espaço dinâmico de incentivo à produção cultural. Diferentemente da FMRB, o CCVM, financiado e administrado por uma grande empresa privada, exerce um papel relevante no fomento à cultura por meio de editais específicos para artistas, fortalecendo a valorização da cultura regional. Esses editais, financiados por meio de leis de incentivo municipais, estaduais e federais, como a Lei Rouanet (Lei nº 8.313/91), contribuem para que o setor privado atue efetivamente na preservação e valorização do patrimônio cultural.

O uso dessas leis reflete o compromisso da Constituição Federal de 1988, através do artigo 215, que garante o “pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais”. Ao oferecer contrapartidas sociais por meio de iniciativas culturais, empresas

privadas como a Vale exercem uma responsabilidade social que visa atenuar os impactos socioambientais gerados por suas operações. Esse incentivo não é apenas uma questão de “boa vontade” corporativa, mas uma política pública orientada para a democratização cultural e a preservação do patrimônio cultural local, contribuindo para a manutenção de saberes e práticas culturais que enriquecem a diversidade do país.

Nos últimos anos, práticas educativas e formativas em museus têm ganhado destaque como ferramentas essenciais para o envolvimento e a compreensão crítica do público sobre o patrimônio cultural e a história. Tais atividades promovem um diálogo entre visitantes e acervos, criando oportunidades para a construção de conhecimentos que vão além da simples apreciação estética.

De acordo com Gonçalves e Silva (2021, p. 34), “a educação em museus deve ser compreendida como uma prática social, que fomenta o aprendizado significativo e aproxima o público da narrativa cultural que esses espaços representam”. Nesse sentido, os museus assumem um papel ativo na preservação de objetos e na formação de sujeitos críticos e conscientes de seu papel na sociedade.

Logo, uma das perguntas do formulário voltou-se para compreender e saber como os participantes da pesquisa entendiam e percebiam a importância desse processo dentro de suas instituições. Para isso, foi elaborada a seguinte pergunta: **de que maneira os museus contribuem na formação educacional estudantes?**

A seguir respostas dos entrevistados 2 do FMRB e do CCVM:

Os museus contribuem na formação educacional dos estudantes ao oferecerem experiências enriquecedoras, estimularem a curiosidade, promoverem o aprendizado ativo, desenvolverem habilidades sociais e ampliarem a visão de mundo. (Entrevistado 2. FMRB. 2024).

As visitas guiadas, as palestras, debates, as exposições interativas, oficinas temáticas proporcionam aos visitantes uma experiência enriquecedora e significativa, estimulando o desenvolvimento de conhecimentos e a experiência cultural. (Entrevistado 2. CCVM. 2024)

Ao longo de nossa pesquisa, exploramos as percepções e experiências dos entrevistados sobre o papel dos museus e centros culturais na sociedade, enfatizando a importância de garantir o acesso e a democratização do conhecimento. Essa abordagem permitiu aos participantes expressarem livremente suas opiniões sobre os processos de inserção comunitária e as políticas culturais que influenciam esses espaços.

Assim, segundo Canclini (2003, p. 54), “as políticas culturais desempenham um papel fundamental na formação das identidades e na inclusão das comunidades,

proporcionando-lhes não apenas o acesso, mas também a oportunidade de se apropriar e participar da cultura de forma ativa”. O papel das políticas públicas culturais se evidencia como um elemento estruturante, que não apenas facilita o acesso, mas também incentiva o engajamento da comunidade local e do entorno, ampliando seu protagonismo na construção de uma memória coletiva e acessível.

Deste modo, elaboramos a seguinte pergunta: **como você descreveria o impacto dessas atividades na comunidade onde o Museu ou Centro de Cultura está situado?** As respostas dos entrevistados 3 da FMRB e do CCVM foram analisadas com base na teoria e na prática:

Toda ação que promove o acesso à educação e estimula o aprendizado e fortalece a identidade cultural local, com certeza gera impactos positivos. É importante inserir no planejamento do museu ou centro de cultura, as necessidades e interesses da comunidade para que a mesma se sinta integrada ao espaço e às atividades. (Entrevistado 3 FMRB. 2024)

Aqui buscamos agir de forma específica e mudando algumas abordagens dependendo de cada instituição visitante. Difere-se entre centro de idosos, ensino infantil, faculdades ou outras instituições. Buscando a melhor comunicação entre elas para melhor entendimento das coleções e exposições (Entrevistado 3. CCVM. 2024).

Essa abordagem multifacetada enriquece a experiência dos visitantes e fortalece os laços entre o museu e a comunidade, promovendo um ambiente mais acolhedor e inclusivo. Além disso, a localização dos museus no bairro histórico da Praia Grande, cercado por muitas famílias, destaca a relevância de construir relações estreitas com a comunidade local.

Como argumenta Canclini (2008), as políticas públicas culturais devem fomentar a inclusão e a participação ativa das comunidades nos espaços culturais, permitindo que os museus se tornem verdadeiros centros de interação social e cultural.

A presença de muitas famílias no entorno desses museus cria uma oportunidade única para desenvolver programas educativos e culturais que atendam às necessidades intergeracionais, promova a transmissão de saberes e a construção de uma memória coletiva compartilhada.

Um exemplo disso são as feiras e eventos culturais que a FMRB realiza para levar o protagonismo às manifestações do bairro, além de ser uma oportunidade de emprego e renda para os moradores que estão cadastrados em programas sociais voltados à economia, como o Programa “Mais Renda” do governo do Estado.

Imagem 9 - Edição do projeto samba e outras bossas



Fonte: autoria do próprio autor (Lucas Nogueira, 2024).

Vemos que os museus não apenas preservam o patrimônio cultural, mas também atuam como pilares de desenvolvimento social, econômico e cultural, fortalecendo a identidade e a coesão da comunidade.

Conforme análise dos questionários e trabalho de observação, identificamos que os museus e centros culturais estudados têm o potencial de atuar como importantes agentes de transformação social e cultural, especialmente no contexto do bairro histórico da Praia Grande. Essas instituições, ao reconhecerem e valorizarem as necessidades da comunidade local, conseguem ultrapassar a função tradicional de preservação e se posicionar como espaços de convivência e inclusão.

A escuta ativa dos entrevistados revelou que, quando esses espaços integram a realidade dos moradores e incluem em seu planejamento atividades que abordem questões locais, há um fortalecimento do sentimento de pertença e de identidade cultural. O alinhamento reforça o papel do museu como um ambiente de acolhimento e valorização dos saberes populares.

Além disso, é evidente que as políticas públicas culturais desempenham um papel crucial na manutenção e desenvolvimento dessas iniciativas. As análises indicam que, embora existam barreiras estruturais e financeiras, como a limitação de editais e a dependência de incentivos públicos e privados, esses mecanismos de fomento garantem a continuidade dos projetos comunitários e culturais.

Referências teóricas como Canclini (2008) e Freire (2019) sustentam a ideia de

que os museus devem estar em constante diálogo com as comunidades para que possam promover uma educação cultural inclusiva e acessível. Dessa forma, o fomento à cultura torna-se uma contrapartida indispensável para que esses espaços possam manter sua função social.

[...] visitar museus é um exercício de cidadania, pois possibilita o contato com temas relativos a natureza, sociedade, política, artes, religião. Leva a conhecer espaços e tempos, próximos e distantes, estranhos e familiares, e a refletir sobre eles; aguça a percepção por meio da linguagem dos objetos e da iconografia, desafia o pensamento histórico com base na visualização das mudanças históricas, permitindo repensar o cotidiano (Abud, 2010, p. 136).

Dessa forma, ao explorar as funções contemporâneas dos museus, é evidente que esses espaços vão além de meras vitrines de artefatos; eles se configuram como locais de reflexão crítica e cidadania ativa. Através da experiência museológica, os visitantes são incentivados a questionar e reinterpretar a história, a cultura e as dinâmicas sociais que moldam o presente. Essa prática não só promove uma maior consciência social, mas também desafia as narrativas dominantes, permitindo a construção de um entendimento mais inclusivo e pluralista do patrimônio cultural Abud (2010). Os museus se tornam ferramentas essenciais para a formação de cidadãos críticos, capazes de compreender e questionar o mundo ao seu redor.

Dentro dessa análise, foi pensado em uma pergunta para questionar o nível de entendimento e utilização das abordagens metodológicas aplicadas e desenvolvidas por cada instituição, buscando investigar se existe ou existem uma relação ou possíveis parcerias entre os locais pesquisados, uma vez em que ambos encontram-se a menos de três (3) quarteiros de distancia uma da outra deste modo, observem que parece não existir uma aproximação ou contato sobre as abordagens trabalhadas dentro de cada local, entretanto ambos respondem que consideram “boa” as metodologias aplicadas por cada instituição nas quais pertencem.

8 CONCLUSÃO

Refletir sobre a importância dos museus enquanto instituições de ensino, aprendizagem e difusão da informação é de extrema importância para compreender os processos e mecanismos de construção e representação de toda uma sociedade, cultura para um determinado território. A presente pesquisa se propôs a realizar uma análise abrangente sobre o papel dos museus como agentes educativos e culturais, destacando a importância das ações museais realizadas nas unidades de informação do centro histórico de São Luís. Ao longo deste estudo, buscamos compreender como esses espaços se configuram como locais de formação e socialização do conhecimento, examinando suas práticas formativas e educativas direcionadas à comunidade escolar.

No decorrer dos capítulos, exploramos a evolução dos museus ao longo do tempo, desde a sua função inicial como guardiões da história até a sua transformação em espaços dinâmicos de educação e difusão cultural. Analisamos também as relações entre memória coletiva e identidade nacional, destacando o papel dos museus na construção e consolidação das identidades sociais.

Ao abordar a Museologia na modernidade e refletir sobre as transformações socioculturais, tecemos diálogos decoloniais que permitem repensar as práticas museológicas e suas implicações na sociedade contemporânea. Reconhecemos a importância de uma abordagem inclusiva e diversificada nos museus, que fomente o diálogo intercultural e a valorização da diversidade.

O capítulo seguinte concentrou-se na apresentação dos museus como espaços de educação e socialização do conhecimento, com foco na análise dos mecanismos pedagógicos presentes nessas instituições. Recebeu especial destaque as unidades de informação do centro histórico de São Luís, que desenvolvem práticas educativas e disseminação da informação e conhecimento.

Diante disso, iniciamos um processo de análise mais profundo em relação ao papel que os museus desempenham, o qual é crucial para a preservação da história e cultura, bem como para a promoção da educação e formação da sociedade. Suas ações educativas e formativas contribuem para a construção de uma sociedade mais informada, engajada e inclusiva. No contexto específico das U.I do centro histórico de São Luís, identificamos a necessidade de aprimoramento das práticas formativas e educativas, visando a uma maior integração com as escolas e a comunidade em geral. Para garantir um acesso maior aos professores e estudantes, até então, os processos

aplicados e utilizados não fogem da vertente tradicional de gestão museal.

Buscar uma “conclusão” para uma pesquisa sobre os museus enquanto agentes de ensino e de socialização do conhecimento permite vislumbrar a importância de ações concretas e políticas públicas que sustentem e incentivem o papel dessas instituições. Como destacado ao longo deste estudo, os museus do centro histórico de São Luís – especialmente a Fundação da Memória Republicana Brasileira (FMRB) e o Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM) – não apenas preservam a história e memória cultural, mas também promovem o envolvimento da comunidade através de práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis.

Segundo Hall (2003), as instituições culturais favorecem a definição e a sustentação de identidades coletivas, especialmente em territórios historicamente ricos como o centro histórico de São Luís, onde o patrimônio cultural e o cotidiano das comunidades locais estão entrelaçados.

Ademais, a partir deste estudo, ficou claro que a formação e capacitação de estagiários e funcionários são pilares essenciais para a concretização de práticas educativas e formativas eficazes. Como observaram os entrevistados, o treinamento contínuo permite que esses profissionais estejam preparados para desenvolver atividades que dialoguem com a pluralidade cultural e as necessidades da comunidade.

Canclini (2008) destaca a relevância de políticas culturais que priorizem a inclusão e o acesso à informação, promovendo, assim, um “direito à cultura” que envolve a participação ativa das comunidades locais nas práticas museológicas. Esse ponto foi reiterado pelos entrevistados, que sublinharam a importância de adaptar as ações museológicas para atender diferentes públicos, desde escolas locais até grupos comunitários.

A análise das entrevistas também evidencia que o CCVM, em particular, adota uma postura de valorização da produção artística local e regional, investindo em editais e programas de fomento cultural que estimulam a criação artística na região. Esse tipo de investimento fortalece a relação entre a instituição e a comunidade, possibilitando que o museu seja não apenas um repositório de objetos e narrativas, mas um agente ativo na construção e disseminação de saberes culturais locais.

Essas práticas alinham-se à ideia de Calabre (2020), que vê nos museus uma possibilidade de diálogo com a comunidade ao entorno, proporcionando um acesso mais democrático à cultura e promovendo o sentimento de pertencimento e inclusão. Um outro panorama a ser destacado que se revelou de fundamental importância pela

pesquisa é o papel dos recursos tecnológicos na acessibilidade e inclusão dentro dos museus. A implementação de audioguias, exposições digitais e acessibilidade física são elementos que, conforme observado na FMRB e no CCVM, ampliam o alcance das atividades museológicas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Dentro dessa perspectiva, podemos destacar o pensamento de Canclini (2008) sobre os processos de modernização dos museus e como se deve considerar as diferentes formas de participação para envolver o público através de múltiplas linguagens e formatos. Essa abordagem também potencializa o papel dos museus como ambientes educacionais dinâmicos, nos quais a inclusão social é promovida através da tecnologia.

A importância de uma abordagem decolonial também foi analisada ao longo da pesquisa, uma vez que muitos museus brasileiros possuem acervos que refletem narrativas coloniais. A reflexão crítica sobre a história e as narrativas apresentadas auxilia na transformação desses espaços em lugares de questionamento e reflexão. Como discutido nos capítulos anteriores, essas abordagens permitem que os museus revisitem suas práticas e repensem suas representações, fomentando uma Museologia mais inclusiva e crítica. Esse ponto é bastante destacado em vários escritos e pensamentos de autores como Hall (2003), que vê o museu como um espaço de disputa simbólica, onde as representações culturais podem e devem ser constantemente reavaliadas e recontextualizadas.

Esta pesquisa se construiu ao longo de dois anos, tempo suficiente para se analisar e investigar de maneira profunda cada elemento destacado pelos participantes da pesquisa. Por isso, um outro aspecto relevante foi a constatação de que as práticas museológicas precisam ser pensadas também em termos de impacto social e transformação da realidade local.

Dessa maneira, observamos que a FMRB e o CCVM, ao dialogarem com a comunidade, promovem uma educação transformadora que transcende os limites da escola formal, oferecendo à população local um espaço de aprendizado constante e interativo. Tais práticas estão em consonância com as ideias de Paulo Freire (2019), que enxerga a educação como um processo de conscientização, no qual o sujeito aprende a refletir criticamente sobre a sua realidade. Assim, os museus tornam-se espaços onde a sociedade pode discutir suas contradições e, a partir disso, pensar em formas de superação das desigualdades.

Esta pesquisa também destacou a necessidade de políticas culturais mais

robustas que incentivem parcerias entre museus e instituições educacionais. Essas parcerias podem potencializar a educação patrimonial e permitir que estudantes e professores tenham acesso ao conhecimento cultural e histórico de forma integrada ao currículo escolar.

Conforme observado, as visitas escolares e os programas educativos representam uma das principais ferramentas para que os jovens possam interagir com o patrimônio cultural, o que não apenas enriquece o processo de aprendizagem, mas também fortalece a valorização e preservação da memória coletiva. Segundo Calabre (2020), essas iniciativas garantem que o patrimônio seja acessível e significativo para todos, contribuindo para a formação de uma sociedade mais informada e engajada. É importante também ressaltar a relação entre as unidades de informação e o desenvolvimento de estratégias de comunicação que promovam a inclusão e a diversidade.

Entender a função dos museus para além da exposição de acervos, mas como locais que estimulam o diálogo e a troca de experiências, reafirma a importância de uma museologia mais participativa. Isso envolve repensar a forma como as informações são organizadas e transmitidas, de modo a abranger uma diversidade de vozes e experiências. Essa visão é discutida e defendida por Hall (2003), que sugere que os museus devem ser lugares de negociação cultural, onde as diferentes narrativas são valorizadas e confrontadas em um ambiente de respeito e aprendizado.

Este estudo revela ainda que as políticas públicas desempenham um papel crucial no financiamento e desenvolvimento das atividades educativas e culturais das unidades de informação. A dependência de editais e incentivos públicos e privados reforça a necessidade de uma estrutura de fomento cultural estável e abrangente, que garanta a continuidade das atividades culturais e o desenvolvimento das práticas inclusivas. Nesse sentido, a valorização das políticas de incentivo, como a Lei Rouanet e a Lei Aldir Blanc, é essencial para que os museus possam ampliar seu alcance e continuar desenvolvendo práticas culturais acessíveis e de qualidade.

As entrevistas realizadas com os colaboradores das unidades de informação do centro histórico de São Luís evidenciam o impacto positivo que a capacitação e o desenvolvimento contínuo podem ter na qualidade das práticas de mediação e atendimento ao público. Como apontado por um dos entrevistados, é essencial adaptar as abordagens pedagógicas para cada tipo de público, desde crianças e jovens até idosos e pessoas com deficiência, garantindo uma experiência inclusiva e enriquecedora para

todos. Essa preocupação com a inclusão e a acessibilidade reforça o compromisso das instituições culturais com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ao final, esta pesquisa nos direciona à conclusão de que os museus e centros culturais têm um papel estratégico na formação da identidade cultural e na promoção do desenvolvimento social. Investir em políticas públicas que favoreçam a democratização do acesso ao conhecimento cultural e na capacitação dos profissionais que atuam nesses espaços é um passo significativo para que as instituições museológicas cumpram seu papel educativo e inclusivo. Em resumo, as unidades de informação da Praia Grande têm o potencial de se tornar verdadeiros laboratórios de cidadania e espaços de valorização do patrimônio local, de modo a promover uma interação construtiva entre o público e o acervo.

Portanto, esta pesquisa aponta para a necessidade de ampliar e fortalecer as ações educativas e formativas dos museus, assegurando que suas práticas sejam cada vez mais inclusivas, diversificadas e alinhadas às necessidades da comunidade local. Ao final, concluímos que museus e centros culturais não apenas preservam a história, mas também são fundamentais na construção de um futuro mais equitativo, no qual o acesso à cultura e ao conhecimento seja um direito efetivo para todos. Esses espaços reafirmam o papel de agentes de transformação e promotores da identidade cultural, garantindo que a herança cultural se perpetue e se renove para as próximas gerações.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, L. F. Modernidad, Racionalidad, Efectividad: en conmemoración de Max Weber. **Espiral (Guadalaj.)**, Guadalajara, v. 27, n. 78-79, p. 9-45, dez. 2020. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-05652020000200009&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 07 jan. 2024.
- AHMED, F. Culture and Symbolic Transformations: Understanding the Dynamics of Societal Change. **International Research Journal of Modernization in Engineering Technology and Science**, v. 5, n. 8, p. 234-240, ago. 2023.
- ALMEIDA, C. **Museus e Tecnologias Digitais: Novas Fronteiras para a Educação e a Inclusão Cultural**. São Paulo, SP: Editora Cultural, 2020.
- ALLARD, M.; LANDRY, A. O estado da arte da pesquisa sobre educação museal no Canadá. In: MARANDINO, M.; ALMEIDA, A.; VALENTE, M. **Museu, lugar do público**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009. p. 30-40.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2016.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.
- BARRETO, A. *et al.* **Gestão de unidades de informação: manual**. Curitiba, PR: TECPAR/IBICT, 1997.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BELLUZZO, R. C. B. Unidades de informação sob a ótica da gestão: protocolos de certificação para o acesso universal. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 21., 2007, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: [s. n.], 2007.
- BERGERON, Y.; RIVET, M. Introduction. Decolonising museology or “reformulating museology”. **ICOFOM Study Series**, v. 49, n. 2, p. 1-15, 2022.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo, SP: Zouk, 2003.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1988.
- BRUNO, B. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **Museus: An. Mus. Paul.**, v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CAMACHO, C. F. **Redes de Museus e Credenciação: Uma Panorâmica Europeia**. Vol. 2. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, 2021. (Coleção Estudos de Museus).

CANCLINI, N. G. Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. *In*: CANCLINI, N. G. (org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 26.

CARVALHO, Maria Eduarda. **Mediação Educativa em Museus**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2018.

CARVALHO, K. D.; SIMÕES, M. de L. N. Análise do modelo de preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão: uso social e uso turístico. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, Camboriú, v. 14, n. 2, p. 196-213, maio/ago. 2012.

CASTRO-GÓMEZ, S. The Missing Chapter of Empire: Postmodern reorganization of coloniality and post-Fordist capitalism. **Cultural Studies**, v. 21, 2007.

CHIAPPIN, R. N. **O paradigma de Huntington e o realismo político**. São Paulo, SP: Lua Novan. 34, 1994.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado construir conhecimento e tomar decisões**. 2. ed. São Paulo, SP: SENAC, 2006.

COIMBRA, F. Por um “arquivo vivo”: uma abordagem decolonial à coleção do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. **MIDAS**, [S.l.], n. 16, 27 jul. 2023. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/4299>. Acesso em: 07 jan. 2024.

CORDEIRO, D. B. Controle, subjugação e produção mortífera: uma análise sobre o projeto de emancipação racional, da modernidade à pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 40, p. 392-409, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1226>. Acesso em: 7 jan. 2024.

COSTA, O. B. R. da. Onde estamos? considerações sobre a modernidade, negacionismo, ciência e a covid-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 3, n. 8, p. 22-35, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/79>. Acesso em: 7 jan. 2024.

CUNHA, J. O. **Inclusão Social e Museus: Desafios Contemporâneos**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2022.

CURY, M. X. Uma perspectiva teórica e metodológica para a pesquisa de recepção em museus. *In*: MARANDINO, M.; ALMEIDA, A.; VALENTE, M. **Museu, lugar do público**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2009. p. 33-50.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The Sage Handbook of Qualitative Research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2011.

DONNAT, O. **Regards croisés sur les pratiques culturelles**. Paris: La Documentation Française, 2003.

DUTRA, D. S. de A.; MONTEIRO, B. A. P. Decolonialidade na formação de professores/as e interlocuções no ensino de ciências e matemática: um olhar sobre teses e dissertações. **RELAcult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 2, 2022.

FALK, J. H.; DIERKING, L. D. **The museum experience revisited**. New York: Left Coast Press, 2016.

FLICK, U. **An Introduction to Qualitative Research**. London: SAGE Publications, 2018.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia como Ciência da Educação**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

FREITAS, M. B. de. O passado e a memória como instrumentos decoloniais na prática da sociomuseologia: analisando a Exposição “Jardim das Memórias”. **Revista Espacialidades**, [S.l.], v. 18, n. 2, p. 404-422, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/28326>. Acesso em: 07 jan. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Educadores Sociais, 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso: 01 maio 2024.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Barueri, SP: Atlas; Grupo GEN, 2002. 186 p.

GIROUX, H. A. **On critical pedagogy**. London: Bloomsbury, 2020.

GOHN, M. da G. Educação não-formal na pedagogia social. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006. **Anais** [...]. São Paulo: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 05 fev. 2024.

GONÇALVES, B. **O Programa Nacional de Educação Museal no Brasil**. Brasília, DF: IBRAM, 2019.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, 2016.

GUERRA, A. de L. e R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149-

159, 2023. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 07 jan. 2024.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Lamparina, 2019.

HALL, S. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2018.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, n. 3, 1988.

HASAN, M. et al. Socioeconomic Status, Individual Modernity, Economic Literacy, and Consumer Rationality of Millennials. **Journal Economia**, v. 18, n. 1, p. 51-69, abr. 2022.

HOOPER-GREENHILL, E. **Museums and the interpretation of visual culture**. New York: Routledge, 2000a.

HOOPER-GREENHILL, E. **Museums and the Shaping of Knowledge**. New York: Routledge, 2000

GAMBOA, R. H. La economía política como disciplina de la organización biopolítica en la modernidad. **Intersticios sociales**, Zapopan, n. 25, p. 31-67, 2023. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-49642023000100031&lng=es&nrm=iso . Acesso em: 07 jan. 2024.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionários básico de Filosofia**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2006.

LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo, SP: UNICAMP, 1990.

LEGGET, J. Museums and Public Policy: An Introduction. **Museum International**, v. 69, n. 3-4, p. 275-276, 2017.

LELIS, D. A. de J.; MESQUIDA, P.; OLIVEIRA JUNIOR, A. R. de. René Descartes: sua contribuição para a ciência moderna e o impacto das suas ideias na educação. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 69, abr./jul. 2022.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

MACEDO, S. M. S.; ORTEGA, C. D. Unidades de informação: termos e características para uma diversidade de ambientes de informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 326-347, maio/ago. 2019.

MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo, SP: FE-USP, 2008.

MARQUES, W. R. A metamorfose espacial da Ilha de São Luís do Maranhão: olhares da sociologia urbana sobre a cidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 14, n. 40, p. 100-119, 2023. Disponível em:

<https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1096>. Acesso em: 7 jan. 2024.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

MARX, K.; ENGELS, F. The Communist Manifesto. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **Revolutions of 1848**: Harmonds worth. [S.l.]: Penguim Books, 1973.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. *In*: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, SP: Cosac e Naify, 2015.

MEDEIROS, H. T.; SOUZA, D. M. V. de; RIBEIRO, D. L. Um patrimônio decolonial é possível? um estudo sobre a cidade de Gravataí/RS. **Revista Mosaico**, v. 15, n. 23, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rm.v15n23.2023.88858>. Acesso em: 07 jan. 2024.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017.

MIGNOLO, W. D. Epistemic disobedience, independent thought and de-colonial freedom. **Theory, Culture and Society**, [S.l.], v. 26, 2009.

MINAYO, M. de S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. São Paulo, SP: Atlas, 2014.

MIRANDA, A. **Ciência da Informação: teoria e metodologia de uma área em expansão**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

MOCELLIM, A. D. D. O Reencantamento do Mundo: considerações preliminares. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 35., 2011. **Anais eletrônicos** [...] [S.l.]: ANPOCS, 2011. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-35-encontro/gt-29/gt24-17/1100-o-reencantamento-do-mundo-consideracoes-preliminares/file>. Acesso em: 20 out. 2023.

MORENO, L. Museología subalterna (sobre las ruinas de Moctezuma II). **Revista de Índias**, v. 72, n. 254. 2012.

OLIVEIRA, I. B. Da Modernidade desencantada aos reencantamentos possíveis: as criações curriculares cotidianas e seus encantamentos. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. 2, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15687/rec.v16i2.67235> Acesso em: 14 set. 2023.

OLIVEIRA, J. P. O retrato de um menino bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus. Séculos XIX e XXI. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 5. 2011.

PEREIRA, S. A.; GODOY, E. V. Decolonialidade na Educação Matemática: uma revisão sistemática de literatura. **Amazonia Revista de Educação em Ciências e Matemática**, v. 19, n. 42, p. 53-69, 2023.

PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso: Teoria e Prática**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1990.

PINHEIRO, L. V. R.; FERREZ, H. D. **Tesouro brasileiro de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, RJ; Brasília, DF: IBICT, 2014.

RAMOS, A. de S.; SILVA, A. L. dos S. A etnofísica em teses e dissertações: uma revisão na perspectiva decolonial. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 9, n. 21, p. 336-355, 2022.

RIZZO, T. P.; FONSECA, A. B. C. da. Concepções e práticas de educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 4, p. 896-910, 2019.

RODRIGUES, R. S.; NEUBERT, P. da S. **Introdução à pesquisa bibliográfica**. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2023. 137 p.

SAAIDA, M. B. E. The Role of Culture and Identity in International Relations. **East African Journal of Education and Social Sciences**, v. 4, n. 1, p. 49-57, 2023.
Disponível em: <https://doi.org/10.46606/eajess2022v03i06.0255>. Acesso em: 07 jan. 2024.

SANTOS, M. C.; GOUVEIA, E. **Museologia crítica e inclusão social**. São Paulo, SP: Contexto, 2018.

SANTOS, Y. T. dos. **Perspectivas decoloniais nos estudos culturais em comunicação**: uma revisão sistemática. 2021. 116f. Monografia (Bacharel em Comunicação Social –Jornalismo) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2021.

SEVERO, J. L. R. de L. **Pedagogia e educação não escolar no Brasil**: crítica epistemológica, formativa e profissional. 2015. 265f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

TARAPANOFF, K. A biblioteca universitária como organização social. **Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 73-92, 1982.

TOLENTINO, A. B. Museologia social e comunitária na Paraíba: memoriação, lutas e resistências. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 13, Dossiê Número 5, p. 126-148, fev. 2023.

VALENTIM, M. L. P. Apresentação. *In*: BARBALHO, C. R. S.; BERAQUET, V. S. M. **Planejamento estratégico para unidades de informação**. São Paulo: Polis/APB, 1995. p. 8- 10.

VERGUEIRO, W. de C. S.; MIRANDA, A. C. D. Introdução. *In*: VERGUEIRO, W. de C. S.; MIRANDA, A. C. D. **Administração de unidades de informação**. Rio Grande, RS: FURG, 2007. p. 7-9.

YIN, Robert K. **Case Study Research and Applications: Design and Methods**.

Thousand Oaks: SAGE Publications, 2016.

WHITE, L. A.; DILLINGHAM, B. **O Conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

- 1) Instituição de atuação:
- 2) Cargo ocupado na instituição:
- 3) Na sua opinião, qual é a importância de incorporar ações educativas nos museus para a comunidade escolar de São Luís do Maranhão?
- 4) Como você avalia as metodologias aplicadas nos projetos educativos desses museus em relação à comunidade escolar?
() MUITO BOA () BOA () RUIM () PÉSSIMA
- 5) Como você enxerga o impacto das práticas formativas na capacitação do corpo de estagiários e funcionários dos museus?
- 6) Na sua visão, qual é o papel dos museus na formação profissional e educacional dos indivíduos que trabalham nessas instituições?
- 7) Você percebe a participação ativa das escolas em atividades formativas e educativas nos espaços dos museais e centros culturais? SIM () NÃO ()
- 8) Poderia compartilhar exemplos ou experiências relacionadas?
- 9) Como você acredita que essas iniciativas influenciam na integração dos alunos no contexto cultural proporcionado pelos museus?
- 10) Na sua perspectiva, de que forma os museus contribuem para o desenvolvimento intelectual dos estudantes?
- 11) Na sua experiência, como os museus contribuem para a preservação das práticas culturais locais?
- 12) Na sua opinião o livre acesso à educação e informação proporcionado pelos museus contribui para um desenvolvimento mais amplo da sociedade? SIM () NÃO ()
- 13) Como você descreveria o impacto dessas atividades na comunidade onde o Museu ou Centro de Cultura encontra-se inserido